

Juventudes:

POSSIBILIDADES E LIMITES



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

UNI
TWIN



Universidade
Católica de Brasília

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Juventudes:

POSSIBILIDADES E LIMITES



Brasília, março de 2011

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Missão

A Universidade Católica de Brasília tem como missão atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade, por meio da geração e comunhão do saber, comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos, na busca da verdade.

Reitor

José Romualdo Degasperi

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Adelaide dos Santos Figueiredo

Pró-Reitor de Graduação

Ricardo Spindola Mariz

Pró-Reitor de Extensão

Luiz Síveres

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Juventudes:

POSSIBILIDADES E LIMITES



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

UNI
TWIN

Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

© 2010 Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade/Universidade Católica de Brasília.

Revisão técnica: Candido Alberto Gomes

Revisão: Valderes Las Casas Gouveia Moreira e setor de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil

Transcrições das palestras: Joaquim de Oliveira Machado (Estudante de Psicologia); Laís Monteiro da Silva (Estudante de Nutrição); Vanessa Santos Oliveira (Estudante de Psicologia)

Diagramação: Paulo Selveira

Projeto gráfico: Edson Fogaça

J97 Juventude: possibilidades e limites / Candido Alberto Gomes, organizador.
- Brasília: UNESCO : UCB, 2011.
140 p. : il. ; 21 cm

Bibliografia

ISBN 978-85-60485-50-5

1. Juventude. 2. Jovens - Educação. I. Gomes, Candido Alberto. II. Seminário Juventudes: possibilidades e limites (2009 : Brasília, DF). III. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. IV. Universidade Católica de Brasília. V. Título.

CDU 37-053.6



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

UNI
TWIN

Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília

Universidade Católica de Brasília

EPCT, QS 7, lote 1,
Águas Claras – CEP: 71966-700
Tel.: (61) 3356-9000
Site: www.ucb.br

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Apresentação.....	9
Abertura	11

MESAS-REDONDAS

Juventude e Inclusão Social: a Educação como Base.....	17
Vulnerabilidade e Violência.....	45
O Desafio da Educação Profissional e da Empregabilidade	79
A Velocidade da Informação e os Desafios para a Juventude.....	97
Conclusões do seminário	123
Do tempo de espera à esperança: conclusões sobre políticas públicas	135

PREFÁCIO

As Cátedras da UNESCO constituem expressiva rede de colaboração em âmbito internacional, num mundo que se torna cada vez mais interdependente. Kant lembrava que, como permanecemos na superfície da Terra e nela nos movemos, não contamos com outro lugar para ir. Manter ou ampliar as distâncias é inviável, a menos que a exploração espacial abra novas perspectivas. Por livre vontade ou não, neste mundo de cerca de 6,9 bilhões de habitantes e não de 728 milhões, como em 1750, no século de Kant, parece que se abrem apenas dois caminhos: aprender a conviver ou a perecer. Por isso mesmo, Bauman considera que a unidade é o derradeiro horizonte da história humana. Em especial na sociedade do conhecimento, as redes não só precisam ser abrangentes, como proporcionar fluxos rápidos de comunicação. Esta é uma das vantagens do ativo intercâmbio entre universidades e a UNESCO, com fundamento nos seus valores e ideais comuns.

O presente livro é um dos frutos da atuação conjunta entre a Cátedra de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília e a UNESCO no Brasil. Esta Organização tem em vista o exercício pleno do direito humano à educação, o desenvolvimento da cultura de paz e a participação da juventude, entre outros fins. Em particular, 2011 é o Ano Internacional da Juventude*, tempo estratégico de diálogo, participação e desenvolvimento da cidadania. Por seu lado, a Universidade Católica de Brasília, que trabalha predominantemente com os jovens, no sentido de incluí-los, tem como missão “atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade, por meio da geração e comunhão do saber, comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos, na busca da verdade”. Assentada, como a instituição universitária, no tripé ensino, pesquisa e extensão, a Cátedra tem buscado servir à

* Link oficial do Ano: <http://social.un.org/youthyear/>
Link para a Resolução da ONU (em inglês) <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/RES/64/134>
(em espanhol): <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/RES/64/134>

sociedade, em especial por meio da geração e disseminação de conhecimentos, particularmente os que contribuem para desvendar e resolver problemas humanos e sociais candentes. Daí a realização do seminário Juventudes: possibilidades e limites, cujas apresentações e conclusões são apresentadas neste volume. No período recente, a Cátedra participou também de seminário da Universidad Pedagógica de México, copatrocinado pela UNESCO, bem como da reunião de consulta desta Organização sobre a juventude na América Latina e Caribe, inclusive na condição de relatora. Com os recursos de que dispõem, ambas as instituições, agindo em sintonia, tanto procedem à sementeira como articulam a colheita. Portanto, estes são frutos de uma potencialização recíproca que proporciona notável enriquecimento a ambas as partes envolvidas. É a concretização efetiva do previsto para o programa de Cátedras, com o diálogo e a articulação contínua entre a Universidade e a UNESCO, contribuindo, desse modo, para realizar o plano de ação desta última no país. A UNESCO consulta, inspira pesquisas e ações de disseminação, enquanto a instituição universitária se fertiliza com essas demandas e encontra caminhos novos para cumprir a sua missão.

A juventude, ou as juventudes, pela sua diferenciação interna, constitui hoje um grupo vulnerável no Brasil e no mundo. Estreitas são as comportas que ela encontra para participar da sociedade e exercer integralmente a sua cidadania. Entretanto, a juventude não pode mais ser encarada como vaga promessa para o futuro. À medida que a população envelhece em todos os continentes, a juventude passa a ser um sustentáculo fundamental não só para os tempos vindouros, mas também para o presente. Seus complexos problemas, que o Ano Internacional discute, requerem as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar que esta Cátedra adota. Daí a sua ligação especial com o setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO, mas também com o de Educação, de Cultura e os demais.

Esta é, pois, uma parceria ou aliança que amplifica e renova a atuação dos envolvidos. Não por acaso, segundo o provérbio, a união faz a força. Que continuemos a realizar em conjunto para melhor servirmos ao mundo e ao Brasil, país-membro de primeira hora tanto das Nações Unidas como da UNESCO.

Vincent Defourny
Representante da
UNESCO no Brasil

Prof. Msc. Pe. Romualdo Degasperi
Reitor da Universidade
Católica de Brasília

APRESENTAÇÃO

A publicação *Juventudes: possibilidades e limites* constitui importante momento na parceria entre a Cátedra de Educação, Juventude e Sociedade da Universidade Católica de Brasília e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nos últimos anos, a juventude brasileira ganhou espaço nos diversos meios de comunicação e passou a ser objeto de estudos e debates públicos. Uma das principais razões para este fato é que cerca de 50,5 milhões de brasileiros possuem entre 15 a 29 anos, o que significa um quarto da população do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É nesta faixa etária, que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, de mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Por seu contingente significativo e por representar um dos grandes desafios que o país tem a superar, a juventude brasileira tem um papel destacado no desenvolvimento nacional e na consolidação da democracia.

O Brasil passa por grandes mudanças populacionais na primeira metade do século XXI, com mais idosos e menos crianças e adolescentes. Por isso, os jovens se tornam os sustentáculos estratégicos do presente e do futuro. A Cátedra e a UNESCO, juntas, estão atentas a esses fenômenos e às políticas públicas que se referem aos jovens, para que tais políticas tenham adequada governança, integração e efetividade.

A Cátedra de Educação, Juventude e Sociedade constitui importante espaço de reflexão teórica, aprofundamento e debate permitindo enriquecer e fortalecer o trabalho desenvolvido pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil, construindo uma sinergia enriquecedora e estimulante para ambos e norteados pelo conceito de educação como tesouro a descobrir e juventude, em pleno exercício do seu direito à educação, como tesouro de cada país.

A UNESCO tem contribuído ativamente, na última década, para o aprofundamento dos debates sobre o tema da juventude no Brasil e no

mundo e fornecendo importantes subsídios, a exemplo de pesquisas e avaliações de programas, que vem contribuindo para a formulação de políticas públicas integradas voltadas para este segmento, com a expressiva contribuição da Cátedra e da Universidade Católica de Brasília.

De fato, desde a criação da UNESCO, a juventude tem sido um dos focos centrais dos programas da Organização. A UNESCO foi uma das primeiras agências do sistema Nações Unidas a definir e a desenvolver programas específicos voltados para os jovens. Desde então, a juventude, suas questões e problemáticas consistem em uma das áreas temáticas de atuação da UNESCO mundialmente. Nesse sentido, a UNESCO atua “com” e “para” os jovens, a fim de assegurar que as ações nas quais a Organização se envolve tenham um impacto real no sentido de reduzir a pobreza, combater as desigualdades e promover a inclusão social. A UNESCO também dedica especial atenção ao exercício do protagonismo juvenil, destacando o papel dos jovens como condutores de seu próprio destino e reforçando o papel de cada um na condução de suas histórias de vida e das suas comunidades.

Esta publicação é fruto de seminário organizado em conjunto com a Cátedra, em outubro de 2009, como atividade prévia e preparatória da Consulta Regional, conduzida pela UNESCO, sobre sua Estratégia Global para Políticas de Juventude para a América Latina e o Caribe. Além disso, é parte fundamental de um processo de estudos e investigações sobre a política pública de juventude no Brasil e tem a função de estimular a continuidade de produções técnicas sobre o tema, envolvendo governo, sociedade civil, organismos internacionais e universidades, para que seja possível seguir avançando na permanência da agenda de juventude como uma pauta para o desenvolvimento.

As reflexões contidas nesta publicação somam-se a outras importantes desenvolvidas pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil em um cenário onde atores diversos somam esforços para que a juventude brasileira encontre espaço para o protagonismo político e a manifestação da cidadania com inclusão social e acesso a oportunidades.

Marlova Jovchelovitch Noletto
Coordenadora do setor de Ciências Humanas
e Sociais da UNESCO no Brasil

SEMINÁRIO
JUVENTUDES: POSSIBILIDADES E LIMITES
Abertura

9 de novembro de 2009

Pe. José Romualdo Degasperi – Reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB)
D. Dimas Lara Barbosa – Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Vincent Defourny – Representante da UNESCO no Brasil



Cerimonial – Bem-vindos ao auditório da Universidade Católica de Brasília, para o Seminário Juventudes: possibilidades e limites. Este seminário é preparatório da Consulta Regional sobre a Estratégia Global da UNESCO para Políticas de Juventude para a América Latina e o Caribe, e comemorativo do 14º aniversário da Universidade e do 15º ano de funcionamento do seu Programa de Mestrado e Doutorado em Educação. Para darmos início a esta solenidade de abertura, convidamos para compor a mesa, o reitor da Universidade Católica de Brasília, Pe. José Romualdo Degasperi (*palmas*). Convidamos também o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Dimas Lara Barbosa (*palmas*), e o representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny (*palmas*).

O Seminário Juventudes: Possibilidades e Limites, realizado em parceria com a UNESCO, por meio da Cátedra UNESCO de Educação, Juventude e Sociedade, e com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, tem como objetivo, além de possibilitar a troca de informações, trazer novas perspectivas para o tema da juventude. Além disso, o seminário também subsidiará a consulta e a discussão sobre a Estratégia Regional de Juventude da UNESCO, que será realizada na segunda quinzena deste mês, no Rio de Janeiro. O seminário está ancorado no Programa MOST de Gerenciamento das Transformações Sociais da UNESCO, que tem entre seus objetivos reforçar os vínculos entre a pesquisa e a formulação de políticas.

Vamos ouvir neste momento o nosso anfitrião, o Pe. José Romualdo Degasperi, reitor da Universidade Católica de Brasília.

Pe. Romualdo – Inicialmente, bom dia a todos! Todos são bem-vindos a este seminário. Gostaria de acolher, em primeiro lugar, D. Dimas, secretário-geral da CNBB, que está aqui conosco, deixando seus muitos afazeres. Por isso, muito obrigado e a nossa acolhida calorosa, D. Dimas.

A presença de D. Dimas aqui significa a presença de toda a juventude do Brasil, pela qual a CNBB tem um carinho todo especial. Em momentos da caminhada da CNBB, até se disse da sua opção preferencial pelos jovens. A CNBB não mede esforços para estar em contato com a juventude toda no Brasil, na tentativa de colocar os grandes valores que ela precisa para a sua formação pessoal, intelectual e social. A juventude é o universo de grande carinho da CNBB e por isso essa parceria extraordinária conosco. Bem-vindo, então, e muito obrigado por estar conosco.

Do outro lado, a Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, uma parceria que foi criada com toda gentileza e esforço do nosso representante da UNESCO no Brasil, doutor Vincent Defourny, tem uma grande missão aqui, na nossa Universidade, tentando repercutir para nossa região, o DF, e também no Brasil.

Por isso, doutor Vincent Defourny, nosso agradecimento especial por estar aqui conosco nesta manhã. Sinta-se em casa, porque ela é sempre sua. Nós lhe agradecemos, porque sua parceria conosco é constante e a sua presença, muito forte.

Gostaria de lembrar um pouquinho da missão da Universidade Católica de Brasília. O tema da juventude, eu diria, é a grande inspiração desta universidade. Ela nasceu por conta da juventude e para a sua formação. E nasceu não só para a formação intelectual da juventude mas, especialmente, para a formação pessoal, ou seja, para mostrar a essa nossa juventude que há grandes valores, tanto humanos como cristãos e éticos, de que ela precisa ao longo da vida. Este seminário, eu diria, está no coração da nossa missão. E, estando no coração da nossa missão, pulsa muito forte, fazendo com que o sangue, de certa maneira, circule por toda a nossa universidade. A nossa missão nasceu, também, da inspiração de cinco grandes educadores. O primeiro deles, em torno de 1600, João Batista de La Salle. O segundo, em ordem cronológica, Gaspar Bertoni (não sei aqui se Marcelino Champagnat ou João Bosco é anterior). Os outros três, Marcelino Champagnat, Dom Bosco e Madre Maria Mazzarello. Cinco grandes personalidades que inspiram profundamente o carisma desta instituição, o que exige de nós uma resposta muito profunda no sentido de educar a juventude. Nós conhecemos bem o universo da juventude do nosso contexto, sejam aqueles vinculados à violência organizada, aqueles que estão em regiões de vulnerabilidade, e os jovens que nós chamaríamos de “normais” – também estes carentes de grandes princípios profundos para a vida. Parece muito difícil encontrar hoje um jovem que tenha um projeto de vida, ou que faça da vida um projeto. Parece que o imediatismo está muito presente na juventude. Rapidez e facilidade seriam os grandes desejos da juventude, só que, parece-me: não se percebe que, para haver sabedoria e ciência profunda, há necessidade de paciência, dedicação e muito trabalho. Não vou me alongar muito. Gostaria só de dizer que a Cátedra Juventude, Educação e Sociedade está no coração da nossa universidade, e eu gostaria que cada vez mais ela conseguisse ser uma inspiração constante para a nossa universidade. Obrigado. (*Palmas.*)

Cerimonial – Com a palavra D. Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Dom Dimas – Eu queria agradecer as palavras de acolhida do reitor Romualdo. Uma saudação muito carinhosa ao doutor Vincent Defourny e meu bom-dia a todos e todas.

Eu lembro que há alguns anos o ISER Assessoria fez uma pesquisa sobre o jovem no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, chamou-me atenção uma reflexão sobre a introdução dos resultados da pesquisa, sobre o que se entende

por juventude. Então se dizia o que alguns pensam: juventude é igual a rebeldia, inconstância, irresponsabilidade; outros pensam juventude igual a perigo, juventude associada com drogas, violência, delinquência. Outros, ao contrário, pensam juventude como a idade ideal. Todo mundo quer ser jovem, não é? E daí, toda uma indústria voltada para disfarçar a idade... A gente se acostuma, depois de certa idade, a considerar falta de delicadeza perguntar qual ela é, não é? Então, é toda uma indústria voltada justamente para a preservação da idade, ao menos na sua aparência. Outros veem os jovens como sendo o futuro. O futuro do Brasil é de vocês. E, finalmente, a conclusão de que a juventude, na realidade, não é o futuro, ela é o hoje. E é assim que ela deve ser considerada. Claro que o futuro também é importante, mas a juventude é chamada a ser protagonista da sua própria história no hoje. Nesse sentido, Pe. Romualdo lembrava a opção preferencial não apenas pelos pobres, mas também pelos jovens, dentro dos nossos projetos de evangelização. Essa opção preferencial vem ao encontro da realidade da Conferência de Puebla, tendo sido, sim, assumida pela CNBB e retomada na Conferência de Aparecida. Primeiro, pelo direito que a própria juventude tem de ser, de exercer esse protagonismo. A juventude quer viver. Aliás, é interessante como as Pastorais da Juventude tenham lançado recentemente até uma proposta de mobilização nacional contra o extermínio de jovens. É impressionante como os jovens são as principais vítimas da violência por este nosso país. Existem setores da nossa sociedade onde a expectativa de vida dos jovens não passa de 25 anos. É uma coisa muito triste, sem contar que, quando a gente visita os presídios – eu fui responsável pela Pastoral Carcerária no Rio de Janeiro –, a grande maioria dos rostos que a gente vê naquelas unidades são de jovens. Isso faz com que a nossa consciência seja sacudida e com que redobremos o empenho em defesa da juventude, em parceria com a mesma. Porque ela, como eu dizia, não é só o futuro não, ela tem um grande potencial para o hoje da nossa história.

Finalmente, eu gostaria de lembrar que nós estamos propondo ao próprio Papa que o Brasil seja sede de uma próxima Jornada Mundial da Juventude. Essas jornadas foram criadas por João Paulo II e costumam reunir em torno de um milhão de jovens de todo o mundo. A última, da qual eu participei, foi em Sidney, e eu participei da anterior, que aconteceu na Colômbia. Nós teremos uma próxima agora em Madri, e pode ser também que tenhamos uma outra no Rio de Janeiro, aqui no Brasil. Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as duas candidatas, por enquanto. Eu até lancei recentemente um desafio que pode gerar no futuro uma parceriazinha. Nós realizamos no ano passado, no Rio, as Olimpíadas da Paz. Foi uma experiência

muito interessante, feita só pela Arquidiocese, mas na qual nós envolvemos as comunidades todas do Rio, não em todos os esportes, mas em algumas modalidades: futebol, natação, corrida, futebol de salão, vôlei, basquete. O encerramento foi no complexo do Maracanã/Maracanãzinho. Era impressionante ver a reação de jovens dos morros do Rio quando tiveram a oportunidade de jogar, nem que fosse uma partida de 15 minutos, no Maracanã. E toda aquela mobilização popular foi aproveitada para se refletir sobre a paz. Curiosamente, o jogo de encerramento foi entre os padres e os artistas. Então, chegamos à conclusão de que os artistas são bem melhores que os padres para jogar futebol (*risos*). Os artistas chamaram os ricos para jogar para eles, e os padres disseram: “Os ricos podem ser artistas na bola, mas não são artistas em *stricto sensu*”. Aí chamaram o Roberto Dinamite, e eu ainda fui lá dar o pontapé inicial. Isso só para dizer que nós temos muitas perspectivas pela frente e, com a graça de Deus, nós haveremos de ter a juventude não apenas como destinatária da missão evangelizadora da Igreja, mas muito mais como protagonista. Como eu dizia, sim, o futuro é da juventude, mas, muito mais que isso, a juventude é chamada a exercer a sua cidadania. E o ministério evangelizador, para aqueles que seguem Jesus Cristo, é no hoje. Obrigado. (*Palmas.*)

Cerimonial – Vamos ouvir agora o representante da UNESCO no Brasil, senhor Vincent Defourny.

Vincent Defourny – Bom dia a todos! Antes de qualquer coisa, gostaria de cumprimentar o Pe. Romualdo, reitor da universidade, e D. Dimas, representando aqui a CNBB. É realmente uma grande satisfação estar aqui na mesa, nessa parceria fortalecida com a Universidade Católica e animada, em particular dentro do contexto da Cátedra, com muito talento e dedicação pelo professor Cândido, aqui presente, a quem realmente precisamos cumprimentar, também de uma forma muito especial.

Gostaria de refletir um pouco sobre o título deste seminário Juventudes: possibilidades e limites. Acho que temos que olhar muito bem esse título e pensar sobre os vários elementos. Acho que nada foi escolhido à toa ou por acaso, levando-nos a pensar, primeiramente, no plural de juventude: *juventudes*. Não é o singular, *juventude*. Temos que pensar nas várias caras das juventudes, para poder realmente entender melhor e poder trabalhar com essa juventude, para realmente orientar nossa atuação e pensamento a respeito das juventudes. Logo, me chama muito a atenção que a pontuação usada seja dois pontos e não, uma vírgula. Esses dois pontos, para mim, significam que as palavras que vêm não se referem diretamente a juventudes, mas a outra coisa. Talvez a algumas palavras que não estão no título propriamente, mas que estão implícitas, porque, como bem lembrou D. Dimas,

as juventudes não são o futuro, mas o presente. As possibilidades das juventudes são inúmeras, é quase um pleonasma falar de juventude e de possibilidade. Mas aqui acho que a expressão *possibilidades* não se refere tanto às possibilidades das juventudes, mas às possibilidades da reflexão, às possibilidades do estudo, às possibilidades da ação pública a respeito das juventudes. Da mesma forma, *limites*. Acho que aqui a palavra *limites* se refere muito mais aos limites da nossa ação, aos limites do nosso papel de educador, aos limites do nosso papel de pesquisador a respeito das juventudes. Então, esse título de alguma forma nos leva a pensar que temos que olhar as juventudes na sua complexidade, na sua realidade multifacetada e reconhecer, a respeito disso; que nós temos muitas possibilidades, mas também muitos limites para estudar, para atuar, para orientar. Acho que essa é uma reflexão muito interessante a ser feita hoje no seminário, e gostaria realmente de desejar um grande sucesso a essas reflexões, uma reflexão de muita qualidade que realmente nos faça pensar sobre o papel educador, a visão educadora que está por trás de tudo isso.

Aqui, não posso me esquecer de mencionar que a UNESCO não é a Organização das Nações Unidas para o ensino; é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Quer dizer, desde o início, os criadores da UNESCO entenderam muito bem que não é uma questão de se fazer uma agência técnica para falar dos vários componentes do ensino. Estamos falando de educação com E maiúsculo e com uma visão muito ampla, muito, muito além dos sistemas educacionais, muito além das escolas, muito além das universidades. Nesse sentido, a perspectiva que a UNESCO propõe está em convergência e na mesma linha da reflexão da Universidade Católica, bem como da Igreja como um todo e de todas as pessoas que têm esse cuidado muito especial pela educação. Como muito bem lembrou o Pe. Romualdo, são grandes educadores que estão nas raízes da Universidade Católica. Da mesma forma, esses grandes educadores também inspiraram a criação da UNESCO, na qual a própria Igreja reconheceu um conjunto de preocupações muito convergente. Na sua visita à UNESCO, o Papa João Paulo II lembrou muito bem esses elementos convergentes. Sua fala na ocasião foi muito inspiradora, tentando realmente trazer uma união das forças, uma união das reflexões, das possibilidades para uma atuação mais contundente, mais forte, a favor de todas as pessoas que necessitam no mundo, os pobres, com certeza. Nossa nova Diretora-geral, recentemente eleita, lembrou muito bem que é uma prioridade da UNESCO cuidar da juventude. Por isso, eu queria desejar um bom trabalho e parabenizar uma vez mais a Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, aqui na Universidade Católica. Muito obrigado. (*Palmas.*)

MESA-REDONDA

JUVENTUDE E INCLUSÃO SOCIAL: A EDUCAÇÃO COMO BASE

Candido Alberto Gomes¹

Rosilene Beatriz Lopes²

Helder Bueno Leal³

Palestrante: Candido Gomes – Coordenador da Cátedra Educação, Juventude e Sociedade da Universidade Católica de Brasília

Debatedor: Ricardo Henriques – Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Moderador: Geraldo Caliman – Vice-coordenador da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília



1. Coordenador da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília.
2. Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, professora das Faculdades Integradas do Norte de Minas e doutoranda em Educação na Universidade Católica de Brasília.
3. Professor da Universidade Católica de Brasília e doutorando em Educação na mesma Universidade.

A juventude hoje se caracteriza pela urgência de boa sementeira, para que a colheita atenda às exigências de longo prazo. De outro modo, a geração adulta de hoje arcará com uma parte significativa dos prejuízos. Por isso mesmo, este evento começa pelo direito à educação escolar, por constituir, na existência humana, o mais longo e mais rico processo de sementeira. O direito à educação de qualidade, com os seus efeitos multiplicativos, permite o acesso a outros direitos e, do ponto de vista econômico, provê retornos por meio do trabalho, saúde, renda, cidadania e outros frutos, à altura das circunstâncias que o Brasil vive e viverá. Em termos pragmáticos, atravessamos e continuaremos atravessando a transição demográfica, como outros países emergentes, pelo menos a China, a Índia e, crescente-se, a África do Sul, que enveredam pelo envelhecimento populacional. Revoluções demográficas como essas não tocam sinos, nem fazem soar alarmes. Simplesmente acontecem a longo prazo e requerem perspectiva de estadistas. Conforme a Tabela 1, três desses países emergentes, todos de grande população, embora hoje invejados pelo seu dinamismo econômico, enfrentarão situações inéditas, visto que, de países jovens, terão a paisagem, em parte, da União Europeia de hoje. No mundo inteiro, cresce a longevidade por motivos variados, entre eles a ciência, a tecnologia, o aumento e a distribuição da renda, a melhoria da alimentação e a busca pela melhoria das condições de vida, sintetizadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os males do capitalismo concentrador não caberiam nos 28 volumes e nas 18 mil páginas da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. A globalização é regressiva para grande parte da humanidade, justificando a expressão de Thurow (1996), no sentido de que o capitalismo obteve uma vitória de Pirro e precisa de grandes mudanças para fazer face ao seu futuro, muito mais abrangente, no mundo. Aos trancos e barrancos, em algumas décadas, o Brasil terá perto de um terço da população com 60 anos e mais, ou pouco menos que a China, esta abrigando perto de meio bilhão de pessoas desse grupo etário. As implicações se fazem presentes em todos os setores do país e das suas relações internacionais, desde a formação do pessoal de saúde e educação até o posicionamento geopolítico e geoestratégico, passando pelo trabalho, sistema tributário, previdência social, transportes etc.

Tabela I – Brasil, China e Índia – população estimada por grupo etário 2010-50
(N°s em milhões)

Ano	Brasil							
	0-14		15-24		15-59		60 e mais	
	N°	%	N	%	N°	%	N	%
2010	49,8	25,5	33,7	17,3	125,8	64,4	19,8	10,2
2020	42,0	20,1	34,2	16,4	137,8	65,9	29,3	14,0
2030	36,9	17,0	28,7	13,2	139,2	64,1	41,0	18,9
2040	35,2	15,3	25,1	11,4	133,7	60,8	52,6	23,9
2050	32,1	14,7	22,7	10,4	122,4	56,0	64,0	29,3

Ano	China							
	0-14		15-24		15-59		60 e mais	
	N°	%	N	%	N°	%	N	%
2010	269,0	19,9	228,7	16,9	918,2	67,8	166,5	12,3
2020	268,3	18,7	180,4	12,6	923,5	64,5	239,4	16,7
2030	246,6	16,9	177,6	12,1	873,6	59,7	342,3	23,4
2040	222,4	15,3	170,1	11,7	832,6	57,2	400,1	27,5
2050	216,4	15,3	148,0	10,4	760,3	53,7	440,4	31,1

Ano	Índia							
	0-14		15-24		15-59		60 e mais	
	N°	%	N	%	N°	%	N	%
2010	374,2	30,8	234,0	19,3	748,6	61,6	91,7	7,5
2020	364,4	26,7	245,1	17,9	868,3	63,5	134,5	9,8
2030	338,3	22,8	241,9	16,3	961,7	64,8	184,6	12,4
2040	308,7	19,7	228,6	14,6	1011,3	64,6	244,8	15,6
2050	294,0	18,2	205,8	12,8	1004,2	62,2	315,6	19,6

Fonte dos dados originais: Organização das Nações Unidas, cenário mediano.

Os países desenvolvidos de hoje terão proporções mais elevadas de idosos, como o Japão (cerca de 41%), com desvantagens na grande competição global que se delinea. Entre eles, porém, prevê-se que os Estados Unidos serão uma exceção. Em 2050, haverá 100 milhões de habitantes adicionais, em face da imigração e da taxa de fecundidade, esta perto do nível de renovação. Isso significará cerca de 25% de idosos, perto do percentual brasileiro e abaixo do chinês (KOTKIN, 2010). Uma grande diferença é que os emergentes de hoje, com menores recursos financeiros, passam mais velozmente, em termos relativos, de países jovens, com pirâmides demográficas de base alargada, a países com ampla população idosa e fecundidade declinante.

Em termos mais práticos, nessa acelerada transição demográfica, quem sustentará os idosos? Esta é a pergunta que jamais poderá calar. Além do prolongamento da sua própria vida economicamente ativa, crianças e jovens de hoje, além das gerações vindouras, constituem o frágil pilar sobre o qual esses e outros países se assentarão. Isso significa que, para dar conta do seu papel histórico, as novas gerações precisam ser cada vez mais bem preparadas para terem uma vida ativa mais longa, melhor exercício da cidadania e – em inevitáveis termos econômicos –, maior produtividade. Do contrário, conforme a tão usada metáfora, serão mesmo gigantes com pés de barro. E pés pequenos...

Para tanto, há um grande facilitador: o número de crianças e jovens vem diminuindo, de modo que, uma vez mantido o bolo de recursos para as políticas sociais e educacionais, a fatia que cabe a cada um pode aumentar. De outro lado, o crescimento do número de idosos ainda não se acelerou, estabelecendo uma trégua histórica, chamada bônus demográfico, que pode ser aproveitada (ou não) para investir nas novas gerações. É bem verdade que essa janela, no caso brasileiro, tem o seu fechamento previsto para 2020 (CEPAL; UNESCO, 2005), ou seja, corresponde, pelos termos atuais da Constituição, a dois e meio mandatos eletivos. Assim, parte do drama consiste em enxergar longe e agir rapidamente, lutando contra a inércia de estruturas burocráticas piramidais, mais ou menos enfileiradas e empilhadas, enquanto o mundo se desdobra em redes que se entrelaçam.

Nas novas formas de convivência e redimensionamento dos países, é fundamental lembrar os quatro pilares da educação no século XXI (DELORS et al., 2010). Eles constituem o apoio e a tônica de uma educação básica que, apesar do nome, já não se assemelha aos alicerces de um prédio, mas a uma plataforma de lançamento de foguetes e veículos espaciais. Considerando que o menino de hoje, ao começar o ensino fundamental aos 6 anos de idade, terminará o ensino médio em 2020 e terá expectativa média de vida certamente superior aos atuais 72 anos, a chamada educação básica lhe será

um freio, e não um acelerador, caso o recheie de conhecimentos provavelmente mofados aos 29 ou, mesmo, aos 18 anos de idade. Será ainda pior se os educadores não atuarem decisivamente, pela palavra e pelo exemplo, para formar valores que orientem a administração de conflitos. Se numerosos educadores continuarem, por omissão, a considerar que problemas entre alunos devem ser resolvidos entre eles, aos tapas ou pelas sutis violências simbólicas, não menos cruéis que as físicas, com certeza o mundo se converterá no lugar em que não se poderá viver, por falta da aprendizagem da convivência. Por isso, os quatro pilares – aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser – não são uma ilustração lírica de visionários ou um chamamento de moralistas, puxando a brasa para a sua sardinha. O pior é que não há uma encruzilhada para parar, olhar e decidir: decide-se a cada momento no fogo das ações e inações, querendo ou não. Com certeza, a colheita virá sob a forma de pessoas menos ou mais bem formadas para viver mais tempo. Por isso mesmo, necessitarão de verdadeira formação continuada, em particular na educação (escolarização e outros processos) e na formação profissional para a vida. Não será inútil reiterar, como filósofos e educadores têm feito desde o início do século passado, que a educação não pode preparar para ontem, nem mesmo para hoje, mas, sim, para depois de amanhã. Conforme o poeta, lírico e profundamente realista a um só tempo, os pais somos os arcos e os filhos, as flechas projetadas para o futuro (GIBRAN, 1973). Os filhos, por isso mesmo, não constituem nossa propriedade, embora eles venham a responsabilizar-nos pelas nossas ações e omissões quando enfrentarem os desafios prospectivos que, ao menos em parte, conscientemente antevemos. Cabe só a eles habitar a mansão do amanhã, que não chegaremos a conhecer, cujo esboço, porém, em parte, desenhamos no curso da história, pois o futuro depende do passado e do presente.

Por outro lado, não deixa de ser angustiante abordar a educação e a formação profissional, o futuro papel dos jovens e a revolução demográfica, enquanto o mundo do hoje e do agora enfrenta paradoxos transnacionais. A juventude precisa ser bem preparada, todavia, o desemprego juvenil é uma praga em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aquele mesmo capitalismo é extremamente avarento na criação de postos de trabalho decente. Ele pratica uma racionalidade que ignora necessidades da vida e identidade humanas, captura os aumentos de produtividade em favor das empresas, promove uma competição que leva a comprimir cada vez mais os custos e a maximizar os lucros, guiando-se por padrões competitivos tão pouco éticos que levaram este mundo à pior crise econômica desde 1929. Como se não bastasse, os países buscam manter os jovens estudando pelo maior tempo

possível, porque as ondas das gerações anteriores ainda não chegaram à praia, ao passo que os contingentes cada vez menores de jovens se veem cada vez mais distante do trabalho. Com isso, acirra-se a corrida pela educação, novas etapas lhe são acrescentadas e, como efeito, a abundância relativa de certificados e diplomas, como no caso da moeda, leva à sua desvalorização. Daí porque é preciso estudar cada vez mais, num processo de inflação educacional (DURU-BELLAT, 2006), para conseguir colocações profissionais muitas vezes abaixo das expectativas. A educação, que era um elevador apinhado para os andares superiores, se torna um paraquedas (FILMUS, 1996) para a mobilidade social descendente (PEUGNY, 2009). Em meio a esse vórtice, jovens recém-chegados à sociedade e à economia, ansiosos pelo exercício do protagonismo, se perguntam, segregados por linhas de gênero, etnia e classe, que herança lhes legaram seus pais; se eles, jovens, ainda têm lugar na história, quanto precisam esperar ou desesperar e como suportarão a agonia de viverem no limbo por períodos cada vez mais longos.

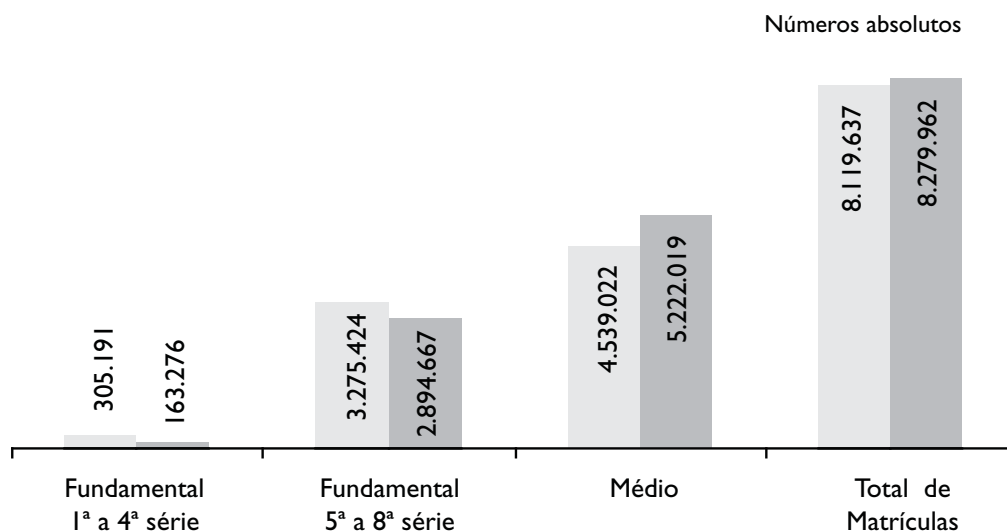
Se a praga do desemprego juvenil é relativamente menor no Brasil do que em países desenvolvidos, aqui ela também diz presente, sem claras perspectivas de superação. Então, qual a viabilidade de conceber os jovens como pilares do futuro de uma sociedade em envelhecimento? Essas contradições aparentes indicam que a simplicidade das visões unilaterais, pegando o fio da meada só pela demografia, ou só pela educação, ou só pela estrutura ocupacional, ou só pela competitividade internacional ou qualquer outro campo, patenteiam que a simplificação menos ajuda que atrapalha. As sociedades em rede (CASTELLS, 2003) apresentam problemas de múltiplas faces, enredados na complexidade. Eis porque o conceito de juventude, no singular, é efetivamente um biombo das variadas juventudes. Seus problemas e as respectivas políticas a elas dirigidas não podem ser vítimas de reducionismo. Ao contrário, além de se articularem entre si, porque os cidadãos são indivisíveis, precisam articular-se com políticas mais amplas para o país e para um sistema internacional cada vez mais interdependente.

ANATOMIA DO “VAREJO”

Numa visão miúda, se o menino de seis anos hoje não for vítima da violência praticada por/contra jovens, principalmente se for pobre, negro e tangenciar de algum modo o mercado transnacional de drogas (mesmo não participando dos seus circuitos, bastando ser “azarado” em face de uma “bala perdida”), poderá chegar ao fim da educação básica em 2017, talvez ao fim da educação superior por volta de 2021 e provavelmente precisará retornar à

escola várias vezes. Esse é apenas o “varejo” da paisagem imediata. Congelamos o filme em algumas cenas, enquanto ele continua, na realidade, a correr cada vez mais rápido. Tais quadros, mesmo sem considerar a dinâmica da história, exibem um panorama mesquinho, de pouca luz e sombras espessas. Se as Nações Unidas consideram como juventude a faixa etária dos 15 aos 24 anos (órgãos estatísticos a projetam até os 29, 30 e 35 anos), no atarracado “varejo” da educação brasileira, seria o caso de dirigir o foco inicialmente para o ensino médio regular que, na teoria (fantasiosa desde o início da colonização e, assim, indigna do nome de teoria), se destina aos primeiros anos de vida de juventude, isto é, 15 a 17 anos. Triste engano: estamos atrasados, como indica o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Alunos por série na faixa etária de 15 a 17 anos, 2008



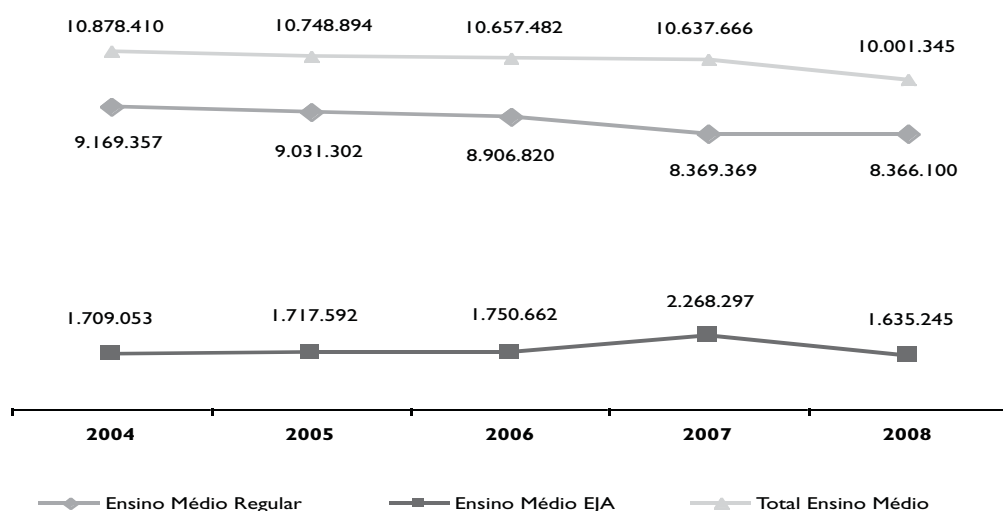
Fonte: IBGE/PNAD, MEC/INEP

Entre outros problemas que esta Cátedra investiga, pouco mais da metade desse grupo etário, 5,2 milhões, estava matriculada no ensino médio em 2008. Além de quase dois milhões de jovens fora da escola, cerca de três milhões ainda se encontravam no ensino fundamental regular. Claro, a situação tem mudado: em 1999, 43,6% dos alunos do ensino médio tinham entre 15 e 17 anos de idade, ao passo que, em 2008, eram 63,1%. Levamos nove anos para elevar a proporção em quase vinte pontos. Em “breve” chegaremos lá, o único problema é que o resto do mundo não fica parado, esperando o Brasil. Os que melhoram acesso, qualidade e democratização mais rapidamente vão prosseguindo em maior velocidade. Caso servisse de consolo, existe um grupo mais lento que nós, mas não vale seguir o seu exemplo.

Outro ponto revelado pelas estatísticas é a tendência levemente declinante do total de matrículas. Cotejando sempre matrículas, pois o número

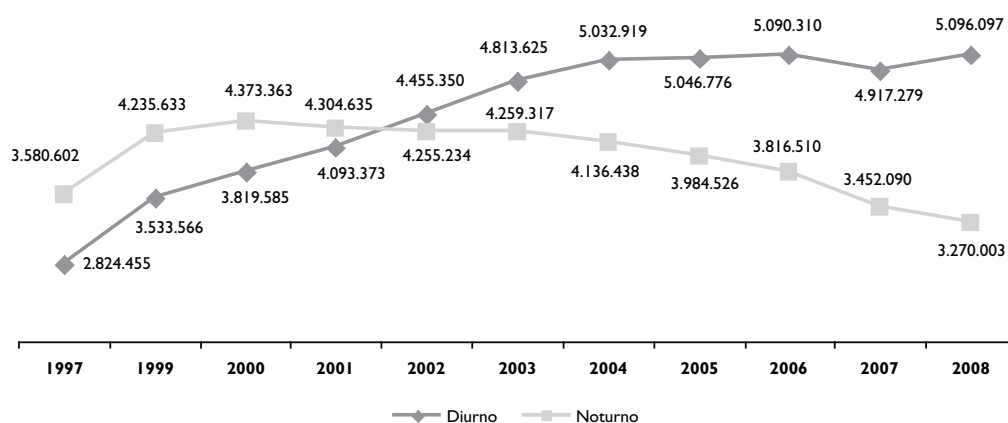
de alunos passou a ser recenseado há pouco, o período de 2004-2008 revela curvas levemente descendentes tanto no total quanto nas modalidades de ensino regular e educação de jovens e adultos – EJA (Gráfico 2). A suposta “demanda reprimida”, dirigida à EJA, é a que mais tem recuado, como também o ensino regular noturno, uma alternativa mais demorada que a primeira para os que não puderam cursar na idade própria. Comparando com a população residente, o futuro do ensino médio admite expansão, mas a coorte de 15 a 17 anos mostra ligeira diminuição em números absolutos (Tabela 2). É preciso um conjunto de esforços para atrair essa população à escola, já que as matrículas no ensino regular noturno e na EJA descem a ladeira (gráficos 2 e 3). Mais ainda, cumpre evitar que a população jovem desista dos estudos, particularmente no ensino médio regular, o que é provavelmente mais fácil do que atrair esse contingente populacional de volta. Nos últimos anos, só o ensino médio regular diurno tem crescido, o que leva certas áreas e redes escolares ao risco de fechar turmas, estabelecimentos e desviar professores, num país subescolarizado. Do ponto de vista da ocupação/ociosidade de recursos em curto prazo, a notícia favorável é o leve incremento da coorte de dez a 14 anos em números absolutos, mas, já anunciando a revolução demográfica, o lento declínio da sua participação percentual sobre o total da população. Recorrendo à imagem do bolo, espera-se que, diminuindo o número de convidados, cada um receba uma fatia maior. É bem verdade que os fundos distributivos de verbas educacionais já criaram uma tradição de alocação por aluno desde 1996. Ademais, não se conseguirão mudanças drásticas se as formas de aplicar os recursos também não mudarem expressivamente.

Gráfico 2 – Matrículas totais do ensino médio regular e EJA – Brasil



Fonte: MEC/INEP – Censos da Educação Básica

Gráfico 3 – Matrículas no ensino médio regular por turno – Brasil



Fonte: MEC/INEP – Censos da Educação Básica

Tabela 2 – População de 15 a 17 anos, total, matriculada e fora da escola – Brasil

	População de 15 a 17 anos	Total de Matrículas	%	Fora da escola	%
2002	10.475.000	8.710.584	83	1.764.416	17
2004	10.730.000	9.169.357	85	1.560.643	15
2005	10.628.000	9.031.302	85	1.596.698	15
2007	10.178.000	8.119.637	80	2.058.363	20
2008	10.290.000	8.279.962	80	2.010.038	20

Fontes: População: IBGE/PNAD. Matrículas: MEC/INEP.

Como o objetivo aqui não é fazer uma anatomia do ensino médio, até porque ele hoje divide amplamente a cena com o fundamental, cumpre pincelar algumas características da educação e do preparo para o trabalho, reveladas pelas Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2007 e 2008:

- Apenas 7,7% das pessoas de 15 anos e mais frequentavam ou haviam frequentado a EJA, apesar de contarem com modesto número de anos de estudo e de estarem muito atrasadas na sua escolaridade.
- Só 3,8% da população de 10 anos ou mais frequentavam a educação profissional, enquanto nada mais que 18,6% haviam frequentado antes.
- A necessidade de trabalhar foi o maior motivo declarado para deixarem o ensino regular. Contudo, no ensino médio, alto número de pessoas declarou o seu desinteresse de retornar à escola (NERI, 2009).
- A população de 10 anos de idade e mais que sofria maior risco de exclusão social era a de baixa escolaridade:

- 10,2% não tinham instrução e declararam menos de um ano de escolaridade;
- 21,9% apresentavam até quatro anos;
- 48,0% ou 81,9 milhões tinham até oito anos.

Assim, somente cerca de um quinto dessa população tinha 11 anos completos de estudo e, em princípio, seria mais imune à exclusão social. Como o incremento da escolarização, ainda escassa, pode acontecer em detrimento da qualidade e, ademais, com a ampliação da oferta de pessoas mais escolarizadas, o comportamento modal dos empregadores é elevar as exigências educacionais. Com isso, ascende a espiral inflacionária que eleva cada vez mais os obstáculos da corrida: quanto maior a abundância relativa de pessoas educadas, mais altos serão os requisitos. Se estes se elevam porque as funções profissionais se tornam mais complexas e exigentes, só resta à educação e à formação profissional aprimorar-se e atender o quanto antes ao seu entorno. E o que significa a escolaridade para o empregador nos processos de seleção e promoção? Meras credenciais que representam a treinabilidade nas ocupações específicas? Ou características socioeconômicas e socioculturais dos trabalhadores? Ou ainda, conforme o enfoque clássico, uma mensuração do nível de “capital humano”? Ao longo de décadas, já se gastaram rios de tinta com esse debate, sem conclusões seguras. É tentador afirmar que surge uma *inflação estéril* quando as exigências profissionais sobem sem corresponder às mudanças ocupacionais. Embora estas sejam tendências discutíveis, pois algumas ocupações se tornam mais complexas, ao passo que outras são propositalmente simplificadas (BILLET, 2009; HALL, 2009; HEINZ, 2009), não se pode negar que o incremento da escolaridade *pode* ter retornos individuais e coletivos – o que é mais uma acirrada controvérsia, a agravar a complexidade dos problemas em tela.

Levantando uma ponta do véu das intrincadas relações entre educação e trabalho no Brasil (CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001), constata-se que:

- A porta mais crítica de saída da escola se situa aos 14 anos de idade, refletindo aspectos biopsicossociais relativos, em parte, à adolescência e à sua chegada aparentemente cada vez mais precoce. Daí a saída da escola aumenta até os 18 anos, limiar da maioridade.
- O período de maior crescimento do ingresso no trabalho vai dos 12 aos 19 anos.
- O pico dos jovens que não estudam nem trabalham vai dos 20 aos 23 anos.

O último grupo, de quem não estuda ou trabalha, é predominantemente feminino e ligado a ocupações maternas e domésticas (CASTRO; AQUINO,

2008). No entanto, o seu acelerado crescimento, com a crise econômica, tem levado a sérias preocupações. A assim chamada geração “ni-ni” (nos países de língua espanhola, *ni trabajan ni estudian*) tem sofrido a desilusão tanto com o elevado desemprego juvenil, por isso deixando de procurar trabalho, quanto com as possibilidades de a educação lhes abrir oportunidades, em particular pela inflação de diplomas. Pelo menos no caso da Argentina, a geração “ni-ni” se compõe majoritariamente de população de baixa renda (SMERLING, 2009; SALINAS GARCÍA, 2010).

Essa questão seria simples se houvesse mera competição entre estudo e trabalho, entre o “investimento” das pessoas em si mesmas, com protelação da renda, ou captação dos retornos imediatos. Todavia, os jovens não enfrentam apenas esse dilema. As diferenças entre crianças e jovens e suas circunstâncias sociais tornam as explicações muito mais complicadas. Num recorte simples, é possível conceber a oposição entre a atratividade da escola em si e as necessidades econômicas imediatas, ligadas, entre outros aspectos, à pobreza e/ou às culturas ou subculturas da adolescência e juventude (WOOD, 2006), caracterizadas por padrões de consumo fortemente incentivados pela mídia e pelo desejo de protagonismo social (COLEMAN, 1963; DUBET, 2002; SAVAGE, 2009). Por um lado, o abandono da escola por desinteresse (NERI, 2009), num país onde escolaridade e renda apresentam alto grau de associação (BARBOSA FILHO; PESSOA, 2009), conduz ao questionamento dos currículos e da sua relevância para a vida do jovem. Assim, continua a ter sentido a indagação de Gouveia (1983) sobre o trabalho do menor como necessidade transfigurada em virtude. A autora verificou então que o adolescente urbano não revelava amargura ou revolta por precisar trabalhar e, em muitos casos, estudar à noite, compondo assim onerosas jornadas. Ao contrário, sentia-se importante por ser capaz de contribuir para o orçamento das suas famílias. Ainda que alto número deles apresentasse atraso escolar e tivesse sofrido reprovações anteriores, afirmavam o papel da educação como canal de ascensão social. A autora concluiu: essa necessidade transfigurada em virtude seria resultado do processo de socialização ou de ideologização? Qualquer que seja a raiz dessa transfiguração, cumpre considerar que o trabalho tanto pode ser motivo de abandono da escola (onde o jovem talvez não encontre atrativos ou aplicação para o futuro) quanto de retorno aos estudos. No caso do adolescente, uma resenha de pesquisas revelou que, dependendo da remuneração, da jornada e das exigências e perspectivas laborais, o trabalho incentivava e viabilizava a concomitância ou a retomada dos estudos (GOMES, 1986). Especificamente entre jovens e adultos, o trabalho tanto pode ser motivo de desistência, pelo cansaço e outros fatores, como de

retorno à escola pelas exigências do mesmo trabalho (CARVALHO; CAPANEMA, 2009). Caso se considere que tanto a escolarização como o trabalho apresentam características diversificadas, mais ou menos favoráveis, surge um jogo complexo entre fatores de atração e repulsão entre ambos, além de outros aspectos, inclusive a maternidade/paternidade. Tão alto grau de complexidade não pode paralisar as decisões, entretanto, chama a atenção para a imprudência de políticas públicas lineares e desentrosadas.

DOS AMPLOS CENÁRIOS À SALA DE AULA

Já foi constatada a existência de dois mundos parcialmente conflitantes, com as suas gramáticas próprias: aquele que elabora as políticas a partir de amplos cenários, sem usar lentes claras para a escola e a sala de aula, e o que consagra uma prática na ponta do “sistema” e desenvolve conhecimentos empíricos próprios (FRIGERIO, 2002). A troca de acusações parece mais velha que o Príncipe Regente D. João: os reformistas acusando os executores de resistência à mudança e os últimos apontando a carência de realismo dos primeiros. Apesar do círculo vicioso, há muito que aprender com ambos os grupos. Se a pesquisa detecta que a escola não atrai grande parte da população, os currículos e programas precisam ser questionados, tanto na perspectiva da cúpula do “sistema” quanto na dos pormenores da prática. Em verdade, a sociologia mostra que os currículos são arenas de poder, com interesses estabelecidos: limitado pela soma zero, se o planejador retira horas de um componente curricular para dar a outro, só consegue agradar aos gregos e não aos troianos, embora em certos casos consiga a proeza de desagradar a todos. Mais ainda: os currículos são hierarquizados em termos de prestígio social: a educação física, por se referir ao corpo, é considerada “menos importante” que outros componentes, aparentemente mais ligados ao intelecto. A matemática, pelo nível de abstração exigido, “vale” mais que a geografia, ainda encarada como “decoreba” (GOMES, 2005). Na base da pirâmide da estratificação curricular ficam as práticas ligadas às ocupações manuais, isto é, a “educação para os filhos dos outros”. No caso do ensino médio, o Brasil tem seguido a tradição de compartimentar e justapor as “disciplinas”, que antes de Francisco Campos eram dispersas, inorgânicas e levavam a um estado de coisas ainda pior (GOMES, 2000). O princípio seguido há décadas é “cada macaco no seu galho”. Não faltam propostas de multi/inter/transdisciplinaridade desde a Escola Nova, mas as experiências ficam ilhadas e não se difundem em grande escala. Não é tão difícil explicar: primeiro, a articulação de com-

ponentes do currículo envolve tarefas mais complicadas, contrariando a lei do menor esforço, ainda mais quando o regime de trabalho de fato dos professores é o de horista. Segundo, a tradição latino-americana aprofunda cada vez mais a especialização ao formar professores (BRASLAVSKY, 2001), acompanhando em parte a velha história das ciências (não a nova, que busca o entrelaçamento e a mútua colaboração). Com isso, os professores, cada vez mais formados em nível superior, desenvolvem sua fidelidade a um campo de conhecimentos crescentemente menos extenso e mais profundo, como se todos os lagos do mundo fossem como o famoso Baikal, na Sibéria. Palmilhar o terreno é o seu forte, ter uma vista aérea é o seu fraco. Assim, no aprofundamento da especialização, a grande maioria dos seus professores os ensinou quando os novos docentes eram crianças e jovens. Logo, a sua segurança reside em fazerem o que lhes é mais familiar e simples, sem mexer demais no vespeiro das arenas curriculares. Em coerência, o Brasil, que tem expandido a duração da jornada no ensino médio, tem acrescentado novos componentes curriculares, ao ponto de chegar hoje a cerca de uma dúzia. Pouco se muda ao somar, pois os recém-chegados se inserem na hierarquia de prestígio existente. Com isso, aumentam a fragmentação e os custos. Como abelha de flor em flor, um docente pode viajar centenas de quilômetros semanais para ministrar pequena carga horária em diversos municípios. Se não atuar na prática como horista, provavelmente o currículo não poderá ser integralizado. Em grandes cidades os quilômetros de engarrafamento podem demorar mais que o deslocamento pelas estradas, levando o docente a ser tão horista e a ter tantos alunos como o seu colega do interior. O dom da ubiquidade seria bem-vindo, mas não é viável. Ruim para os educadores, talvez seja pior para os educandos. O aborrecimento do jovem na escola (NIZET; HIERNAUX, s.d.) é uma das manifestações atuais de mal-estar, provavelmente relacionada também às violências.

Há cerca de um século Dewey (1976), ante o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, preconizou que o centro da aprendizagem é o aluno, não o professor. Entretanto, os currículos continuam centrados nos seus *experts*, isto é, os docentes. Nesse caso, há os riscos de: (i) os professores ensinarem apenas o que gostam, ou mais sabem ou, ainda, pensam ser o melhor para os discentes; (ii) os alunos ficarem com lacunas no alcance dos objetivos mínimos e sem a compreensão dos conteúdos (DALBEN, 2000; AMARAL, 2000). Como mencionado anteriormente, sendo os currículos arenas competitivas-conflituosas, as divergências se fazem presentes tanto em relação aos conteúdos quanto às práticas escolares. Com frequência, há um grupo que

defende maneiras de organizar os currículos que rompam com as tradições; outro argumenta que as mudanças contribuem para a queda na qualidade do ensino e o terceiro, intermediário, defende a ideia que os currículos devem ser renovados, embora mantendo as práticas tradicionais bem-sucedidas (SANTOS, 2003).

Em suma, os currículos, no Brasil e outros países, conseguem ser ao mesmo tempo caros, desinteressantes e pouco significativos à luz da realidade do aluno. Os discentes socialmente privilegiados ainda têm a expectativa do ingresso na educação superior, em face das expectativas da família, dos grupos de colegas etc., e, assim, suportam, até com fervor, o ensino enciclopédico de colégios e cursinhos. Então, para que servem os currículos? Na balança dos custos e benefícios, parte das pessoas considera melhor deixar o ensino médio. As reprovações se concentram na primeira série, formando um funil cuja “culpa” é transferida com frequência ao ensino fundamental. Para não enfrentarem o conhecido vexame da reprovação, os alunos, com mais idade e maior protagonismo, deixam de frequentar o estabelecimento antes do fim do ano, “saem à francesa”, ocorrendo o chamado afastamento por abandono. É fenômeno oposto ao do ensino fundamental, em que prevalecem as reprovações sobre o abandono. É claro que o fracasso incide em particular sobre os menos aquinhoados socialmente.

Como resultado, o Brasil tem currículos artificiosos, isolados da vida vivida, orientados por exames, executados predominantemente por meio de aulas expositivas e, por isso, caros e de escassos benefícios para o indivíduo e a coletividade.

Tudo isso acontece na contracorrente do protagonismo exigido dos jovens pela sociedade e por eles assumido. Esta os obriga a se “virarem” e a tomarem uma série de decisões estratégicas na sua vida, para as quais os currículos pouco contribuem. Em coerência, o jovem deseja ser um sujeito, não um objeto. Precisa ser coautor da sua educação e decisor da sua vida. Necessita relacionar pensamentos, sentimentos e ações, mas os currículos estão prontos e decididos como intelectualistas. Assim, o corpo estranho que se expulsa é o aluno. Quem não cabe na forma vai embora ou nem entra.

Considerando que é fácil criticar e difícil propor saídas para o labirinto, arriscamo-nos à sugestão do Quadro 1, com base na literatura corrente.

Quadro I – Sugestão para o currículo do ensino médio, com ênfase na aprendizagem da convivência

Eixos	Características
Currículo aberto: responsabilidade de todos	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir um processo aberto, enriquecido com os temas atuais e locais que considerem a aprendizagem da turma e o diagnóstico de cada aluno (FLEURI, 2008). • Planejar a partir de atividades viáveis e atrativas pela comunidade escolar (FLEURI, 2008). • Ter função ecológica, tarefa articulada de informações entre educandos e educadores (FLEURI, 2008). • Garantir a luta pela autonomia da escola, inscrita dentro de uma luta maior pela autonomia na própria sociedade (GADOTTI, 1998). • Apresentar objetivos e proposta de ações para estimular a aprendizagem para a convivência.
Escola e vida: construindo conhecimentos significativos	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir significação lógica, sugerindo coerência, clareza e precisão, o que não significa simplificar um tema, eliminando as relações entre suas partes e, assim, tornando-o incompreensível (BIXIO, 2006). • Possuir significação psicológica, permitindo a compreensão de acordo com a estrutura cognitiva do aluno (BIXIO, 2006). • Apresentar conteúdos selecionados e organizados, observando a faixa etária e as características próprias do ciclo de vida e proporcionar o desenvolvimento da capacidade de argumentação e crítica, além da capacidade de solucionar os problemas detectados (SANTOS, 2003). • Garantir a apresentação dos conteúdos como parte da cultura (BIXIO, 2006). • Integrar os conteúdos de diferentes campos, partindo de problemas da vida cotidiana (SANTOS, 2003). • Possibilitar ao aluno a construção de conhecimentos significativos, por meio do desenvolvimento de habilidades intelectuais, atitudes, formas de conduta e valores, pesquisa autônoma, criatividade e espírito crítico (SANTOS, 2003).

Eixos	Características
<p>Universal e multicultural: aprendendo a respeitar o outro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a transmissão da cultura de uma geração à outra por meio de conhecimentos úteis, sem, entretanto, reduzir a cultura universal a conhecimentos de aplicação imediata (BIXIO, 2006). • Proporcionar “... uma aprendizagem de conteúdos da vida que abrangem os conceitos científicos da cultura erudita e os conteúdos éticos de convivência social” (FERREIRA, 2000, p. 1873). • Reconhecer e valorizar a diversidade cultural – atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação (BRASIL, 1998, p. 122). • Assegurar sua função ecológica – “prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se auto-organizem em relação de reciprocidade entre si e entre seus respectivos ambientes” (FLEURI, 2008, p. 119). • Promover a aprendizagem do reconhecimento e valorização da cultura do grupo social ao qual pertence, bem como respeitar a cultura do outro e aprender a capacidade de lidar com a diferença (SANTOS, 2003). • Desenvolver habilidades e atitudes, tais como solidariedade e tolerância, onde o reconhecimento do outro não acontece na busca de traduzir em uma só língua, mas no desejo de se comunicar (MACHADO, 2000).
<p>Cidadania: articulando projetos pessoais e projetos coletivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que a função social mais genuína da escola seja alcançada – ser um lugar possível onde os sujeitos aconteçam (BIXIO, 2006). • Eleger e trabalhar disciplinas que estejam a serviço dos projetos pessoais dos alunos (MACHADO, 2000). • Promover a construção de instrumentos que busquem a articulação entre os projetos individuais e os coletivos, garantindo a construção da cidadania.
<p>Trabalho e escola: superando a dicotomia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). • Prover a preparação básica para o trabalho e a cidadania, de modo que o educando possa continuar aprendendo, a fim de se adaptar flexivelmente a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento (BRASIL, 1988).

O currículo intervém no contexto da sala de aula e pode colaborar para as dificuldades no relacionamento interpessoal, haja vista que é limitado em face da diversidade e interesses dos alunos (CARITA; FERNANDES, 2002; JARES, 2002). Diante dessa constatação é preciso concebê-lo como um processo aberto. Assim, a comunidade escolar é chamada à responsabilidade de enriquecê-lo com os temas atuais, locais e, de acordo com a aprendizagem da turma e o diagnóstico de cada aluno, planejando e executando atividades viáveis e atrativas. Nessa perspectiva, o currículo e a programação didática terão uma função ecológica, com tarefas articuladas de informações entre educandos e educadores (FLEURI, 2008).

A legislação e o currículo já instituídos são considerados no projeto escolar, que em parte é também instituinte, ou seja, a comunidade escolar pode criar, de acordo com a realidade imediata e o contexto em que está inserida. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), essa característica do projeto significa que ele institui hábitos e valores por meio dos objetivos, procedimentos e instrumentos, nos termos da autonomia legal da escola.

Para que os conhecimentos sejam significativos, algumas condições devem ser observadas: (i) significação lógica, que implica coerência, clareza e precisão. Isso não significa simplificar um tema, eliminando as relações entre suas partes e tornando-o incompreensível; (ii) significação psicológica, a estrutura cognitiva do aluno permite que aconteça a compreensão (BIXIO, 2006). A seleção e a organização de conteúdos devem observar a faixa etária e as características próprias do ciclo de vida, além de proporcionar o desenvolvimento da capacidade de argumentação e crítica e a capacidade de solucionar os problemas detectados (SANTOS, 2003).

Nesse sentido, o currículo precisa buscar a integração dos diferentes campos; partir de problemas da vida cotidiana, possibilitando ao aluno a construção de conhecimentos significativos, por meio do desenvolvimento de habilidades intelectuais, atitudes, formas de conduta, valores, pesquisa autônoma, criatividade e espírito crítico (SANTOS, 2003). O currículo não pode desprezar os conhecimentos considerados universais, nem eleger arbitrariamente alguns como superiores a outros. Ao expressar as diversidades, o currículo escolar assegurará: (i) sua função ecológica, no sentido de “prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se autoorganizem em relação de reciprocidade entre si e entre seus respectivos ambientes” (FLEURI, 2008, p. 119); (ii) a aprendizagem, pelos alunos, do reconhecimento e valorização da cultura do seu grupo social e do respeito à cultura do outro, desenvolvendo a capaci-

dade de lidar com a diferença (SANTOS, 2003); e (iii) o desenvolvimento de valores e atitudes, tais como solidariedade e tolerância. Como parte do preparo para a vida social, o ensino médio precisa também estabelecer pontes efetivas para integrar-se ou relacionar-se estreitamente com o trabalho. Isso não significa que o estabelecimento educacional prepare cada aluno para uma função profissional ou conjunto delas. Cumpre ponderar que, por um lado, nem todas as ocupações requerem preparo formal e, por outro, que a escolarização não cria empregos nem trabalho, a não ser para educadores. Todavia, é indispensável que sejam estabelecidos os enlaces e as bases indispensáveis para o trânsito de mão dupla entre o ensino médio e a educação profissional, como entre a educação e o mundo do trabalho, de modo a superar a secular dicotomia entre ambos, expressa inclusive na antinomia de continuidade e terminalidade dos estudos.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que as burocracias públicas se organizam de modo piramidal, são frequentes as dificuldades de estabelecer políticas transversais, como para a infância e a juventude. Esse é um problema de governança (ou falta dela) constatado em numerosos países. Como ministérios e secretarias se situam ao mesmo nível hierárquico, cada qual na sua estrutura, uma das saídas adotadas é agregar tais políticas ao gabinete do primeiro-ministro ou do presidente da república. O diálogo entre *iguais*, mesmo assim, não é fácil, ainda que regido por autoridades hierarquicamente superiores. No caso de certos países, como o Brasil, além da articulação horizontal entre secretarias de Estado, é indispensável a articulação vertical entre níveis governamentais. Estados unitários, como Portugal e França, aparentemente teriam maiores possibilidades de relacionamento de cima para baixo e vice-versa. Entretanto, grande parte das suas políticas públicas visa à descentralização e à desconcentração. A rica pluralidade atual, cada vez mais complexa, não tem sido bem atendida por modelos centralizadores, como o de Napoleão, na França. Países de dimensões continentais, a exemplo do Brasil e Estados Unidos, entre outros, estabelecem pactos federativos em cláusulas péticas das suas Constituições. Para serem coerentes, os pactos necessitam de princípios e mecanismos de colaboração e articulação, com graus diferentes de descentralização, ligados a raízes histórico-sociais profundas.

Além dessas duas dimensões de articulação, facilitadas pelo trabalho em rede, muito mais ágil e flexível, as políticas de juventude/s apresentam questões de foco, eficiência e efetividade nos seus componentes. Partindo do

ensino médio e dos obstáculos a vencer, analisados acima, constata-se que, além da governança, cada setor precisa de mudanças significativas, em face da dinâmica desses tempos. Vale ressaltar que as políticas públicas precisam focalizar não só os jovens como pessoas (singulares), mas também a sua segmentação em grupos (plurais). Afora esse ponto, caso se constate que uma nova característica do cenário escolar é a emergência do protagonismo jovem, na moldura da denominada pós-modernidade, indubitavelmente não se podem fazer políticas de juventude/s sem que esta/s sejam sujeito/s da sua elaboração, execução, acompanhamento e avaliação. Assim, diálogos e parcerias efetivos são fundamentais, o que torna os processos mais difíceis, porém oferecem condições mais adequadas para circunstâncias histórico-sociais mais complexas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. L. Currículo: parâmetros e diretrizes curriculares e implicações práticas. In: SALGADO, M. U.C.; MIRANDA, G. V. de. (Org.). Verdades: formação superior de professores; guia de estudo, módulo 3, volume 3. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003.

_____. Os projetos de trabalho na ótica da escola plural. In: DALBEN, A. I. L. de F. (Org.). Singular ou plural? Eis a escola em questão. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 2000. p. 67-75.

BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSOA, S. Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica. In: VELOSO, F. et al. (Org.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio: Elsevier, 2009. p. 51-72.

BILLET, S. Changing work, work practice : consequences for vocational education. In: MACLEAN, R.; WILSON, D. (Org.). International Handbook of education for the changing world of work: bridging academic and vocational learning. Dordrecht, Holanda: Springer; Bonn: UNESCO-UNEVOC, 2009. p. 175-188.

BIXIO, C. Chicos aburridos: el problema de la motivación en la escuela. Rosario, Argentina: Homo Sapiens Eds., 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 abr. 2010.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB/CNE nº 3, de 26/6/1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://edutec.net/Leis/Educacionais/eddirem.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BRASLAVSKY, C. As novas tendências mundiais e as mudanças curriculares na educação secundária latino-americana na década de 90. Brasília: UNESCO, 2001.

CARITA, A.; FERNANDES, G. Indisciplina na sala de aula: Como prevenir? Como remediar? Lisboa: Presença, 2002.

CARVALHO, P. L.; CAPANEMA, C. de F. Afastamento por abandono na educação de jovens e adultos: fatores relevantes. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Org.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2008.

CEPAL; UNESCO. Invertir mejor para invertir más: financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL; UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139044s.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

COLEMAN, J. S The adolescent society: the social life of the teenager and its impact on education. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

DALBEN, A. I. L. de F. et al. Avaliação da implementação do projeto político-pedagógico da escola plural. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 2000.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheO->

- braForm.do?select_action=&co_obra=14470>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- DEWEY, J. *Experiência e educação*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- DUBET, F. *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil, 2002.
- DURU-BELLAT, M. *L'inflation scolaire: les désillusions de la méritocratie*. Paris: Seuil, 2006.
- FERREIRA, H. R. Reflexões sobre a escolha do Livro Didático. *Revista de Ciências da Educação*, n. 3, p. 187-199. 2000.
- FILMUS, D. *Estado, sociedad y educación en Argentina de fin de siglo: proceso y desafíos*. Buenos Aires: Troquel, 1996.
- FLEURI, R. M. *Entre disciplina e rebeldia na escola*. Brasília: Liber Livro Ed., 2008.
- FRIGERIO, G. As reformas educacionais reformam as escolas ou as escolas reformam as reformas? In: UNESCO. *Educação na América Latina: análise de perspectivas*. Brasília: UNESCO; Santiago do Chile: UNESCO-OREALC, 2002. p. 193-214.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GIBRAN, G. K. *O profeta*. Rio de Janeiro: Lux, 1973.
- GOMES, C. A. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. 4.ed. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2005.
- _____. Trabalho do menor: realidade e ordem legal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 23, n. 92, p. 349-372, out./dez. 1986.
- _____ et al. *O ensino médio no Brasil ou a história do patinho feio recontada*. Brasília: Universa, UNESCO, 2000.
- GOUVEIA, A. J. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44, p. 55-62, fev. 1983.
- HALL, B. L. The right to a new utopia: adult learning and the changing world of work in an era of global capitalism. In: MACLEAN, R.; WILSON, D. (Org.). *International Handbook of education for the changing world of work: bridging academic and vocational learning*. Dordrecht, Holanda: Springer; Bonn: UNESCO-UNEVOC, 2009. p. 97-110.
- HEINZ, W. R. Redefining the status of occupations. In: MACLEAN, R.T.; WILSON, D. (Org.). *International Handbook of education for the changing world of work: bridging academic and vocational learning*. Dordrecht, Holanda: Springer; Bonn: UNESCO-UNEVOC, 2009. p. 161-174.

- JARES, R. Xesús. Educação e Conflito. Porto. Asa, 2002.
- KOTKIN, J. The next hundred million: America in 2050. New York: Penguin, 2010.
- MACHADO, N.J. Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2000.
- NERI, M. C. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola.
- OLIVEIRA, J. F; LIBÂNEO, J. C; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
- NIZET, J.; HIERNAUX, J. P. O aborrecimento dos jovens na escola. Porto: Rés, s.d.
- PEUGNY, C. Le déclassement. Paris: Grasset, 2009.
- SALINAS GARCÍA, T. Generación 'ni-ni'. El País, Madri, 9 fev. 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/opinion/Generacion/Ni-ni/elpepiopi/20100209elpepiopi_10/Tes>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- SANTOS, L. L. de C. P. Currículo: processo de construção do currículo; parâmetros e diretrizes curriculares e implicações práticas. In: SALGADO, M. U.C.; MIRANDA, G. V. de. (Org.). Veredas: formação superior de professores; guia de estudo, módulo 3, volume 3. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003.
- SAVAGE, J. A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SMERLING, T. Generación ni-ni: ni estudia, ni trabaja, ni proyecta. Crítica de la Argentina, Buenos Aires, v. 2, n. 493, p. 24-25, 12 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.criticadigital.com/tapaedicion/diario493enteropara-web.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- THUROW, L. C. The future of capitalism: how today's economic forces shape tomorrow's world. New York: William Morrow & Co., 1996.
- VELOSO, F. et al. (Org.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 25-50.
- WOOD, R. T. Straightedge youth: complexity and contradictions of a subculture. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2006.

ANÁLISE DO DEBATE

Ricardo Henriques – Queria agradecer o convite da UNESCO, no sentido de me manter no debate sobre educação, sobretudo no recorte da juventude, e de estar aqui hoje à tarde, de conseguir estar sintonizado com as fronteiras hoje da discussão da juventude e educação no país. Queria fazer, em três módulos, um comentário mais global sobre os indicadores, na verdade um diálogo sobre as fragilidades, os desafios atuais da educação da juventude, que são enormes.

O que talvez melhor expresse a história do país, do ponto de vista da performance educacional, é o fato de termos, ainda hoje, mais de 80 milhões de pessoas com menos de oito anos de estudo. A importância desse indicador para a reflexão sobre educação e em particular sobre a questão da juventude tem a ver, obviamente, com a história de como nos relacionamos com a questão educacional. Ele é a expressão quase perversa de nosso acordo social que permite, que permitiu pelo menos, criar uma “apartação” estável dentro da sociedade brasileira em que se abriu mão de um contingente tão significativo de pessoas. Ou seja, um projeto de sociedade que assumia, mesmo que não fosse de forma explícita, ser possível existir uma divisão entre pessoas que não só teriam ou não direito à educação, mas de pessoas que estariam, na sua precarização, de forma permanente, excluídas do processo de inclusão social e inclusão produtiva. É óbvio que há sinais de que essa situação está se revertendo, mas, como já foi mencionado, a economia tem problema de estoque. Em 2009, a economia brasileira está efetivamente se reestruturando de forma a poder ser uma economia cada vez mais relevante no cenário internacional, num mundo que está convergindo para um multilateralismo mais nítido. Nesse mundo, o peso relativo do Brasil é crescente, porém, do ponto de vista educacional, parte considerável da população brasileira apresenta condições precárias.

Quando se enfoca esse elemento – e isto poderia dizer respeito a pessoas muito mais velhas, o que não é verdade – e vemos os resultados de um dos cenários possíveis de comparação, que é o Pisa, a situação fica um pouquinho mais grave. As meninas e os meninos que fizeram o Pisa e nos colocaram em penúltimo, antepenúltimo lugar, tanto em linguagem como em matemática e ciências, estarão na sua vida madura, por volta dos 25 anos, em 2020, 2021 (em 2006, data do último exame, tinham mais ou menos dez anos). Com a seguinte ironia: o Brasil fez a sua transição demográfica e, entre 2015 e 2030, o país estará no auge da sua “janela demográfica”, onde o máximo de juventude terá passado por uma dinâmica social brasileira. A partir desse período, estaremos naquilo que é tipicamente uma sociedade madura a la

européia e não haverá mais então tantos jovens. O auge da quantidade de jovens na sociedade brasileira será nesse período da janela, de 2015 a 2030. Ocorre que tais jovens que estão aí já serão os meninos e meninas frequentando essa escola absolutamente fragilizada. Serão o nosso máximo, dentro dessa precariedade. Não é uma questão de especulação sobre o futuro, mas é questão do presente, de hoje, que simplesmente vai se atualizar nessa situação daqui a alguns anos, supondo-se que as outras variáveis estarão evoluindo como se espera, com a economia brasileira num posicionamento estratégico muito mais favorável do que foi ao longo das décadas de 1980 e 1990.

A curiosidade desse projeto social excludente é que não é absurdo apenas do ponto de vista dos padrões de desigualdade que gerou, e que todos conhecem, como vai nos colocar numa situação de enorme precariedade no momento em que o Brasil mais precisará de mão de obra com alta qualificação. Como se viu agora no Pisa os problemas relativos a currículo e a mão de obra significativamente abaixo do ensino médio, referem-se aos jovens que lá estarão, ainda que os conteúdos da escola regular brasileira já fossem de qualidade, é evidente que é impossível que nós tenhamos uma posição – me desculpem o jargão – de competitividade forte, no cenário dos próximos 20 ou 30 anos. Que o digam as “acelerações” atualmente verificadas na educação e que fazem parte do receituário da UNESCO: o aprendendo a aprender etc., o desenvolvimento das capacidades decisórias e de escolhas a partir de uma formação que tem conteúdo escolar, mas que me permite ter mobilidade intelectual e decisória para atuar em rede, atuar em equipe, ter outros sistemas de valores além do mero conhecimento acadêmico sobre línguas, matemáticas e ciências. O desafio é maior do que a fotografia da desigualdade que o país gerou.

Já seria desastroso termos de chegar aos próximos 20 anos como o país que teve o ridículo de desperdiçar as décadas de 1960 e 1970 em função de um regime de ditadura militar e de ter gerado a desigualdade nos anos 1950 a 1970. Mas, além da desigualdade, vergonhosa, existe um problema real de qualificação dessa mão de obra. Como consequência da aceleração dos processos cognitivos de geração de conhecimento e do mundo da informação, existe o fato de que a fronteira do conhecimento não está fixa. A Finlândia se moverá. Não estamos defasados frente a uma fronteira fixa de conhecimento e, se jogarmos muito conteúdo e adensarmos a capacidade de aprendizado, nós alcançaremos no período de alguns anos. Estamos muito distantes em relação a vários países europeus e asiáticos, e quem está nessa fronteira está andando numa velocidade muito alta. Para chegarmos perto dela, é preciso diminuir a distância e andar mais rápido do que aqueles que

já estão na fronteira. Para isso, ao contrário do que seria um diagnóstico tradicional há 10 ou 15 anos, não basta fazer a escola ser boa e botar todo mundo na escola. Essa maneira de colocar o debate está desatualizada. Não é mais só uma questão de fazer a escola ser boa e colocar todo mundo dentro dela, mas também de reduzir desigualdades a velocidades aceleradas.

É uma disputa para podermos entrar em fronteiras de conhecimento que vão gerar, de forma mais radical, aquilo que se chamava de exclusão cognitiva. Esta não se dará mais somente entre analfabetos e universitários. Esta nós já temos. O Brasil já produziu uma exclusão cognitiva vergonhosa, expressa em 80 milhões de adultos com menos de oito anos de estudo e 16 milhões de analfabetos. São outras exclusões cognitivas que estarão sendo geradas, na fronteira do conhecimento necessário para entrar nessa economia dinâmica, absolutamente organizada pelos valores intangíveis e não mais pelos valores materiais. A questão do intangível, dos valores adicionados para poder gerar dinâmica econômica na sociedade, é absolutamente, radicalmente dependente dessa única esfera, muito difícil de nomear, que nós chamamos de conhecimento. Estamos defasados em algo que vai andar muito mais rápido e estamos longe disso. Entretanto, temos o seguinte: o problema da mobilidade educacional não é só brasileiro, é absolutamente europeu também, o que é curioso.

Um belíssimo livro francês narra de forma maravilhosa a história de um estudante árabe. Trata-se de uma tese de um sociólogo francês que trabalha com educação e faz um estudo sobre as periferias de Paris. Em determinado momento, um jovem árabe se identifica com isso e entra em contato com ele e diz: “Olha, tudo o que você falou faz o maior sentido”. Eles começam a trocar correspondência por e-mail e é esse material que o pesquisador publica; ele não faz uma tese sobre isso. A correspondência é maravilhosa e de um universalismo inacreditável. O jovem é nascido na França, fala francês, mas é de origem árabe e isso enseja toda uma discussão identitária. O que ele narra sobre as suas vivências na escola, a realidade concreta do processo identitário francês-parisiense, é absolutamente idêntico ao que nós podemos ver entre Ceilândia e Brasília, entre o Morro do Alemão e a zona Sul do Rio de Janeiro ou entre a zona Leste e os Jardins. Na escola desse jovem, não há nenhum conteúdo que seja minimamente específico, apesar de tudo ser singular. Então, como o prof. Candido estava expondo, o que se verifica é o reduzidíssimo espaço do protagonismo juvenil, a incapacidade de aderência da rotina escolar a qualquer coisa que seja relevante, a dificuldade enorme de haver aderência.

O conflito geracional potencializado pela aceleração do mundo da comunicação e das informações, isso que vivemos como pais ou como avós no

nosso cotidiano familiar, se torna muito mais radical no espaço de uma escola pública. Como é que um professor de mais de 40 anos se relaciona com a capacidade radical de acesso à comunicação de um menino pobre, filho de analfabeto, mas que convive nas lan houses numa velocidade de troca e de produção de conhecimento absolutamente acelerada? Essa equação é muito difícil de equilibrar, até porque os pais desse menino, pelo simples fato de ele estar na escola, acham que a escola é boa, não é isso? Eles, que nunca passaram por processo formal de escolarização, dizem assim: “Não, tá salvo! O meu filho tá na escola”. Numa sociedade que foi privada do direito de educação durante tanto tempo, é natural que as percepções se satisfaçam com o simples fato do acesso. A provisão do ensino faz com que eu, pai analfabeto ou de baixa escolaridade, avalie isso como bom. Ou seja, do ponto de vista geracional, eu tenho pais avaliando a escola como boa.

Do ponto de vista da escola, eu tenho jovens apartados de rotinas participativas, com a ressalva que o Cândido fez e que é absolutamente fundamental: a escola sem regras, processo e sistema estruturais não fazem nenhum sentido. Achar que agora vamos todos decidir tudo por meio de um assembleísmo histórico seria descaracterizar a necessidade de toda a formação dos professores. Supondo a escola organizada, é evidente que ela precisa ser participativa para poder aderir de alguma forma aos desafios que a juventude enfrenta. A propósito, eu não acredito nessa história de que os professores são todos mal formados, acho que essa retórica mistura indignação com falta de conhecimento do que é o dia a dia da escola. É verdade que há limitações, carências, fragilidades grandes, mas não são todos mal formados. É um pouco absurdo, por exemplo, que a universidade brasileira até hoje não ofereça aos professores formação regular em temas como mediação de conflitos. As universidades podiam ser menos teóricas e um pouquinho mais aplicadas. Seria razoável que o professor soubesse alguma coisa de gestão, seria razoável, tudo seria razoável. Mas ainda assim a formação deles é boa. Agora, o que acontece é que eles não têm essa outra aderência, que é a aderência ao que inquieta os jovens.

Essa equação fica quase sem solução: pais achando que a escola é boa, jovens loucos para poder ter voz (como afirmou o Candido) e professores sem saber como fazer essa voz fluir. Eu não acredito que os professores sejam contra estabelecer esse diálogo. O fato é que eles não fazem a menor ideia de como produzi-lo. O pano de fundo disso é que se tem baixíssima institucionalidade para promover tais fluxos de interação. Isso que ocorre regularmente na escola de classe média, que é fazer com que esse pai, essa mãe venham para a escola para conversar, para ficar sabendo o que acontece e dizer o que acha e o que não acha, isto que é tão simples não acontece no espaço da escola pública.

Vou terminar fazendo uma alegoria. Os jornais têm suas revistas e, no Rio de Janeiro, o Globo tem a Megazine, não é? Então eu pergunto: quem de nós entende a Megazine? Quem de nós entende a Megazine? É absolutamente idiossincrática minha observação, porque a minha filha passou a ser uma das conselheiras da Megazine, que tem um conselho de seis jovens. Ela começou a me mostrar a revista. Eu não entendo nem metade do que está escrito ali. É óbvio que entendo o português, mas o que é que aquilo significa? O que é que está por trás? Quais são os jogos? O que é o jogo real do Orkut, sendo ou não player do Orkut, quando eu me faço falso dentro daquele processo, crio uma identidade e jogo? O que aquilo traz para minha intelectualização sobre aquele processo e o que aquilo significa como rotina para a vida daquelas meninas e meninos? Isto é opaco para os professores. Como então se institui esse diálogo?

Sem nenhum ceticismo, eu vou concluir aqui sabendo desses dois grandes problemas. Estamos longe de onde precisamos estar e os fluxos do que eu estou chamando aqui como “equações” não estão dados no campo da gestão da política pública, ou, como o Cândido estava falando, no da governança da política pública, onde a UNESCO é um player, a universidade é outro e os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) são atores por meio de seus respectivos órgãos. Evidentemente, essa situação tem a ver com os funcionários, tem a ver com os professores, que precisam desobstruir esses (é como se fossem) opacos fluxos entre todos estes elementos. Se continuar assim, se não houver um pouquinho de abertura, de peito aberto, para dizer que não está funcionando, o país vai efetivamente ficar numa sinuca daqui a 15, 20 anos. Se essas duas dimensões de sinceridade do debate público não forem colocadas, acredito que haverá realmente cenários de “escanteamento”.

Agora, por outro lado, parece-me que não há nenhum ator entre esses todos que essencialmente resista a produzir isso. Existe algo que é do jogo público. Se é do jogo público é, portanto, do jogo da política e, como tal, precisa ser destravado e capaz de distensionar as relações entre jovens, entre jovens e professores, entre professores, entre pais, entre gestores. Tem-se, enfim, que dizer o seguinte: “Olha, a gente tá num momento que é de transição realmente, não estamos mais no macrocenário em que a sociedade produzia e assumia a exclusão como natural. Essa não é mais a dimensão, a sociedade brasileira não acredita mais nisso. Esse modelo, que fez parte da nossa história, não é mais um modelo tolerável para a sociedade brasileira, e esses últimos anos tornaram isso transparente. Agora é o tempo de desobstruir esses diálogos”.

Eu tenho, apesar de não parecer, um certo ceticismo realista, um enorme otimismo quanto à capacidade da política de destravar esse processo. Gestos

aparentemente simples, dentro das suas limitações, podem ter uma capacidade enorme de eficiência para desbloquear esse jogo e criar uma percepção (eu vou concluir com isso aqui) análoga à que está faltando para a questão ambiental. Creio que hoje o problema educacional é da mesma natureza (desculpem-me, mas eu tenho que falar) da mudança climática. E esta, por sua vez, não é um problema ambiental, isso é um delírio de direitas e de esquerdas. A mudança climática é um problema de economia política. Não é mais um problema ambiental e a única coisa certa sobre ela é a sua radical urgência. Porque senão essa brincadeira aqui, a vida no nosso planeta, vai acabar. Não tem geração dos meus netos, em princípio, dos meus bisnetos nem pensar, se nós continuarmos... Pois essa urgência é a mesma urgência do desafio educacional. Minha única questão é a seguinte: existem duas coisas, dois pilares cuja prioridade é absolutamente idêntica, são as questões relativas à degradação do clima e à degradação da educação. Se não houver consciência do debate político, os projetos de sociedade vão “escorrer pelos dedos”, o que está um pouco nas nossas mãos hoje. Bem, muito obrigado. (Palmas.)

Geraldo Caliman – Nós agradecemos a contribuição do Dr. Ricardo Henriques. Sem nenhuma pretensão de resumir nem de sintetizar, eu gostaria agora de ressaltar algumas ideias que a nossa sensibilidade nos coloca diante da grande riqueza das contribuições feitas aqui.

O Dr. Defourny lembrava a educação num sentido mais amplo, incluindo também os processos educativos que ocorrem fora do ambiente formal e curricular, dando assim espaços para as pedagogias não estritamente escolares, como a pedagogia social e a educação social. O Prof. Candido exprimiu a relevância do controle da rigidez dos currículos, a partir das novas realidades e consequentes demandas da educação.

Na primeira parte, nosso reitor, Pe. Romualdo Degasperi, lembrou a missão da Universidade Católica de Brasília e projetou, dentro dessa missão, um papel relevante para a Cátedra UNESCO, como se esta pudesse ser o instrumento não só da interpretação da realidade educativa, mas também de unificação do pensamento dos cinco fundadores, dentro de uma instituição inspirada em práticas e princípios educativos comuns.

D. Dimas colocou a profundidade e a necessidade de encampar a missão da Igreja, além da necessidade de interpretar integralmente a condição das juventudes. Nesse sentido, afirma ele, é interessante que a educação sempre parta das grandes potencialidades que as juventudes inspiram.

Dr. Ricardo Henriques nos deixa duas ideias muito importantes: aquela da exclusão cognitiva, derivada da falta de qualidade aplicada à esfera do conhecimento, e aquela das relações novas entre os atores da educação, jovens e professores.

MESA-REDONDA VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA

Palestrante: Sílvia Ramos – Coordenadora do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes

Debatedor: Denis Mizne – Fundador e Diretor do Instituto Sou da Paz

Moderador: Marlova Jovchelovitch Noletto – Coordenadora do setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil



Cerimonial – Iniciamos a nossa segunda mesa-redonda desta manhã, que tem como tema a Vulnerabilidade e a Violência. Como moderadora, para coordenar os trabalhos, convidamos Marlova Jovchelovitch Noleto, coordenadora do setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil (aplausos). Como debatedor, convidamos o Denis Mizne, fundador e diretor do Instituto Sou da Paz (aplausos). Como palestrante, convidamos Sílvia Ramos. Sílvia Ramos é cientista social e coordenadora do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes (aplausos). Com a palavra a Marlova Jovchelovitch Noleto.

Marlova Noleto – Muito bom dia a todos! É com imensa alegria que fiquei com o papel de moderar esta mesa sobre um tema sobre o qual a área de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil vem se debruçando há muitos anos. Já se vão dez anos que nós começamos a desenhar aquilo que seria um dos nossos programas talvez de maior sucesso, que é uma linha de pesquisa sobre juventude, violência e cidadania. Sempre procuramos, de muitas maneiras, trabalhar o tema da violência, sobretudo entre jovens, olhando também para a questão dos direitos e da cidadania e para a construção de políticas de prevenção da violência que privilegiem, de maneira muito clara, a construção do exercício da cidadania e do protagonismo dos jovens. Acreditamos que existe uma solução além do que se vê na mídia, além do desafio, que salta aos olhos, de construir políticas para a juventude com a juventude. Políticas que possam dar conta de uma série de direitos, que são os direitos humanos, alguns considerados difusos, mas, para nós, não tão difusos, como o direito de acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, à oportunidade de vida, e o direito, inalienável e básico – sagrado para a UNESCO –, à educação. Daí então esta mesa, que nós chamamos de Vulnerabilidade e Violência e na qual temos o prazer de ter a prof^a. Sílvia Ramos, que coordena o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes. O CESeC é um importante parceiro da UNESCO nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e de Comunicação e Informação.

Sílvia Ramos – Obrigada pelo convite! Em primeiro lugar, é curioso observar o que acontece quando nós, do CESeC, fazemos parceria com a UNESCO. Foi o caso de um trabalho que envolvia a blogosfera policial e, quando fazíamos pesquisa com os blogs de policiais, estes diziam assim: “Não, não, não, agora a ONU se interessa por nós!”. Vocês não imaginam o que significa para certas esferas da sociedade brasileira a UNESCO colocar o apoio dela. Agora, no Prêmio Polícia Cidadã, vocês não imaginam o

que representou para os policiais contemplados do Rio de Janeiro saber que a UNESCO era uma das entidades participantes daquela entrega, a qual foi feita juntamente com o Afroreggae, com a TV Globo, Natura, Banco Real e outras entidades. Os policiais, incluindo o secretário de Segurança, o comandante-geral e o chefe de Polícia, diziam em qualquer entrevista: “Não, isso aqui não é brincadeira, porque a UNESCO está apoiando”. É impressionante, a UNESCO é metáfora da conjugação de seriedade, peso político e tudo. Então é um prazer estar aqui no seminário da UNESCO.

A América Latina é o continente mais violento do planeta: tem a maior taxa de homicídios de todos os continentes, quase 20 por 100 mil. Tratando-se de homicídio de jovens de 15 a 24 anos, aí então é que assume o primeiro lugar. Isso aqui é a taxa de homicídios no mundo, por ordem alfabética. Vocês estão vendo as taxas de homicídios, o total, e a taxa de homicídios de jovens. Vamos tomar alguns países: Alemanha, a taxa de homicídios é 0,6 por 100 mil; Argentina, 5,8; Austrália, 1,3; Brasil, 25,2 por 100 mil; Colômbia, 43 por 100 mil; Chile, 5,4. Costuma-se dizer – é um número meio ritualístico – que, abaixo de 10 por 100 mil, as taxas de homicídios são manejáveis. Acima de 10 por 100 mil são taxas muito preocupantes. A do Brasil é de 25 por 100 mil. A taxa é obtida dividindo-se o número de homicídios que ocorrem num país pelo seu número de habitantes naquele ano. Para obter a taxa de homicídio de jovens, divide-se o número de homicídios de jovens de 15 a 24 anos que ocorreu num determinado país, num determinado ano, pelo número de jovens de 15 a 24 anos daquele país. A taxa de homicídio de jovens no Brasil é de 51,6. Aqui nós temos o ranking. Entre 83 países, o Brasil está no 6º lugar da pior situação de homicídios do planeta. Estes, pelo menos, são os países que contam os seus mortos. O Brasil está em 6º lugar. O que acontece quando se pensa na taxa de homicídios de jovens? O Brasil vai para o 5º lugar, com a 5ª maior taxa de homicídio de jovens do mundo. O que está tarjado de amarelo são os países da América Latina, porque esse é o mapa da violência dos jovens na América Latina. Acho interessante, por exemplo, o Uruguai, em 40º lugar com uma taxa de homicídios de 4,5, e em 27º tratando-se de homicídios de jovens. No Uruguai, a taxa de suicídios é maior que a de homicídios.

Número e taxas de homicídio (em 100.000) e índices de vitimização, para a população jovem, não jovem e total. Diversos Países. Último ano disponível.

País	Ano	Jovem	Não Jovem	Total	Jovem	Não Jovem	Total	Vitimização
África do Sul	2005	1.720	3.231	4.951	16,6	8,7	10,4	1,9
Albânia	2004	28	103	131	4,8	4,0	4,2	1,2
Alemanha	2004	65	461	526	0,7	0,6	0,6	1,1
Antígua e Barbuda	2002	0	4	4	0,0	6,1	5,1	0,0
Argentina	2004	624	1.620	2.244	9,4	5,0	5,8	1,9
Armênia	2003	9	51	60	1,5	2,0	1,9	0,8
Austrália	2003	46	211	257	1,7	1,2	1,3	1,4
Áustria	2006	4	62	66	0,4	0,9	0,8	0,5
Bermuda	2002	0	0	0	0,0	0,0	0,0	
Brasil	2005	17.994	29.775	47.578	51,6	19,3	25,2	2,7
Bulgária	2004	25	197	222	2,3	2,9	2,9	0,8
Canadá	2004	111	403	514	2,5	1,5	1,6	1,7
Chile	2004	211	642	853	7,9	4,9	5,4	1,6
Colômbia	2005	5.587	13.288	18.875	73,4	37,4	43,8	2,0
Costa Rica	2005	72	229	301	9,2	7,1	7,5	1,3
Croácia	2005	6	53	59	1,0	1,4	1,3	0,7
Cuba	2005	124	558	682	7,7	5,7	6,0	1,3

Taxa de homicídio total

País	Taxa	Pos.
El Salvador	48,8	1°
Colômbia	43,8	2°
Venezuela	29,5	3°
Guatemala	28,5	4°
Ilhas Virgens	28,4	5°
Brasil	25,2	6°
Santa Lúcia	24,5	7°
Porto Rico	19,1	8°
Guiana	18,0	9°
Equador	18,0	10°

Taxa de homicídio juvenil

País	Taxa	Pos.
El Salvador	92,3	1°
Colômbia	73,4	2°
Venezuela	64,2	3°
Guatemala	55,4	4°
Brasil	51,6	5°
Porto Rico	46,6	6°
Ilhas Virgens	27,1	7°
Santa Lúcia	26,4	8°
Equador	26,1	9°
Paraguai	22,3	10°

Taxa de homicídio total

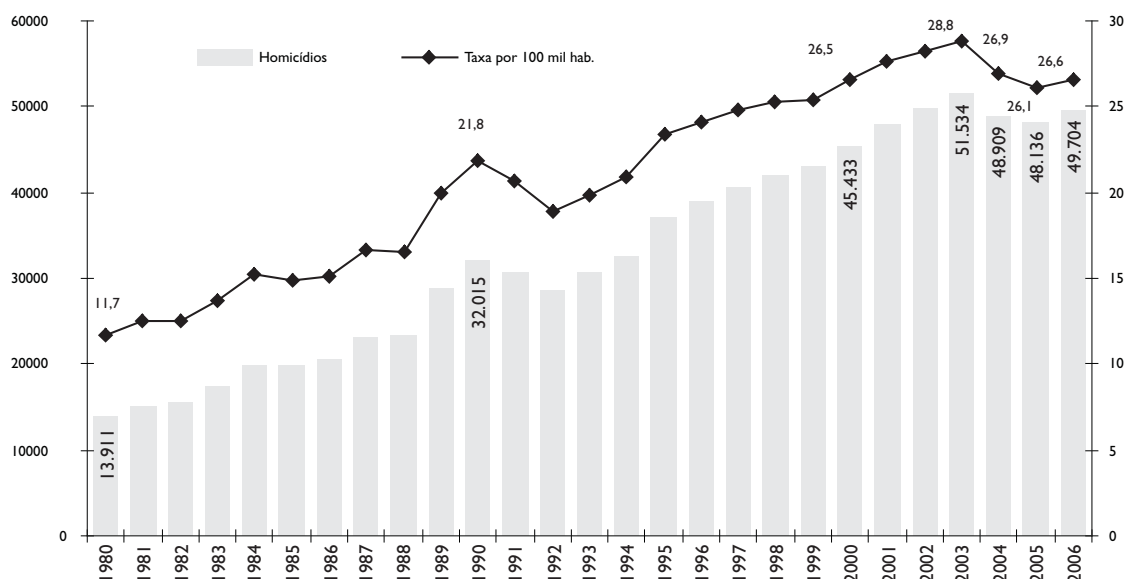
País	Taxa	Pos.
Trinidade e Tobago	16,2	11°
Paraguai	12,3	12°
Nicarágua	10,4	13°
África do Sul	10,4	14°
Panamá	10,4	15°
Letônia	10,0	16°
Dominica	9,8	17°
México	9,3	18°
Lituânia	9,2	19°
Estônia	9,1	20°
Argentina	8,6	21°
Costa Rica	7,5	22°
Quirguistão	7,4	23°
Moldávia	7,3	24°
USA	6,0	25°
Cuba	6,0	26°
Argentina	5,8	27°
Guiana Francesa	5,8	28°
República Dominicana	5,6	29°
Rodrigues	5,4	30°
Chile	5,4	31°
Tailândia	5,3	32°
Antígua e Barbuda	5,1	33°
Israel	5,0	34°
Uruguai	4,5	35°
Albânia	4,2	36°
Rep. da Maurícia	3,7	37°
Martinica	3,5	38°
Guadalupe	3,4	39°
Macedônia	3,3	40°
Romênia	3,2	41°

Taxa de homicídio juvenil

País	Taxa	Pos.
Trinidade e Tobago	21,2	11°
Guiana	21,2	12°
Panamá	17,8	13°
Nicarágua	16,6	14°
África do Sul	16,6	15°
Dominica	15,4	16°
USA	12,9	17°
São Vicente e Granadinas	12,1	18°
México	10,4	19°
Guiana Francesa	9,7	20°
Argentina	9,4	21°
Costa Rica	9,2	22°
República Dominicana	9,1	23°
Israel	8,0	24°
Chile	7,9	25°
Cuba	7,7	26°
Uruguai	7,0	27°
Guadalupe	6,8	28°
Tailândia	5,7	29°
Lituânia	5,3	30°
Letônia	5,3	31°
Martinica	5,3	32°
Albânia	4,8	33°
Estônia	4,8	34°
Quirguistão	4,5	35°
Moldávia	4,5	36°
Macedônia	3,3	37°
Rep. da Maurícia	3,1	38°
Escócia	2,7	39°
Sérvia e Montenegro	2,7	40°
Canadá	2,5	41°

O que aconteceu no Brasil nesses últimos anos? Aqui dentro do azul é o número absoluto de homicídios, ali, em vermelho é a taxa a cada ano. Estes são dados da saúde, os mais confiáveis: 48.130, 49.704... Ou seja, a cada ano no Brasil morrem 50 mil pessoas assassinadas, sem falar nas 30 mil vitimadas por acidentes de trânsito. São mortes violentas. Todo mundo sabe que só existem dois jeitos de morrer: de mortes violentas, pelas chamadas causas externas, e de causas internas. Mede-se a violência num país pelo número de mortes por causas externas. Estas significam o seguinte: a pessoa está aí andando normal na vida, sobreviveu ao aborto, à paralisia infantil, à diarreia etc., vem alguma causa externa, de fora para dentro, e provoca a morte. Pode ser um acidente de trânsito, pode ser uma queda, um afogamento, um envenenamento e pode ser um homicídio. Além desses jeitos de morrer, existem as doenças, chamadas causas internas. Estamos falando somente dos homicídios, tipo de morte violenta, intencional, em que alguém tinha a intenção de matar. Cinquenta mil por ano! Vamos imaginar o que seriam 50 mil por ano. Imagine-se uma montanha de 50 mil pessoas mortas. Então pode-se pensar: “Bom, isso aí aconteceu porque houve um problema naquele país, houve uma guerra, caiu um meteorito, algo assim. 50 mil?”. Mas não é isso. No ano passado, 50 mil. Neste ano, 50 mil. Ano que vem, 50 mil. A cada ano, 50 mil pessoas são mortas só por homicídio no Brasil. 50 mil!! Quando vou dar palestra no exterior, o pessoal não acredita, pensa que estou errando: 50 mil a cada ano? Como é que são essas 50 mil mortes violentas? São distribuídas de que forma? Onde estão esses casos? É o que vamos ver agora.

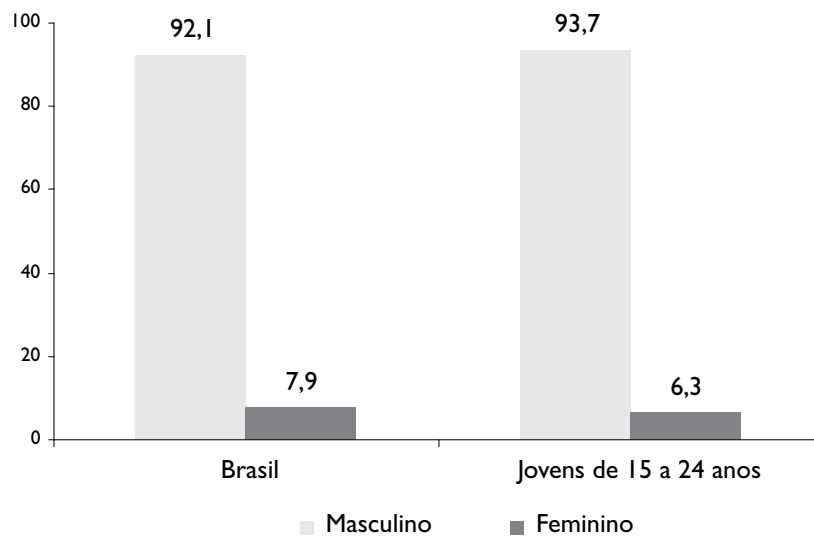
Homicídios no Brasil: números absolutos e taxas por 100 mil habitantes de 1980 a 2006



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus (Elaboração CESeC)

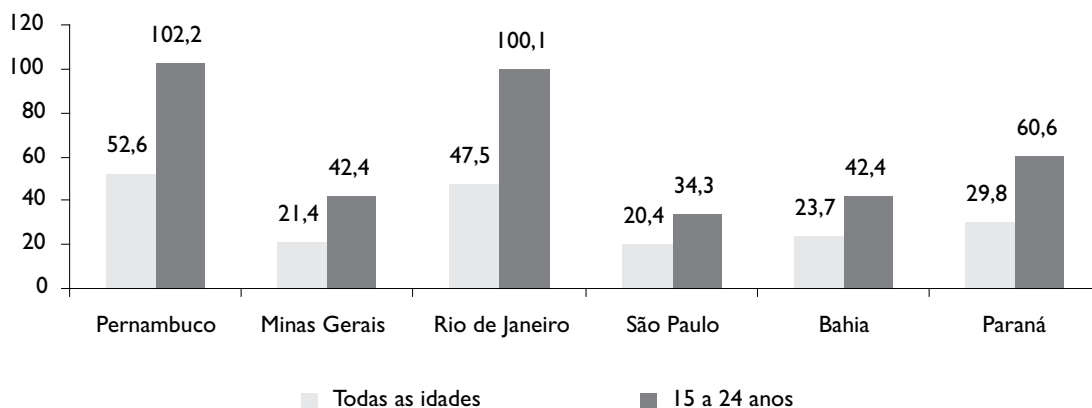
Trata-se de um fenômeno tipicamente masculino, tanto é assim que, entre as vítimas de homicídio, 8% são mulheres e 92% são homens. Quando se considera a taxa de jovens, a participação dos homens é ainda mais acentuada. Ela se distribui por igual no Brasil? Não. Isso aqui é a taxa de homicídios em cada estado em 2006 (lembrem-se de que no Brasil ela gira em torno de 26 por 100 mil): 29 no Paraná, 20 em São Paulo, 47 no Rio, 21 em Minas Gerais, 52 por 100 mil em Pernambuco. Já a taxa de homicídios de jovens nesses estados é muito mais alta. Os homicídios ocorrem muito mais entre homens e muito mais entre jovens. Este aqui é um gráfico impressionante. Com 0,2, a taxa de homicídios de crianças está próxima de zero. Mas vejam bem: essa é a taxa, não é o número de homicídios. É o número de crianças de 8 anos de idade mortas por homicídio dividido pelo número de crianças de 8 anos existentes. Registra-se aqui de 15 a 24, e se vê de ano em ano: 10, 11, 12, 14... Começa a subir, veja como sobe, isso estava próximo de zero. Aqui nós já estamos com uma taxa de 16, de 50 por 100 mil, e aqui já com 100 por 100 mil. Aqui vai subindo e a diferença entre a taxa de homicídios de jovens nessa faixa etária é um pico, é uma montanha. Raras coisas no Brasil se distribuem desse jeito por faixa etária. Vale observar, ainda, que jovens negros do sexo masculino morrem muito mais do que os jovens brancos do mesmo sexo. Os jovens brancos morrem pouco? Não, morrem muito, uns 75 por 100 mil, aos 24, 25 anos. Já a taxa dos jovens negros que morrem nessa idade é de 180 por 100 mil. Eu disse que o Brasil é o 5º país em morte de jovens, com 50 por 100 mil, mas a taxa relativa a jovens negros do sexo masculino é de 180 por 100 mil. Jovens negros nesse quadro aqui é uma variável aproximada, porque não se dispõe do grau de escolaridade, renda das famílias e outros indicadores socioeconômicos. Esses dados são do Datasus, pois os corpos das vítimas dessas mortes têm que ir para o Instituto Médico Legal. Eles são classificados, isso aqui é uma variável próxima de classe social, escolaridade, renda e outras oportunidades. Mostra que os jovens, quando se somam pretos e pardos, são muito mais vítimas dessas dinâmicas.

Percentual de homicídios por sexo Jovens e total – 2004



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes Jovens e total – 2006



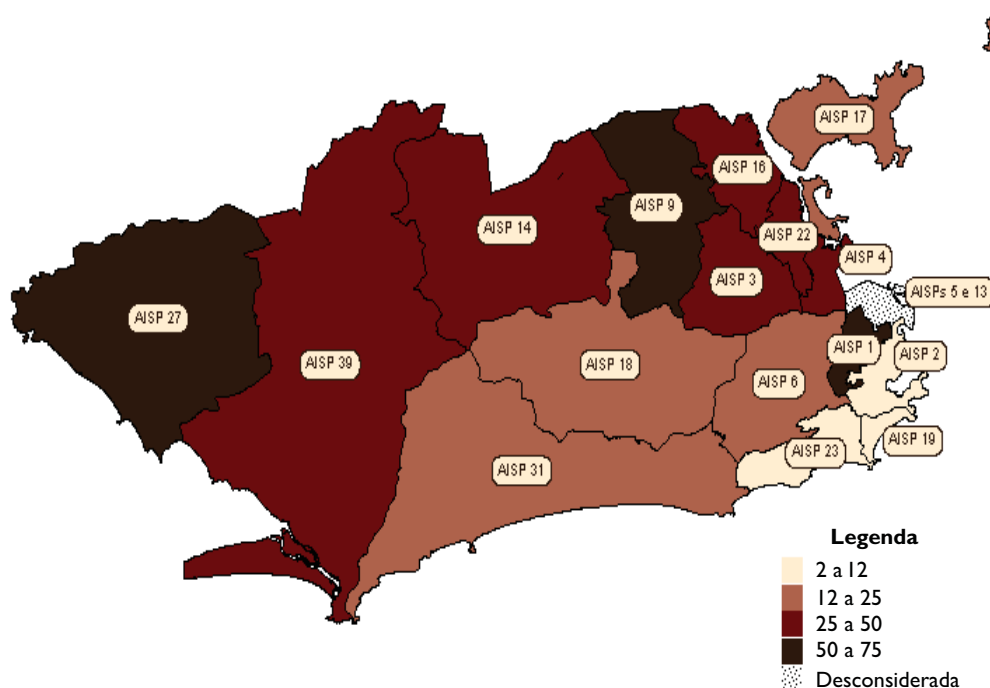
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus. (Elaboração CESeC).

Vejam o que acontece no Rio. Eu não tenho nem palavras, não tenho adjetivos para classificar isso aqui. Entre os estados com as taxas mais altas, a do Rio é mais ou menos o dobro da do Brasil. A taxa do Brasil é 25 por 100 mil, a do Rio chega quase a 50. A taxa de mortes de jovens no Rio de Janeiro é de 100 por 100 mil. A de mortes de jovens brancos do sexo masculino, de 23 a 24 anos é de 150 por 100 mil. A de jovens negros é de 400. O que significa isso? Significa que a violência e a vulnerabilidade a ela não só estão mais concentradas entre jovens do sexo masculino, como também enormemente concentradas entre jovens pretos e pardos desse mesmo sexo.

Então, 50 mil é muito? É muito para qualquer padrão, mesmo para um país grande como o Brasil. A taxa é muito alta, mas não está distribuída pela

população brasileira em geral. Está enormemente, profundamente concentrada entre jovens do sexo masculino. Mortes violentas e intencionais no Brasil são significativamente, extraordinariamente um problema de jovens, jovens do sexo masculino e principalmente dos jovens negros e pardos. Isso é o mapa do Rio de Janeiro. O mapa de Pernambuco é igualzinho. Ou seja, os estados com altas taxas de morte de jovens vão apresentar esta distribuição. As armas de fogo são responsáveis por mais de 60% das mortes violentas no Brasil. No caso do Rio, esse número passa de 70%. Em Pernambuco, também. Isso aqui é o mapa da cidade do Rio de Janeiro, eu o trouxe porque todo mundo conhece o Rio. Como são distribuídas essas mortes por violência? Em áreas como o Leblon, Ipanema, Copacabana, Botafogo, a taxa de homicídio é de 2 a 12 por 100 mil, semelhante às taxas do Canadá, Estados Unidos. A 40 minutos daqui, é o Complexo do Alemão; aqui atrás, quase chegando a Caxias, é Parada de Lucas e Vigário Geral. Isso aqui é o Complexo da Maré, na Baía da Guanabara. Aqui é Santa Cruz, chamada Zona Oeste, que recentemente passou a frequentar as páginas de jornais no Rio por causa das milícias. Então, pode-se ver que, além de uma enorme concentração por faixa de idade, na juventude, no sexo masculino e principalmente entre jovens pobres e com menor escolaridade, há uma enorme concentração geográfica. Isso aqui se chama “geografia da morte”; isso aqui, “idade da morte”; e isso, “cor da morte”.

Homicídios dolosos por 100 mil habitantes
Município do Rio de Janeiro - Áreas Integradas de Segurança Pública – 2008



Taxas de homicídios de homens por cor e idade. Rio, 2006



Fonte: Homicídios DATASUS 2006 e população Censo 2000 (Elaboração CESeC)

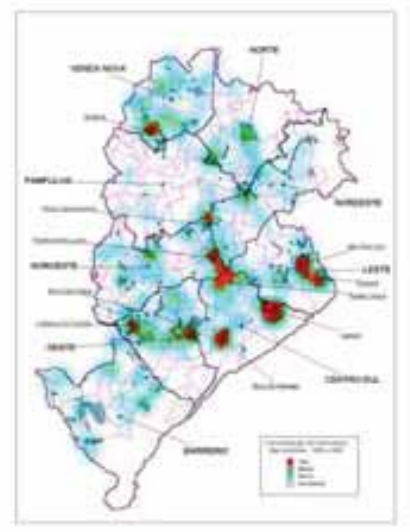
Os quase 50 mil que morrem assassinados todos os anos são uma montanha, uma enormidade, uma monumentalidade. E por que as pessoas não reagem como um país que tem isso? Por que estes dados são surpreendentes para nós? Porque eles se acham tão concentrados e insulados em certos segmentos da juventude, em certas áreas das cidades, que não se vive essa estatística verdadeira. Esses 50 por 100 mil é o mínimo, porque isso é o que os IMLs contabilizam, ficando de fora os que eles não contabilizam. No Rio de Janeiro, por exemplo, há todos aqueles casos de corpos que não aparecem, que são enterrados em cemitérios clandestinos ou queimados nos chamados “fornos de micro-ondas”. Nas áreas mais pobres do Brasil, os Institutos Médicos Legais também não contabilizam direito. Então, é daí para cima o quadro, é 50 mil no mínimo. Por que não vivemos essa realidade? Por que não agimos como um país que tem isso aí? Porque as mortes estão extremamente concentradas em certos bairros, em certas áreas.

Esse aqui é o mapa de Belo Horizonte. Isso aqui são homicídios: alto, médio, baixo e inexistente. Esse mapa é mais cirúrgico do que o anterior, o cálculo foi feito considerando as mortes por ruas. No entorno do Morro do Papagaio, é médio; um pouquinho mais afastado, já é baixo; um pouquinho mais longe, é inexistente. Em Taquaril, Pedreira Padre Lopes, Cafezal, Morro das Pedras, o que acontece? Belo Horizonte tem uma característica muito parecida com a do Rio de Janeiro, diferente da de São Paulo. O mapa de São Paulo seria assim: os bairros mais ricos estão no centro e os mais pobres, na chamada periferia. Aqui é branquinho, depois vai

ficando azul, depois verde e, nas bordas, é vermelho. No caso do Rio de Janeiro, está mais perto porque a gente ouve os tiros, por causa da espetaculosidade do fenômeno de ocupação de territórios por grupos armados de traficantes ou de milicianos, que fizeram uma corrida armamentista com a polícia.

**Clusters de homicídio
em Belo Horizonte
1995 a 2000**

Fonte: Centro de Estudos de Criminalidade
e Segurança Pública - Crisp/UFMG.



A situação hoje é diferente da de dez anos atrás. Hoje já há respostas brasileiras à violência. Para encerrar, eu trouxe aqui uma dessas respostas. A polícia do Rio de Janeiro mata mais de mil pessoas a cada ano. No ano retrasado, matou 1.330 e no ano passado, 1.118. A polícia do Brasil é uma das polícias que mais matam. A polícia de São Paulo teve um grande avanço recentemente, chegou a matar quase mil por ano. Mas São Paulo tem 40 milhões de habitantes, enquanto o Rio tem 14 milhões. São Paulo tem 130 mil homens e mulheres trabalhando na polícia, no Rio são 40 mil homens e mulheres. Mesmo assim, o Afroreggae, um grupo de jovens de periferia, de favela, resolveu um dia trabalhar com a polícia. Eu até não entendi bem quando eles falaram para mim: “Professora, a gente quer trabalhar com a polícia”. “Contra a polícia?”, eu perguntei. “Não, com a polícia”. Eu não entendia e dizia: “Eu não acredito, vocês nasceram de uma chacina policial na favela de Vigário Geral, em que 21 pessoas foram mortas. Não acredito que vocês queiram trabalhar com a polícia. Por que vocês querem trabalhar? Vocês são contra a polícia, todas as músicas de vocês são contra a polícia, elas denunciam a violência policial”. E eles disseram: “A gente se cansou. A gente só dá porrada na polícia há dez anos e ela não mudou nada. Então vamos ver se a gente consegue trabalhar, vamos ver se a gente consegue usar com a polícia as oficinas que a gente usa pra tirar os jovens

da rua. A gente quer usar as mesmas oficinas. Vamos ver se eles mudam”. Aí foram para Belo Horizonte e realmente produziram cenas incríveis. É um trabalho que vem desde 2004 e foi realmente uma surpresa para a própria Polícia Militar e para nós. Foi surpresa para muitos verem um policial grafitando. Certa vez eu estava lá em cima, na favela do Taquaril. Fiquei vendo os meninos grafitando. Eles foram a casa, pediram licença à mulher e começaram a grafitar. Foi juntando gente, os meninos paravam para ver e diziam: “Olha, o cara ficou louco, um policial grafitando...”. Nisso, foi passando uma viatura da polícia e um policial falou para o outro: “O comandante ficou maluco, cara! Olha o policial grafitando” (risos). Então, vamos produzir os mesmos impactos na polícia e nos jovens? O que aconteceu, conforme a própria polícia de Minas Gerais disse, é uma revolução em que os policiais, que sempre pensavam nos meninos, nos jovens negros da favela como criminosos, como traficantes, como inimigos, começaram a ter outra atitude. E do outro lado estavam os meninos do Afroreggae, que nós capacitamos. Na universidade, eles diziam: “Eu não vou trabalhar com a polícia, eles só fizeram coisas ruins pra nós”. Mas acabaram sendo obrigados a ir, porque o José Júnior, que dirige o Afroreggae, disse assim: “Não vai, tá demitido”. Daí ele falou ao comandante: “Comandante, a gente quer, mas a gente só quer policial voluntário, tá?” “Ah, pode deixar”, respondeu o comandante.

No primeiro dia foi interessante. Os meninos do Afroreggae chegaram lá assim, com aquele gorrinho, aquela pinta de bandidos, óculos escuros, e os policiais, todos fardados e armados, perguntando se eles não podiam ter aparecido com uma roupinha melhor. Aí, no final da primeira semana, já eram tão amigos que choraram na hora de se separar. Quando começou a tocar o tambor, deu uma química ali. “Mas, comandante, a gente pediu voluntário...”, eu falei. “A senhora sabe como é que pede voluntário na PM?”, ele disse. “É assim: eu ligo pro major da 5ª Companhia e digo: ‘Major, eu quero cinco voluntários aqui hoje às 3 horas da tarde’ (risos). O major falou assim: ‘Voluntário! Você, você, você – voluntário’. E ele manda geralmente como castigo” (risos). Hoje, a própria Polícia Militar deu continuidade ao projeto, agora chamado Juventude e Polícia. Esses são alguns policiais. Aqui não se consegue diferenciar quem é policial e quem é menino, quem é policial e quem é do Afroreggae. Isso é o que se colhe quando se tem atitude.

Começou agora no Rio de Janeiro um projeto novo chamado Papo de Resposta, em que policiais e jovens do Afroreggae vão para a sala de aula. É uma parceria da polícia, ou seja, do governo de Estado, com o Afroreggae, e tem como novidade a participação de uma empresa. Nunca ninguém das

polícias tinha visto empresas participando de um projeto que tivesse relação com a corporação. Então, isso é uma grande novidade lá. Não estou dizendo que está indo tudo bem e sem problemas, mas, dadas as condições em que jovens de favela e policiais se construíram como inimigos, é quase um milagre que isso dê certo. No começo, ninguém acredita. Mas, quando acontece, todo mundo se pergunta por que não se pensou nisso antes. Isso aqui é a entrega do Prêmio Polícia Cidadã. Aqui é a banda Afroreggae cantando com um policial no Teatro Carlos Gomes. Denis estava lá, Marlova também. Entregaram prêmios, o Denis foi inclusive premiado agora. Depois disso aparece na Globo e os meninos da banda Afroreggae, quando voltam a Vigário Geral, a Parada de Lucas, ao Complexo do Alemão, precisam ter moral para dizer que estão cantando e tocando com policiais fardados. Trata-se de uma mudança muito forte para o Rio de Janeiro.

No Projeto Juventude e Polícia relacionam-se policiais, a turma do Afroreggae e pessoas que deixaram o crime, como tráfico de drogas, sequestros etc. Havia um cara que saiu do tráfico. Dois ou três dias depois, foi para Belo Horizonte, é o Alan. Outro era o Norton, um cara que foi preso durante 15 anos. Ele vai dar palestra, junto com o Beto e outros, falando de como era a vida dele, e Beto falará de como ele era como policial. É diferente de quando um policial entra na sala de aula e fala: “Vocês não devem usar drogas”. Aqui, eles entram e falam assim: “Eu usava drogas todos os dias”. Então, você cria um papo, uma conversa que os jovens falam.

Falando agora de limites e possibilidades, eu acho que os limites são muito maiores do que estamos habituados a querer reconhecer. São enormes. Os limites estão aí na porta da esquina, se alguém hoje nasce na favela do Rio de Janeiro, ou num bairro pobre do Recife. Talvez o Denis possa falar sobre o que eles fizeram em São Paulo, que reduziu a taxa de homicídios em 70% nos últimos nove anos. Mas você ainda chega a lugares no Brasil, como Alagoas, Bahia, Salvador, Ceará, onde as taxas de homicídio estão explodindo. Se você é um jovem negro e nasceu nessas áreas, a chance de ser vítima de violência é grande – e nós estamos falando aqui somente da violência letal, não estamos falando das outras violências que acompanham a violência letal, que acompanham a cultura de violência. Eu também não falei sobre quem está do outro lado da arma. Esses jovens que estão morrendo são vítimas de quem? De quem? De outros jovens: pobres, negros, moradores de favelas e de periferias. É uma dinâmica infernal.

Quando eu digo que os limites estão mais próximos do que a gente está habituado a imaginar, às vezes dá vontade de quase querer desistir. Recentemente, morreu o Evandro, um dos coordenadores do Afroreggae. Ele era

muito meu amigo, apareceram aqui fotos dele. Ficou desatendido, ninguém nem se abaixou para falar com ele, numa área da cidade que não era da geografia da morte, e sim, na área rica do centro da cidade. Um menino pardo, sem tênis, estendido na cidade. Não foram só os policiais, que têm obrigação profissional de dar atendimento que passaram por ele, mas outras pessoas também. Passavam e falavam assim: “Ah, já tá morto”. Então, o que a gente está colhendo no Rio de Janeiro é a cultura da morte, da morte de jovens, de jovens negros e pardos, naquela faixa etária. É de uma banalização, é de uma normalidade... O Evandro foi vítima também disso, só que dessa vez vimos esses detalhes nas câmeras. Vimos a quantidade de pés que passaram lá, e ninguém parou para ajudar, para salvar. Então, os limites são muito maiores do que se imagina, mas as potencialidades são muito maiores. Essas fotos que eu mostrei não são para mostrar um mundo cor de rosa, são para mostrar que é possível fazer alguma coisa, e é possível fazer muita coisa. Muito obrigada. (Aplausos.)



Marlova Noletto – Com a palavra, Denis.

Denis Mizne – Boa tarde a todas e a todos! Eu queria agradecer à UNESCO e à Universidade Católica de Brasília pelo convite para estar de novo aqui, com uma mesa especialmente prazerosa. Marlova é uma parceira de muitos anos do Sou da Paz. A UNESCO é a principal operadora do Sou da Paz, sendo responsável por praticamente mais da metade dos nossos recursos financeiros. Porém, muito mais do que isso, foi uma instituição que desde o começo acreditou no nosso trabalho. O Sou da Paz tem a característica de ter sido criado por jovens, sendo que eu agora me apresento como ex-jovem (risos). Surgimos dentro do movimento juvenil, do movimento social que quis pensar a violência de um modo diferente. Um grupo de jovens sem nenhum recurso específico que, enfim, não foi criado a partir de um projeto muito bem delineado, mas a partir da indignação com um certo sistema de coisas e de uma certa visão que se queria defender. E a UNESCO, lá do alto do Olimpo, como diz a Sílvia – a ONU com a sua bandeirinha azul –, sempre apoiou isso, tendo facilitado muito a nossa travessia de um movimento para uma organização que tem tentado dar a sua contribuição para a prevenção de violência e a promoção de uma cultura de paz no Brasil. A Sílvia também é parceira em vários projetos nossos e a gente em projetos deles; alguém, enfim, em quem acreditamos e com quem compartilhamos muitas visões. Então, é sempre muito prazeroso dividir esta mesa.

Vamos ao trabalho. Os números que a Sílvia mostrou são absolutamente assustadores, não é? Eu estava comentando com a Marlova que há dez anos fazemos esse tipo de apresentação, a Sílvia faz, tantas outras pessoas do Rio fazem, tantas outras pessoas de São Paulo e do Brasil inteiro. Mostramos os mesmos mapas, os mesmos gráficos, só vão sendo atualizados os anos e as pessoas se chocam igualzinho. Há o lado da concentração absurda da violência letal, mas esse é um dado para o qual as pessoas não olham muito. O Luís Eduardo Soares falou uma vez uma coisa que acho muito boa: “A violência é absolutamente desigual no Brasil, mas o medo é absolutamente democrático”. Todos temos medo no Brasil. Existem pesquisas sobre isso. Logo depois dos ataques do PCC em São Paulo, fizeram uma pesquisa no Nordeste e o índice de pessoas naquela região que ficou mais temeroso da violência era assustador, sendo maior até do que em São Paulo. Era a reação, puxada pela mídia, a um tema que mexe com coisas nossas, profundamente sensíveis; é a nossa vida, a nossa integridade. Para nós que trabalhamos na área, parece que só importa o homicídio, mas para o fulano que tem a sua bicicleta furtada ou a sua carteira batida, ou que toma

uma arma na cabeça num farol, não é bem assim. Isso que parece banal, em qualquer outro lugar do mundo seria uma tragédia. Estamos falando em 50 mil, mas, se olharmos os crimes contra o patrimônio, vê-se que são centenas de milhares. Em São Paulo, todos os dias são roubados 200 carros. Claro que roubar carro é ridículo perto de perder uma vida, ver jovens matando jovens e ter uma geração dizimada. Mas isso mostra que o fenômeno da violência não está concentrado. O homicídio está concentrado, a violência letal é altamente concentrada, mas a violência nos atinge a todos. Isso não foi suficiente para nos fazer mexer, sair da cadeira e fazer alguma coisa como sociedade, pelo contrário. Por ser um tema que mexe com tanta coisa irracional, parece que muitas vezes provoca saídas absolutamente irracionais, respostas igualmente violentas ao problema, igualmente, enfim, cegas, míopes. Todo dia, nos deparamos com exemplos de políticas que são propostas ou defendidas pelos principais especialistas no assunto, aqueles que apresentam programas às cinco da tarde na TV sobre violência, os Datenas da vida. Quer dizer, esses são os caras especialistas, radialistas dos programas tétricos, e os deputados e senadores que discutem sempre os pacotes contra violência no Congresso Nacional. Por exemplo, há um projeto de lei em discussão no Congresso, para dar porte de arma a conselheiros tutelares, educadores sociais. Eles trabalham em condições muito violentas, mas ter um porte de arma vai resolver o problema?

Avançamos muito no Brasil em relação ao debate sobre segurança pública, mas ainda não conseguimos transformá-lo em mainstream, em ter como principal visão da questão da violência enraizada na sociedade um conjunto de políticas públicas específicas de prevenção à violência, da mesma maneira com que se lida com as demais epidemias que assolam o país. Discutem-se políticas públicas na área de saúde e de educação há muito tempo, com resultados melhores ou piores. Não é baseado em raiva ou no fígado que se discute política educacional. Sentam-se lá, têm visões divergentes, pode ser que a implementação não vá tão bem, mas as pessoas olham para os lados, olham para a situação e pensam o que fazer. Na área da violência, infelizmente, poucas pessoas olham dessa maneira.

Se olharmos para o dado da concentração da violência letal, que é a violência mais grave, isso pode nos dar uma sensação de desespero total. Mas não deve nos dar uma sensação de impotência, porque, quanto mais concentrado o fenômeno, mais fácil é entender por que ele acontece e como superá-lo. E se considerarmos a concentração além de todas aquelas que a Sílvia mostrou, veremos outras que podem ser agregadas. Por exemplo, entre sexta-feira à noite e domingo à noite, morre muito mais gente

assassinada do que de segunda a sexta. Por quê? Bandidos gostam de trabalhar mais no final de semana porque ganham hora extra? Não, isso acontece porque a dinâmica da violência letal no Brasil está muito ligada à nossa sociabilidade, à maneira como as pessoas se relacionam, está muito ligada à cultura da violência. Ah, mas o crime organizado... Claro, o crime organizado tem um papel grande. Em algumas cidades, seu papel é até preponderante. Mas na maioria das cidades brasileiras não há violência letal. Na maioria das grandes cidades brasileiras onde há violência letal, essa concentração vai se dar entre os jovens das periferias, entre pessoas que na maioria das vezes não têm antecedentes criminais. Não estão lá por sua profissão de criminoso, mas aceitaram na sua vida que a violência é uma maneira razoável, muitas vezes a única, de resolver os seus conflitos.

E quando se junta essa disposição, essa aceitação cultural de que a violência é possível, quando se junta a quantidade de conflitos que nas periferias urbanas brasileiras, em razão, é claro, da alta concentração de pessoas, da pouca presença do Estado – é uma desorganização tremenda, uma série de problemas acontecendo, uma quantidade enorme de pessoas vivendo num espaço muito pequeno –, ocorrerão ali conflitos, mas ter conflitos é normal. O que não é normal é ter o acesso ao álcool, às drogas e às armas de fogo, quando cada um desses fatores potencializa esse conflito e a arma o torna letal, altamente letal. E junto a isso tudo numa situação onde o Estado não está presente para mediar e dar uma resposta ao conflito, onde a pessoa aceita, onde é socialmente aceito matar, resolver o problema violentamente. Talvez matar, em alguns círculos, não seja tão aceito, mas agir violentamente, gritar, dar porrada, bater, quebrar uma coisa em cima do outro, isso é absolutamente natural. Está no futebol, está no comercial, na televisão, está em todo lugar violar.

A maneira como aceitamos a violência talvez explique um pouco o porquê de aceitarmos esses dados todos há tantos anos e permanecemos impassíveis. De alguma maneira, parece que faz parte da nossa natureza e é isso que precisamos desnaturalizar. Precisamos sair desse negócio. Muitas vezes, quando, num debate sério como esse, joga-se um tema como cultura de paz ou se discute a cultura da violência, alguém diz: “Ah, não acredito, agora a gente vai falar de cultura de paz?... O que tem a ver? Um problema sério, o pessoal tá morrendo, vai falar em paz?”. Paz é sair de branco, abraçar árvore, dar a mão, acender um incenso em casa, botar uma foto de Gandhi na sala, isso é paz. Não!! Quer dizer, para muita gente, é bacana.

Mas não é esse o tipo de cultura de paz que se está discutindo. Isso é um elemento importante, cada um tem as suas maneiras. Como é que, na

prática, eu posso substituir a cultura da violência por outra e, nessa substituição, negar a violência, não aceitar a violência? Não basta não aceitar a violência, preciso construir alternativas. Mas também não basta construir alternativas e achar bonitinho. “Eu entendo por que o aluno depreda a escola.” Legal que você entende!!! Mas o recado que precisa ser dado é que isso não é aceitável em sociedade. Eu preciso dar uma alternativa, eu preciso criar uma maneira de ele se relacionar dentro da escola de outra forma, ter suas demandas escutadas, poder transformar o ambiente onde ele está. Estou utilizando a escola como um exemplo qualquer. Posso até entender, mas não posso aceitar que a violência, qualquer que seja o tipo, seja usada para resolver esse conflito.

Essa é uma mudança que vai levar muitos anos, mas precisa começar. De todos os temas fundamentais, esse trabalho mais amplo em relação à cultura da violência é o menos debatido, é o menos tratado a sério, no sentido de que poderia haver uma política pública de promoção de cultura de paz. É como se se tratasse de um assunto de decisão individual, uma coisa quase religiosa, quando não há nada a ver com isso. É uma necessidade urgente diante dos números que estão aí.

Há outras coisas que se pode fazer para reduzir a letalidade dos conflitos. Uma delas é o controle das armas de fogo. No meio de todos os dados tétricos que apareceram, tem uma pequena curva que aparece no gráfico mostrado pela Sílvia: desde a década de 1980 até 2003, houve uma subida praticamente constante nos homicídios no Brasil. Todo ano, os homicídios subiram. Os homicídios triplicaram no Brasil, entre 1980 e 2000. Triplicaram; o aumento, de 273%, quase triplicou. A partir de 2003, com a aprovação do Estatuto do Desarmamento no Congresso Nacional – e a UNESCO fez um estudo sobre isso, o Ministério da Saúde também. Enfim, uma série de estudos que mostram a importância do que aconteceu a partir do momento em que se resolveu adotar uma política de controle de armas no Brasil –, eu registrei como resultado imediato uma queda dos homicídios no Brasil, que pode parecer pequena, de 5% no primeiro ano e, no acumulado até 2007, que é o que temos disponível, de 12%. Bom, 12% em 50 mil homicídios não é uma economia pequena em vidas.

Eu sempre pergunto: que outra lei do Congresso Nacional, que outro ato do Congresso Nacional salvou tantas vidas quanto o Estatuto do Desarmamento? É para ser discutido. Devem existir, certamente, políticas de saneamento, políticas de saúde e outras, mas, na nossa história recente, é provavelmente a medida concreta que tenha salvado maior número de vidas. Da mesma maneira, com a aprovação do novo Código de Trânsito,

antes mesmo de sua regulamentação, devido ao efeito simbólico, psicológico, da discussão do assunto pelas pessoas, houve uma queda enorme dos acidentes de trânsito. Mas, se depois de alguns anos, não se fala do assunto, não mantém a regulamentação da lei, não mantém a aplicação constante da lei, pode acontecer uma volta.

Com as armas de fogo, conseguimos. No fim deste ano, serão cinco anos de quedas sucessivas na taxa de homicídio por arma de fogo no Brasil. Alguém poderá dizer: “Ah, as pessoas não matam somente com armas de fogo, elas podem matar de outra maneira”. Podem, mas é mais difícil. Conforme eu gosto de dizer brincando, todo mundo ouve falar de bala perdida, mas ninguém nunca ouviu falar de facada perdida. “Ah, o cara morreu de uma facada perdida.” De faca, eu posso correr. Não é verdade quando dizem num debate que a pessoa, quando quer matar, acaba matando. Não é porque, com armas de fogo, as pessoas matam muito sem querer. Elas podem tentar matar num impulso e conseguem com a arma, mas não conseguem com uma faca, uma corda, um afogamento. É possível se defender. A arma de fogo é profundamente covarde, é o instrumento do covarde, não se tem defesa nenhuma contra a arma de fogo.

Além dessa pequena virada na questão dos homicídios, que eu, como otimista inveterado, consigo enxergar naquele gráfico – eram 40 mil pessoas assassinadas com armas de fogo em 2002, 34 mil em 2006, e esse número vem diminuindo –, é interessante observar aqueles dados que projetados sobre o Rio de Janeiro eram os mesmos de São Paulo em 1999 ou 2000. No fim da década passada, São Paulo e Rio de Janeiro tinham os mesmos índices de violência, mais ou menos 40, 45 homicídios por 100 mil habitantes no estado, com a mesma distribuição absurda. Eu me lembro que, num dos primeiros locais em que começamos a trabalhar, no Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, o número chegava a 400 homicídios por 100 mil habitantes na população jovem. Eram 121 na população geral e 400 na população jovem. Se examinássemos por ano e por raça, chegaríamos a números tão ou mais assustadores dos que foram vistos ali. Hoje estamos com 11 homicídios por 100 mil habitantes. Neste trimestre (final de 2009), a cidade de São Paulo teve um índice menor que o do Estado: 10,8 homicídios por 100 mil. É a primeira vez que isso acontece. Recife tem 90. O patamar ainda é alto: dez por 100 mil já é um sucesso, mas é o primeiro nível da epidemia. Mesmo um dígito não quer dizer que é bom, um dígito quer dizer que não é epidemia. É o que nós estamos buscando. Em Paris são três, quatro homicídios por 100 mil habitantes.

Embora não seja muito falada, a diminuição de homicídios na cidade de São Paulo nos últimos nove anos já é de 79%, maior do que em Nova

torque, que ganhou toda aquela badalação. Esse fenômeno vem do quê? Eu acho que aí tem uma pista do que a gente pode fazer. Vem de uma combinação de esforços, porque o combate à violência necessita de combinação de esforços, de um conjunto de pequenas medidas. Tais pequenas medidas podem ser agrupadas em três blocos. Em primeiro lugar, precisamos trabalhar a prevenção da violência a sério. A prevenção da violência necessita de uma política específica. O que é prevenir a violência? É trabalhar com os públicos, é focalizar as políticas. São necessárias políticas específicas para prevenir a violência entre os jovens. Os jovens têm os mesmos direitos que o resto da população e não são objeto de políticas públicas como deveria. O jovem tem direito a esporte, cultura, educação, não porque ele seja violento; não é por isso que se deve fazer política para a juventude. Mas nas políticas para a juventude, é preciso, sim, incluir a prevenção à violência. Muita gente do mundo da juventude tem medo. Quando se fala em violência, diz-se: “Não, não, não, não dá pra misturar juventude com violência, senão estigmatiza o jovem”. Não devemos estigmatizar os jovens. Devemos fazer política para eles, amplamente, não porque o jovem é violento, não porque ele coloca em risco a sociedade, mas porque ele tem direito. Mas também não podemos ignorar o fato de que essa população é a maior vítima da violência urbana, além de concentrar os atores ou autores dos crimes. Então, é preciso ter uma política específica para isso. O que é uma política específica de prevenção à violência para a juventude? É muita coisa, algumas delas fundamentais, como: a) dar alternativas para a pessoa resolver seus conflitos de maneira não violenta; b) ampliar o repertório da juventude, e aí as políticas esportivas, culturais, educacionais, são ótimas na medida em que dão outro caminho, outra válvula; c) estimular as lideranças positivas na juventude. Não se pode ter como única referência para a juventude o tráfico, o tráfico violento. É preciso estimular outras visões. É preciso que as lideranças sejam aquelas que estão melhorando o seu bairro, mudando a sua escola, fazendo a diferença. Grupos juvenis, mais do que indivíduos, que estão transformando a comunidade onde são inseridos precisam ser valorizados e apoiados. Um exemplo típico no Rio de Janeiro é o Afroreggae, porque os jovens falam assim: “Talvez eu queira ser um traficante, talvez eu queira ser um cara do Afroreggae”. Como ele vai ver, lá no espaço Criança Esperança, “Talvez eu queira ser um cara do tráfico na Brasilândia, do PCC, talvez eu queira ser do grupo de jovens aqui do projeto”. E como é que vou atraí-lo? Não vou atrair com as políticas tradicionais, não vou atrair com um curso de artesanato e tal. Esse jovem que está no limiar do crime, eu preciso trazê-lo pela adrenalina, preciso oferecer coisas

que tenham emoção, coisas que tenham algum grau de desafio, preciso falar a linguagem deles. Não é só trabalhar o hip hop, mas uma série de coisas: vídeo, música, mesmo esportes radicais. Há uma série de coisas que podem servir como iscas para atrair os jovens no sentido da prevenção à violência.

Além dessas políticas direcionadas ao público jovem, existe uma série de políticas de prevenção que têm a ver com o desenho das cidades, com a democratização dos espaços públicos urbanos. É necessária iluminação pública nos locais corretos. Ampliar o acesso de bairros a bairros da sociedade, para não haver esse isolamento que se vê hoje. Preciso trabalhar uma série de políticas urbanas. Enfim, eu poderia falar aqui sobre isso por horas. É preciso fazer essa prevenção inteligente. Mas hoje, infelizmente, porque a agenda da violência está crescendo, qualquer coisa que se faz – e as pessoas fazem os mesmos projetos que faziam há 20 anos, com educação com crianças etc. – é chamada de projeto de prevenção à violência. Antes era projeto de educação, hoje é de prevenção à violência. Isso estigmatiza a comunidade em que se está atuando, o público com que se atua, e não resolve o problema. Porque, se não mudar nada no programa em desenvolvimento, ele não vai prevenir a violência. E ele nem precisa mudar, porque nem todo programa precisa prevenir a violência. Precisa-se de programas habitacionais, de programas de alfabetização, de programas culturais, esportivos etc. Se nós estamos presentes lá, o que pode ajudar a prevenir a violência, vamos trabalhar com eles, mas não vamos chamar só de prevenção à violência, porque isso não resolve o problema. Precisamos ter, em escala, programas de prevenção à violência para esse público e programas de prevenção às violências, em geral, para nossas periferias, para as cidades.

Além disso, é necessário haver uma repressão qualificada. Isso significa uma novidade. Muitos que militam nessa área tinham uma visão resistente em relação à polícia e estão rompendo essa barreira por acreditar que a discussão não pode ser feita só por aqueles que acreditam que bandido bom é bandido morto, que a polícia não pode se intimidar, tem que ser violenta, tem que matar, ir para o confronto e tal. O debate sobre a polícia precisa ser feito por todo mundo interessado na segurança e uma visão diferente sobre a polícia precisa emergir. E ela emergiu. Tem muita gente, tem o Prêmio Polícia, que desenvolvemos em São Paulo e, a partir desse ano, no Rio de Janeiro, em parceria com o CSEc. Estamos querendo levar para outros lugares outras políticas que estão acontecendo: de policiamento comunitário, de mapeamento do crime, de georreferenciamento do crime, de integração entre as forças policiais. A agenda da inteligência dentro da polícia, em todos os sentidos, tem um caminho. É a resposta da qual vamos

precisar para ter um policiamento mais eficiente. Polícia eficiente é a que chega antes do crime acontecer, e não a polícia que chega depois do crime acontecer e vai vingá-lo. Disso, não há necessidade. Nem de uma polícia que parte da premissa de assustar o criminoso, que é o policiamento com a arma para fora, batendo na viatura, com sirene ligada, rodando a 100 por hora por aí para assustar o criminoso. Não adianta achar que o bandido vai ter medo do policial que sai com a arma para fora, porque ele não vai. Também não adianta fazer barulho, pois assim é muito fácil ver. O bandido espera passar e volta para sua vidinha cotidiana.

Essa mudança precisa ocorrer. E essa mudança, quando se faz referência a uma repressão qualificada, não é só na polícia. É no sistema de justiça, é no Ministério Público. Tem uma série de coisas que precisam melhorar no Brasil para que se possa realmente ter uma sensação de que a conduta criminosa não é aceita pela sociedade, de que vai ser punida dentro da lei e não numa decisão do policial ali no varejo. A mudança será feita como política, isso vai acontecer. A famosa certeza da punição, com penas coerentes. Não com penas gigantescas, com uma política que parece ser: “Como a gente não dá conta de prender a imensa maioria das pessoas que cometem crimes, a decisão que a gente tem é de que àquelas poucas que a gente prende a gente dá uma pena gigantesca, para ver se compensa e assusta as outras pessoas”. Essa lógica não funciona, está dando errado há muitos anos. Um bom exemplo, que me deixou chocado, eu vi hoje de manhã, nem sei se a Sílvia fez essa conta. O número de pessoas que a polícia do Rio de Janeiro matou no estado – a média do governo Cabral – é de três homicídios cometidos por policiais por dia. Três por dia são mil e poucos por ano. O número de homicídios registrado na cidade de São Paulo, no último trimestre, foi 278. São 90 por mês. O Estado do Rio é um pouquinho maior, são 14 milhões, enquanto em São Paulo são 11 milhões de habitantes. Fazendo uma comparação, o que morreu de gente assassinada em São Paulo no total, todos os criminosos mais a polícia, foi o contingente que foi morto só pela polícia no Rio de Janeiro. Estamos falando de dois estados vizinhos e que há dez anos tinham a mesma taxa de criminalidade. É completamente inaceitável. Se alguém acha que o que falta no Brasil ou no caso do Rio de Janeiro é uma política de confronto, de bater de frente com o criminoso, está completamente equivocado. O que é que falta mais? Qual é o objetivo? Existem bairros no Rio de Janeiro onde a polícia mata mais do que o crime. Está nos jornais desse fim de semana. Alguma coisa está muito errada. Nós precisamos de uma política de repressão, mas uma repressão, repito, inteligente, bem construída, que nos ajude na construção.

Por último, é preciso reduzir o acesso aos fatores que tornam o crime mais letal. Novamente, questão das armas de fogo em primeiro lugar, mas também a discussão sobre as drogas e o álcool como elementos que podem potencializar o comportamento tradicional e transformá-lo em comportamento criminoso. Estou falando tudo isso por quê? Porque, o que é interessante, há dez anos, gente, falávamos a mesma coisa, mas era teoria. Hoje, há exemplos em São Paulo e em outros locais do Brasil e do mundo, onde se vê que é exatamente essa combinação de esforços que reduz o crime. O debate passou do mundo da teoria para a prática. O grande desafio que nos resta, olhando para isso, não é só encontrar um exemplo bacana de um bairro, a história de um projeto social que deu certo, a história de uma liderança que conseguiu mudar alguma coisa, seja do Sou da Paz, do Afroreggae, do CESeC, ou de algum outro projeto apoiado pela UNESCO. Não é disso que precisamos, isso não é mais suficiente. Lá atrás, na última década, era importante ter os exemplos, o caso concreto que mostrasse ser possível. Já ultrapassamos essa fase. Agora, precisamos de política pública, precisamos transformar isso realmente numa coisa que aconteça todo dia. O exemplo premiado no Prêmio Polícia não deve ser uma ação apenas bonita, que é bacana, que é premiada. Precisa virar prática dentro da corporação policial e também nas outras áreas. É preciso dar esse salto. Quando se olha para os números que apareceram, fica-se indignado, mas não impotente. Usamos isso para transformar essa indignação causada pelos números em ação, não em uma ação irracional, mas em uma ação racional apoiada na teoria e na prática do que está dando certo. E procuramos levar isso não para uma ação isolada, mas para uma ação em escala. Se conseguirmos percorrer esse circuito, daqui a talvez menos de dez anos, possamos sentar a uma mesa como esta e falar assim: o que o Brasil pode ensinar ao mundo em relação à prevenção da violência? Como foi a virada? Como é que a gente conseguiu sair dessa taxa de 25 e cair para uma taxa de dez, como país? Como é que a gente conseguiu lidar com os casos? Essa receita pode não dar certo para o Brasil inteiro, mas dá certo para a imensa maioria das cidades brasileiras, para a imensa maioria das áreas afetadas hoje pelo crime. Acho que é nossa obrigação transformar isso em políticas e tornar isso realidade. Obrigado. (Aplausos.)

Marlova Noletto – Nós vamos abrir para um pequeno debate. Eu queria fazer dois breves comentários a partir da fala do Denis e da Sílvia. No ano passado, em 2008, a UNESCO e a CESeC organizaram um treinamento em conjunto com o Afroreggae e trouxemos para o Brasil o Hugo Acero, que

foi secretário de Segurança e Cidadania em Bogotá, na Colômbia, quando Bogotá conseguiu reduzir drasticamente seus problemas de segurança. Além do treinamento que ele fez com o Afroreggae e o CESeC, organizados por nós, ele fez um treinamento para nossa equipe na UNESCO. Nós reunimos um grupo de pessoas, o Denis estava também, além da nossa equipe de Ciências Humanas e Sociais, alguns colegas da Educação, a Jurema, nossa coordenadora de Cultura, e alguns parceiros estratégicos de projetos sociais para prevenção da violência que nós apoiamos. Uma das coisas que o Hugo enfatizou muito e que o Denis hoje sintetizou bem aqui é que, quando falamos da questão da violência, ou de políticas de segurança com cidadania, estamos falando de um conjunto de medidas. Nunca se fala de coisas isoladas. E o Brasil tem uma tendência, que pode ser explicada de “ene” maneiras, mas, sobretudo pela nossa formação histórico-social, de adotar medidas simplistas diante de problemas extremamente complexos. O fenômeno da violência urbana no Brasil adquiriu complexidade. Quando o Denis diz que a média de homicídios cometidos por dia pelos policiais do Rio de Janeiro é de três homicídios, então realmente a complexidade fala por si. Porque não existe, acho, nenhum outro lugar do mundo... Existe algum lugar onde a polícia mate assim, Sílvia? No mundo urbano não, até porque a maior parte das polícias do mundo nem sequer usa arma de fogo. Na Inglaterra, são aqueles policiais queridos e simpáticos, que o Caetano Veloso refere na famosa música London, London; ele diz que um grupo se aproxima de um policial e o policial parece feliz em atender às pessoas. Eles são proibidos de usar armas de fogo e, quando a polícia lá usou arma de fogo, o que aconteceu? Sobrou para o brasileiro Jean Charles, depois dos ataques terroristas. Por quê? Porque as polícias, normalmente, não são preparadas para usar armas de fogo. Por isso, a questão do Estatuto do Desarmamento é tão cara para nós, não só na UNESCO, mas em todo o sistema ONU; é realmente uma das coisas em que temos dispendido muito esforço recentemente. O Denis esteve agora na assembleia sobre desarmamento e essa é uma coisa que nós precisamos ainda avançar muito no Brasil. Acho que realmente uma das coisas que ficam muito presentes é a necessidade da combinação de soluções, de medidas, o que, no caso da juventude, o Denis colocou muito bem. O Brasil avançou muito com a construção de uma política nacional de juventude e nós temos a honra e, mais que honra, o privilégio de sermos parceiros na construção dessa política. Mas, sem dúvida, como agora participamos também do Pronasci, que é o Programa Nacional

de Segurança Pública com Cidadania, a combinação entre as coisas precisa ser articulada, porque coisas isoladas não deram conta da complexidade.

Então vamos às perguntas: Que soluções podem ser propostas às esferas decisórias públicas para que tantas pesquisas e mostras das violências, conforme os mapas da doutora Sílvia, não sejam apenas feitas, mas surtam resultados concretos de melhoria, como a criação de políticas continuadas a cargo dos governos, sobretudo, e a continuidade dos programas que dão certo? E, assim, como aumentar os limites, criando mais possibilidades? E nisso ter apoio da esfera política, ter leis plausíveis? Foi o que o Denis citou do sistema de justiça também. Então, vou fazer três perguntas em bloco, daí vocês respondem. Depois tem a questão do sensacionalismo midiático. Como é que esse sensacionalismo contribui para as propostas de prevenção da violência? Tem uma relação também com a violência escolar, que não acontece apenas com jovens, mas também por parte da escola, quando a escola impõe modelos diversos e divergentes da realidade dos alunos, uma escola que não conversa. Ela fala também das origens da violência, que se tem que conhecer. Uma pergunta levanta se no Brasil já não é hora de mudar as promessas e ofertas que são feitas aos jovens, para disputar com a oferta do crime, e como fazer isso. Como é que o Brasil vai trabalhar com essas pessoas que saem do crime organizado? Como resgatá-las e reintegrá-las à sociedade? Acredito que tanto o Denis quanto a Sílvia conhecem bons exemplos. Aqui também a questão da mídia, que volta a discutir a redução da maioridade penal, se isso ajuda, se atrapalha, e qual é o ponto de vista de vocês.

Outra questão também está voltada para a violência escolar, dizendo que a presença dos pais nas escolas pode contribuir para diminuir a violência na escola. Uma outra pergunta, Denis, específica para ti, perguntando o que fazer para reprimir eficientemente o narcotráfico no Brasil? Quem são e onde estão as pessoas de alto escalão que lucram com isso e por que a sociedade é tão conivente com o fato? E a última: Como a mesa vê as necessidades e possibilidades de implantação de políticas públicas de proteção à família? Sugere, então, a redução da jornada de trabalho, o horário corrido para que as mães e os pais possam conviver mais com os filhos, participar da formação e ao mesmo tempo contribuírem para ter uma vida mais plena. Quem vai falar primeiro?

Sílvia Ramos – Quem aqui trabalha com jovens, com juventude? Bastante gente, não é? Eu acho que as perguntas feitas pelas várias pessoas demonstram isso. Há um monte de ideias, sugestões, e tal. Eu acho que o caminho é esse, é pensar coisas específicas, pensar na escola, nas diversas

esferas onde os jovens da vida real estão, e não pensar a grande política. Eu diria que o caso do Rio de Janeiro tem uma especificidade, que é o domínio de território por grupos armados ilegais. Isso dramatiza as mortes violentas, porque elas são resultado de dinâmicas que envolvem AK 47, R 15, granadas, fuzil 765. Agora tem essas metralhadoras antiaéreas chamadas por eles de ponto 30. São tão fortes que precisam ser apoiadas no chão. É incrível porque um traficante de uma favela começa a trazer para dentro, outra quer, a outra também quer, e começa a ser tão popular que a polícia blinda os helicópteros. Mas o helicóptero passou na hora errada e, enfim, se dá aquilo, aquela tragédia... Essas tragédias são importantes porque, quando o helicóptero da polícia é alvejado em pleno ar e um cinegrafista filma isso, vai para o Brasil inteiro, para o mundo inteiro. Como está hoje lá, três semanas depois? Está tudo igual. Para falar a verdade, não houve nenhuma... O próprio secretário de Segurança falou que queria que isso fosse o nosso 11 de Setembro. Por que a metáfora com o 11 de Setembro? Ele não foi muito feliz, mas de qualquer forma é uma ideia de uma sociedade que parou e disse: “Então ‘pera lá, vamos todo mundo agora mudar, vamos inclusive sacrificar a nossa segurança, a nossa liberdade e tal”. Ele falou no Hugo Acero, que a polícia de Bogotá tinha 90 mil homens e eles demitiram 17 mil policiais em três anos, de 1996 a 1999. No Rio de Janeiro, onde a polícia enfrenta problemas muito graves de violência e de corrupção, 300. Ele diz: “Ninguém demitiu mais do que eu”. É verdade, são 300 que ele conseguiu demitir em um ano e meio, quase dois. Por que fizeram isso lá em Bogotá? Houve um pacto, chegou a tal ponto o problema da violência em Bogotá, que eles suspenderam o direito de defesa, o policial não tinha mais o direito de defesa. Então foi uma sociedade que fez um pacto, que achou que era melhor suspender um direito democrático e fazer uma via “rápida”. O Denis falou sobre isso outro dia, em um artigo belíssimo que escreveu sobre a morte do Evandro no Rio de Janeiro e imagens daqueles policiais corruptos que ficaram com o tênis, a jaqueta etc. Fez um artigo belíssimo, publicado na Folha de S. Paulo, em que falou da via rápida, da demissão de policiais. Lá não era via rápida não, era via rapidíssima. O chefe de polícia tinha a caneta e podia demitir com qualquer indício, sem que o policial tivesse direito à defesa. Não tinha advogado, não tinha nada. Eles limparam a polícia, tiraram 17 mil. Dezesete mil policiais por 90 mil é mais ou menos uns 20%, 18 ponto alguma coisa, 20%. No caso do Rio, onde a polícia tem 40 mil, seriam 8 mil.

Então eu acho que ainda não despertamos totalmente para esse problema. Quando uma sociedade desperta para um problema, acaba procurando

soluções, às vezes até problemáticas, como é suspender os direitos de defesa. De qualquer forma, não vai ser possível mudar o problema de segurança no Rio de Janeiro se não mudarmos a polícia, e não será possível mudar a polícia. Vamos continuar fazendo o prêmio Polícia Cidadã, porque achamos que, ao mesmo tempo em que tem que apontar para tudo o que está errado, precisa valorizar os policiais que fazem coisas às vezes inteligentíssimas, “criativíssimas”, e porque aquilo, às vezes, fica morto, sem atividade nenhuma. Lá no Rio de Janeiro, é possível encontrar um lugar onde tem não só o espaço Criança Esperança, mas 30 ONGs fazendo um trabalho com jovens, lá no Cantagalo, Pavão-Pavãozinho. Realmente, é maravilhoso, tem até grupo de surfe, é maravilhoso. E há histórias individuais. Sempre digo que esses projetos não são para salvar os jovens, são a favor da vida. A quantidade de jovens do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho cujas vidas foram modificadas pela presença desses projetos sociais, culturais e dessas novas visões é enorme. Mas acontece o seguinte: tem-se ali dentro “ponto 30”. Como é que entrou a ponto 30?

Gente, juventude é o maior problema, espero que acabem logo com esse negócio de juventude, viu, Ricardo. Jovem faz tudo errado, faz tudo errado em termos de sexualidade, em termos de drogas, pega o carro e sai correndo a 140 por hora, e tal. Juventude é um momento de experimentação, todo mundo se lembra aqui das besteiras que fez quando era jovem. Só que, quando você tem uma AK 47 na esquina da sua casa – está na esquina, você não precisa nem pagar condução para ir buscar –, a bobagem que se pode fazer durante uma semana, durante um mês, entrar para uma gangue errada, fazer um negócio errado na escola e tal, o potencial da bobagem é enorme. O que tem lá em nossas pesquisas mais recentes das comunidades é que agora o tráfico nas favelas caiu muito, porque não mais vende droga para a zona sul. Na zona sul, os ricos consomem drogas químicas, ecstasy etc. As drogas químicas têm rota própria, vêm direto da Holanda. Pelo contrário, é o negão da favela que está comprando na cidade. Então você teve uma crise das drogas. Chegou o crack ao Rio, uma droga típica de consumo de gente muito pobre. Então, as “bocas” que tinham muito dinheiro estão comparativamente com muito pouco dinheiro agora. Não está mais valendo muito a pena, não é mais verdade que o garoto que entra para o tráfico fica rico rapidamente e tem muito mais dinheiro que o pai. Assim mesmo, alguns ainda entram, muito menos do que entravam. Os que entram manejam um fuzil que atravessa parede. O cara atira ali e está matando alguém três paredes depois. É esse o tamanho da bobagem que se pode fazer.

É verdade quando dizem “Não é que é menos de 10%”. É menos de 1%, é menos de zero vírgula... Pensem no Complexo da Maré. São 127 mil moradores. Quantos são os que têm as bocas dali? Todas juntas, são 14 comunidades. Pode-se dizer que os garotos que possuem armas na mão, digamos dez por comunidade, são 140. Isso dá 0,1. Vamos exagerar: 200, 300 pessoas envolvidas no tráfico. E não é verdade, mas digamos que tivesse 300. Em relação aos habitantes da Maré, são 0,3%. No entanto, isso produz aquela mortandade. Porque se vê aí o que o comandante falou, uma oferta de armas. Então se tem de fato, no Rio de Janeiro, uma coisa específica, um problema que é hoje realmente policial e militar. Enquanto não for retirado dessas áreas, domínios e territórios dos grupos armados ilegais, essas pessoas que estão lá, jovens em geral, às vezes muito jovens, carregando essas armas, donos de território, não tem solução. E como é que se retira? Com polícia, com polícia de boa qualidade, bem informada, polícia que entra lá e fica lá e seja respeitada pela comunidade. Então se tem de fato um problema aí de uma configuração específica. Tudo bem, precisa da polícia articulada, etc. A partir disso, é possível conversar, tirar toda a cultura de paz, de resolução de conflitos etc.

O baile funk hoje é o momento em que o jovem do tráfico convive com o jovem que não é do tráfico. Sabem o que querem os jovens do baile funk? Numas pesquisas mais recentes, a garotada hoje não quer mais entrar no tráfico porque a vida é muito dura, ganha muito pouco, morre muito, apanha da polícia, ou morre ou vai para a cadeia. Eles pedem para dar uma



voltinha de fuzil no baile funk. O garoto que não é do tráfico, que não vai entrar no tráfico, e não vai entrar mesmo, no baile funk, que é um momento de sociabilidade na favela, onde os caras do tráfico e os caras que não são do tráfico convivem, hoje uma das modalidades é dar uma voltinha de fuzil. O menino do projeto – viu, Regina? – dizia assim na nossa pesquisa: “Pô, vem a menina do condomínio, reclamando do traficante, da desigualdade do acesso às meninas... Pô, vem a menina do condomínio, desce aqui no Alemão, quem que ela quer? Eu tô lá todo bonitinho de banho tomado, aí ela vem, vê aquele vagabundo todo suado, todo mal cheiroso, de bermuda, sem camisa, de fuzil atravessado. Ela fala: ‘Ah, meu príncipe encantado!’ E a menina não olha pra mim”. Então, é toda uma lógica agora de que o tráfico não dá dinheiro, é muito ruim e tal, mas as meninas olham para os caras que estão... Esse tipo de sociabilidade, de sexualidade e tal. Temos assim várias dimensões para pensar soluções. Não vou falar mais, acho que vocês estão muito mais capacitados do que eu para pensar políticas nas escolas, políticas específicas. Eu acho que quem está trabalhando diretamente com os jovens recebe diariamente esses insumos e essas energias de que precisam para pensar soluções. Obrigada. (Aplausos.)

Denis Mizne – Bom, só vou comentar porque acho que não dá para a gente entrar em detalhes nessa história. Talvez o que se possa pegar dessa fala da Sílvia é o que tem a ver exatamente com a pergunta sobre como disputar o jovem com o tráfico. Talvez o erro, por muitos anos, foi achar que o tráfico oferece dinheiro ao jovem. O crime oferece dinheiro agora menos do que oferecia, mas ele oferece respeito, poder, sedução – aquilo que o jovem está querendo buscar. Eu preciso ter outras coisas que ofereçam isso, é essa dimensão simbólica que preciso disputar. Se der para disputar a parte financeira, seria bom também, mas não é o essencial. Se eu fosse focar em alguma coisa, ainda mais hoje com essa situação, eu focaria nisso, eu preciso oferecer essa coisa aos jovens que dizem assim: “Pô, fazer parte do tráfico é legal pra caramba!! Todo mundo leva”.

Não sei se alguém viu, passou na mostra de São Paulo, acho que ainda não está no circuito, nem sei se vai entrar. Existe um documentário sobre as gangues de El Salvador chamado Vida Louca, é um negócio inacreditável. O diretor do documentário, um francês, passou dois anos dentro da “Mara”, como é chamada lá. No documentário, eles ficam com a câmera e ninguém está vendo, então é possível ver o dia a dia. A câmera não é escondida, ela é física, mas, depois de um tempo, dois anos, o cara com a câmera lá, esquece-se que ela está lá. E esse é outro mito: “Não! Se você chegar com uma

câmera, o jovem se intimida”. Intimida-se nada. Passa um segundo, ele fala “Não, não quero aparecer”; passa dois, tem fila. Isso, no nosso trabalho, é possível observar. O jovem da favela não tem medo de botar a cara. Ele adora!!! Ele está a fim de aparecer, como, eu acho, a imensa maioria dos jovens. Bom, nesse filme todo mundo morre, todo mundo, todos os jovens que estão lá. É uma loucura. O que se vê no filme é isso assim: na hora em que morre um, todos os jovens da gangue vão ao enterro, todos! E eles cantam as músicas da gangue e dizem assim: “Não vamos deixar isso passar, essa morte não vai ser em vão”. E a morte é absolutamente em vão e ridícula. Mas eles ficam lá todos juntos e é uma espécie de reza que não é reza, mas que mistura religião, que mistura com não sei o quê. É algo em que você cria uma lógica de que o cara não está na gangue pelo crime que ele quer cometer. Ali, com certeza, ninguém está ganhando dinheiro em El Salvador. No filme, você pode ver que ele está lá por um sentimento de pertencimento.

Precisamos oferecer essas coisas, não exatamente do mesmo jeito, não com as mesmas técnicas, não com a mesma brutalidade que o tráfico oferece. Obviamente, é dentro da lógica da civilização, não da barbárie, é isso que queremos oferecer. É isso que é preciso oferecer. Esses elementos têm que estar nos projetos que queremos chamar de prevenção e de disputa. Não pode ser aula de capoeira. Aula de capoeira é superlegal, é a oficina do Espaço Criança Esperança mais lotada, mas não vai pegar o mesmo cara que está lá. Se não é a capoeira, que talvez tenha algum papel, certamente não é o artesanato ou sei lá o que às vezes aparece por aí e fala: “Olha aqui, eu ‘tô oferecendo oportunidade pro menino sair do tráfico”. Oferecendo nada.

Sobre o tráfico em si, os territórios dominados, eu concordo integralmente com a Sílvia. O problema no Rio de Janeiro não é a venda de droga; tem venda de droga em muitas cidades do mundo, inclusive de países ricos. No Rio de Janeiro, é território dominado armado. O domínio territorial armado de áreas grandes da cidade não só com aceitação, mas com conivência. Eu acho inadmissível. Entendo que seja realidade o que acontece, mas, assim, aceitou-se por muito tempo a lógica de que a ONG tem que articular com o tráfico, o Estado tem que negociar com o traficante para fazer a obra. Quando eu vejo pessoas afirmando isso em São Paulo por causa do PCC, quando o subprefeito, que lá é quem cuida das áreas, diz: “Aqui estava tendo muito problema na construção das escolas, então eu falei com o pessoal do PCC”, eu acho isso um risco tremendo, porque São Paulo nunca teve domínio territorial. Não acho que corre o risco de ter, devido à dimensão da cidade, mas corre o risco de ter um domínio do

simbólico. É o que vem acontecendo com o crime organizado em São Paulo nos últimos tempos, o qual assumiu um papel fundamentalmente não de controle de território, mas de mediador de conflito. Nos tribunais, creio que a coisa mais perigosa do PCC – da mesma maneira que no Rio o menino quer passear de fuzil, o que não é comum em São Paulo – é a pessoa dizer que é do PCC. Quantas pessoas tem no PCC? Se for feita uma entrevista com jovens da periferia, eles vão dizer que são mais ou menos uns 80 milhões de habitantes dentro do PCC. Porque todos adoram dizer: “Não, meu vizinho, o cara do lado, a rua de cima... Não, porque depois que o PCC chegou aqui acabou tudo, pacificou”. Cadê? Quem que é o cara? Onde é que ele mora? Tem o “simbolicão”. É legal fazer parte, é muito mais legal reconhecer o poder do PCC do que dizer que agora tem polícia e que aqui tem projeto e não sei que mais. Mais legal é essa dinâmica, e precisamos lidar também com ela.

Tem também o aspecto militar. É preciso tirar a arma, tem que desarmar o tráfico. Quem faz isso é a polícia, não é o projeto social. Ela tem que entrar e cortar esse acesso. Falamos muito aqui e na mídia em geral de AK 47. Quando eu vejo o número de fuzis na mão do tráfico do Rio de Janeiro, eu acho uma piada. Você vê assim: “O arsenal de guerra”. São matérias do Globo, desenho das favelas e a metralhadora desenhada. Quantas são? 16, 12, 22 metralhadoras, uma ponto 30, 15 fuzis AK 47. Piada, isso não é nada: a gente tem 17 milhões de armas no Brasil, a imensa maioria... – tem um estudo do Viva Rio tentando estimar – a imensa, imensa maioria é o 38, da Taurus. A arma que mata no Brasil é o três oitão da Taurus, produzido aqui, vendido aqui legalmente, e aí ele entra no mercado e depois vai pular de mão em mão. Não é o fuzil. O fuzil mata, o fuzil assusta, dá poder, dá status, e mata em alguns casos de conflito entre os traficantes e entre polícia e traficantes. Por que a polícia adotou esse mesmo armamento? Aquilo parece lógico: “Ah, se o traficante tá armado, a polícia precisa estar igualmente armada”. Eu aprovo integralmente a agenda do combate à corrupção policial, porque hoje a polícia que vai desarmar o cara vende a arma depois. De que adiantou esse negócio? Eu estou fazendo circular arma, eu não estou tirando arma, eu preciso tirar a arma e destruir, é assim que funciona. A arma dura muito, esse é um problema.

Há o lado militar, mas tem o lado simbólico: não aceitar o poder que o tráfico tem nas comunidades. Não dar moral, não pode dar moral para traficante. Em minha opinião não tem que aparecer no jornal, não tem que botar nome, não tem que ganhar fama, não tem que virar grande referência, não. Não está contribuindo para a sociedade, não é um herói social que

está fazendo uma revolução popular. O PCC em São Paulo não é um grupo socialmente engajado lutando por melhores condições para o preso. É um grupo criminoso que ganha dinheiro, que tortura seus membros, que mata dentro da cadeia e fora da cadeia. Não é um grupo bacana que está fazendo a revolução, não é. Mas há pessoas que acham que é, porque falam lá: “Paz, justiça e liberdade”. Olha que bacana, que lindo! Lindo “o caramba”! Não usa nem paz, nem justiça, nem liberdade, na sua prática cotidiana. E não podemos ser coniventes com isso. Se a gente acha que o Estado é maldoso, é autoritário, então vamos mudar o Estado. Mas o crime não é a maneira de mudar o Estado. O crime organizado não é a maneira. Esse é o compromisso que precisamos ter, e dizer que isso não nos torna mais conservadores.

Com relação à questão da escola e da família, eu vou, só para fechar, contar uma historinha que ouvi numa palestra e que achei boa. Talvez a Marlova e a Sílvia também já tenham ouvido falar. O menino chegou a casa com uma carta da professora e disse à mãe: “A professora mandou te dar essa carta”. A carta dizia assim: “O seu filho não fez a lição de casa, não se comportou na aula, ficou batendo papo o tempo todo e fez arruaça no corredor. Favor tomar providências. Assinado, a professora”. No dia seguinte, o menino voltou e falou: “Professora, minha mãe te mandou uma carta”. Essa carta estava assim: “Cara professora, o seu aluno ontem não escovou os dentes, não quis ir dormir na hora certa e ficou vendo TV até tarde. Favor tomar providências” (risos). Então, há essa disputa entre a família e a escola sobre quem é mais irresponsável pela educação daquele monstro que está dentro de sua casa. Não se sabe o que fazer, precisa acabar isso aí. A lógica da corresponsabilidade precisa ir muito além. A Sílvia e eu participamos de uma pesquisa bombástica, que vai sair financiada pelo Pronasci, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança, sobre o retrato da juventude no Brasil, juventude e criminalidade. Uma das coisas que mais chamam a atenção é que a casa, a família, também não é um local tão protetor assim. Há muito repertório violento que se aprende em casa, tem muita vitimização que acontece dentro de casa. Não falar em família... Tem que falar e existe uma razão, pela qual a família pode ter um papel, a escola pode ter um papel, mas tem uma lógica de corresponsabilidade, de pensar as pessoas integralmente. Eu acho fundamental quando todo mundo está dando o mesmo recado, construindo mais ou menos na mesma direção, para que haja pessoas menos suscetíveis a querer entrar no tráfico. Se, no pior cenário, só 0,3% dos meninos da Maré estão no tráfico, significa que todas as respostas usadas por nós até agora, que todos os funis que usa-

mos para a juventude até agora são grandes demais. Por que estou dizendo isso? Porque há pessoas que dizem assim: “O menino está no tráfico porque ele é pobre”. Não, na Maré eu calculo que haja mais de 0,3% de pobres. “Ah, ele está no tráfico porque não tem uma boa possibilidade de educação.” De novo, a porcentagem é muito maior... “Ah, ele ‘tá no tráfico porque a família é desestruturada, chefiada pela mãe.” Eu não estou dizendo que essas coisas não pesam. Pesam, com certeza pesam, mas, se fosse tanto assim, em vez de 0,3 seria talvez 0,5.

É preciso achar um funil menorzinho. Eu preciso descobrir o que é que faz o cara entrar e não entrar. Que é que faz esse 0,3 ser diferente dos 98% iguais a ele, na mesma região da cidade que ele, nas mesmas condições sociais que ele. Tem alguma coisa aí que não estamos identificando. Estamos usando uma lente ainda grande demais. Precisamos conseguir chegar mais perto. Essas coisas todas vão ajudar. Mas é preciso chegar mais perto se quero ter uma ação cirúrgica. O que a gente vê em São Paulo é que entrar e sair não é uma coisa tão “dada”: quem está dentro está dentro, quem está fora está fora. O cara que trabalha de dia, possui emprego, está na escola e tal, no fim de semana, de vez em quando, mata alguém. Aconteceu, e ele não acha que é criminoso. Pelos padrões, não é mesmo, porque ninguém vai atrás desse crime. Ele está lá, ele trabalha de caixa no supermercado, ele estuda na escola, ele está lá, só que, poxa, mexeram com a namorada dele. Ele vai fazer o quê? Aí também não dá...

Marlova Noleto – Não sei se todos sabem, a UNESCO tem muitos objetivos, mas uma única missão, que está lá no nosso ato constitutivo de 1945, já que nós somos a agência mais antiga do sistema ONU. A nossa ata constitutiva diz que, se é na mente dos homens que nascem as condições para a guerra, é na mente dos homens que nascem as condições para se promover e trabalhar por uma cultura de paz. O Sou da Paz, inclusive, é um dos nossos grandes parceiros da cultura de paz. Hoje, aqui na plateia, está também a professora Laura Roizman, que já trabalhou muito conosco, na Palas Athena e também fora dela, nos materiais da cultura de paz. Porque a cultura de paz, de fato, não é só uma coisa bacana de usar branco, de acender incenso ou admirar Mahatma Gandhi, mas, na verdade, a cultura de paz é um processo que tem uma âncora, e nós costumamos dizer que a âncora dessa busca é a educação. Trata-se de um processo educativo formativo. A própria LDB do Brasil, é bom lembrar, diz isso no artigo 1º. Outro dia me contaram uma história linda. Quando Darcy Ribeiro saiu do hospital, doente, para ir participar da aprovação da LDB, disse o seguinte: “Este

artigo 1º, que eu ajudei a redigir, vai ficar sempre com a minha marca. Vocês sabem por quê? Porque eu sou antropólogo e não educador como vocês. Eu precisei estudar mais de 5.000 anos de história pra poder entender o que é de fato educação”. Eu fico arrepiada quando conto isso, acho isso lindo. O artigo 1º da LDB diz que a educação são todos os processos formativos que acontecem não só na escola, mas em vários outros lugares.

Então, a cultura de paz tem uma profunda sintonia com os processos educativos, que são a forma de substituir realmente a cultura da violência, porque a paz tampouco é um processo passivo. A humanidade tem que se esforçar por ela, tem que promovê-la. Então, é um privilégio da minha vida coordenar o programa Cultura de Paz da UNESCO do Brasil há mais de dez anos. Sempre digo que vejo muitas pessoas falarem em promover a cultura de paz, mas o exercício da vida delas é gritar com a empregada, gritar com os filhos, gritar com quem passa pela frente, ter uma péssima relação com os subalternos, buzinar no trânsito... Cultura de paz, meus queridos, é tudo isso. É uma forma de, primeiro, trabalhar-se internamente para entender o que é cultura de paz. É quando tu consegues olhar para a tua vida e para todos que estão em volta de ti e perceber que ali há uma dignidade, uma liberdade, uma igualdade intrínseca a todos os seres humanos e que, portanto, o tratamento deve ser igual com absolutamente todos. Isso, aliás, é um princípio universal e primeiro também da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É assim que a cultura de paz começa. Começa em casa quando a gente não grita com os filhos, começa em casa quando a gente respeita aqueles que trabalham para nós ou conosco, começa no trabalho com os colegas, com os subordinados e assim vai, como o fenômeno da física, das ondas progressivas se espalhando por todos os lugares.

Então, obrigada pela lembrança de que, em todos os nossos projetos de prevenção da violência, nós procuramos trabalhar os componentes da cultura de paz. É, sobretudo, ancorada na educação e nos princípios da cultura de paz, que convido todos vocês a visitar o nosso site, www.unesco.org/pt/brasil, porque tem muito material sobre cultura de paz e vale a pena. Obrigada.

MESA-REDONDA

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA EMPREGABILIDADE

Palestrante: Jorge Abrahão de Castro – Diretor da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Debatedor: Carlos Odas – Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Juventude

Moderador: André Lázaro – Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação



Cerimonial – Boa tarde a todos! Vamos dar continuidade ao Seminário Juventude: possibilidades e limites. Iniciaremos neste momento a primeira mesa da tarde, com o tema O Desafio da Educação Profissional e da Empregabilidade. Para coordenar os trabalhos desta mesa, convidamos André Lázaro, secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (aplausos). Como palestrante, convidamos Jorge Abrahão de Castro, diretor da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (aplausos). Jorge Abrahão de Castro é doutor em Ciência Econômica pela Unicamp, professor colaborador do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, autor de numerosos artigos, livros e capítulos de livros sobre financiamento e gasto em educação, processo de gastos públicos, avaliação de políticas públicas na área social, avaliação de impacto econômico e financeiro de políticas sociais e outros temas. Com a palavra, André Lázaro.

André Lázaro – Muito boa tarde a todos e a todas! Eu queria agradecer o convite para participar desta mesa, ainda mais ao lado do Jorge Abrahão e tendo na plateia a Regina Novaes. É muito importante o debate desse tema, que tem desafiado nossas políticas públicas. Os diferentes governos federal e estaduais têm feito muitos esforços para responder aos desafios que a questão da juventude nos traz. O que se pode constatar é que os sucessos são bastante parciais. Nós, que estamos mais envolvidos em educação, festejamos agora quando saiu a última PNAD, porque a faixa etária de 15 a 17 anos apresentou uma elevação de presença na escola. Nós vínhamos, desde os anos 1980, mantendo uma taxa de atendimento de 15 a 17 anos na ordem de 80%, variava para 81, 82, caía para 81. E a boa notícia da PNAD 2008, publicada agora em 2009, é que alcançamos 84,1% de cobertura na faixa etária de 15 a 17 anos. Se imaginarmos que cada coorte, cada idade no Brasil, tem em torno de 3 milhões de pessoas – as mais jovens, que estão diminuindo menos ainda – e que na faixa etária de 15 a 17 anos existem aproximadamente 10 milhões de pessoas, veremos que 16%, ou 1,6 milhão de pessoas estão fora da escola nessa faixa etária. O Jorge já nos ajudou, a nós do Ministério da Educação, com vários estudos sobre juventude, portanto, é uma pessoa muito preparada para isso. Ele indicava que há um grupo nessa faixa etária de 15 a 17 anos que não estuda nem trabalha, um grupo significativo, aproximadamente 800 mil pessoas. Eu não sou dos que acham que isso se deve ao envolvimento com o tráfico, isso é fazer pouco caso da nossa juventude. De qualquer maneira, significa que tem um vazio de formulação aí. Como pessoa da educação, fico um pouco decepcionado com a nossa geração, que participou de uma

luta intensa por renovação das estruturas de poder, e não conseguiu ainda entender o que se passa na geração que tem essa idade hoje, para dar respostas consistentes. Mas a melhor maneira de pensar é exatamente estudando o problema e acho que o Jorge pode nos dar uma bela visão dos desafios. Eu me ative à faixa etária 15 a 17 anos porque é o ingresso da juventude, e nós sabemos que os problemas ficam mais complexos à medida que avançamos na idade. Também porque de 18 a 24 anos, a cobertura educacional é mais baixa, sendo ainda menor de 25 a 29. Então, há muitos desafios pela frente, mas com certeza o Jorge nos ajudará a compreendê-los.

Jorge Abrahão – A responsabilidade é muito grande. Pelo menos, estamos comprometidos em tentar entender os problemas da juventude, uma questão relevante da questão social brasileira. O que vou falar aqui tem a ver com esse nosso esforço. Essa é a capa do livro em que tentamos juntar a discussão de juventude e as políticas sociais. O livro está lindo e o prefácio da Regina é maravilhoso. Quando estiver pronto, gostaria de convidar todos para o lançamento que, espero, seja ainda esse ano. Uma parcela do nosso trabalho está disponível neste documento, que tenta fazer essa junção: vê juventude não só como problema ou como uma questão e tenta cruzar com as políticas de Estado, as políticas sociais etc. Aqui, como a discussão é voltada mais para a educação, vou focalizar dois aspectos relevantes para mim: juventude e educação, e juventude e mercado de trabalho. Na minha palestra, há registro sobre um monte de dados sobre vitimização, mas não vou tocar nisso.

Ficamos super felizes com esse 1,5 milhão sobre o qual falou o André, pois o número havia se estabilizado e agora caiu muito. Quer dizer, alguma ação pública foi importante para fazer as crianças voltarem para a sala de aula. Com relação aos 800 mil citados por ele, realmente não é o tráfico. São meninas e tem a ver com uma série de outras questões. Eu tenho um trabalho também sobre isso que procura justamente lançar uma luz sobre a faixa etária de 15 a 17.

Alguns dados

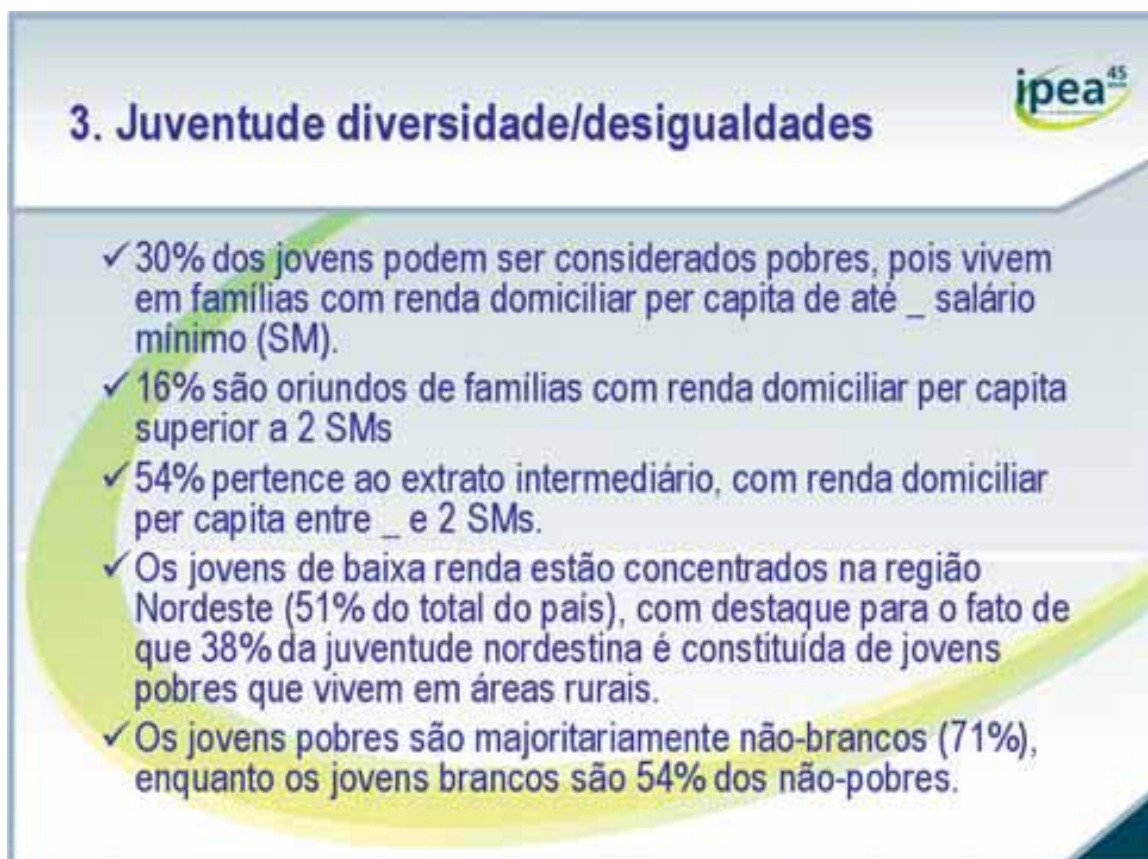
- Menos da metade (48%) frequenta o ensino médio (15 a 17 anos).
- 44% não concluiu o ensino fundamental (15 a 17 anos).
- 18% estão fora da escola (15 a 17 anos).
- 31% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam a escola, sendo que menos de 13% estão no ensino superior.
- Os jovens analfabetos são 1,7% daqueles com idade entre 15 e 17 anos, 2,4% no grupo de 18 a 24 e 4,3% no de 25 a 29.
- A oportunidade de trabalho é a principal causa do abandono dos estudos entre os homens jovens (42,2%) e a gravidez a principal entre as mulheres (21,1%)


Fontes: Pnad/IBGE, Pesquisa "Juventude Brasileira", Unesco, 2004

2. Juventude e a difícil inserção no mercado de trabalho

- Brasil: antigos e novos problemas
- Problema tradicional: trabalho precoce (trabalho infantil; frequência à escola) → arrefecimento
- Novos problemas: a crise do emprego
 - ✓ inserção em postos de pior qualidade (menores exigências de qualificação, baixos salários, sem carteira assinada)
 - ✓ desemprego juvenil
 - ✓ inatividade / ociosidade (desemprego por desalento e atividades domésticas)
- Características do trabalho juvenil: alta rotatividade (experimentação) e formas inovadoras de geração de renda

Nós capturamos, no artigo que montamos sobre a escola, que a educação é vista pela juventude e pelas famílias como um instrumento para melhorar de vida, e que as marcas da exploração dos jovens brasileiros às vezes têm muito a ver com desigualdades. O que nós mais vamos verificar é que a marca da desigualdade é muito forte não só para a juventude, mas para qualquer questão social brasileira. Não é uma desigualdade só de renda. A desigualdade é regional, é por área urbana, é de renda, é de raça e é de gênero, para simplificar. Em todos esses cortes, é possível encontrar profundas desigualdades, seja qual for a faixa etária com que se pretende trabalhar: criança, jovem ou idoso. E sempre haverá uma citação ou situação com os seguintes enfoques: rural, pobre, do Nordeste e negro. Estes têm a pior situação, a qual se verifica em qualquer recorte. O que acontece, em geral, é que nessas desigualdades a defasagem escolar é uma outra desigualdade. A desigualdade escolar não atinge todo mundo igualmente, alcança os jovens de modo diferenciado (o abandono da escola seguido de retomadas).



3. Juventude diversidade/ desigualdades 

- ✓ 30% dos jovens podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM).
- ✓ 16% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 SMs
- ✓ 54% pertence ao extrato intermediário, com renda domiciliar per capita entre $\frac{1}{2}$ e 2 SMs.
- ✓ Os jovens de baixa renda estão concentrados na região Nordeste (51% do total do país), com destaque para o fato de que 38% da juventude nordestina é constituída de jovens pobres que vivem em áreas rurais.
- ✓ Os jovens pobres são majoritariamente não-brancos (71%), enquanto os jovens brancos são 54% dos não-pobres.

Diversidade/desigualdade quanto a raça/cor

(jovens brancos X jovens não brancos)



- ✓ 47% dos jovens são brancos e 53% não-brancos
- ✓ analfabetismo entre os jovens negros é quase três vezes maior do que entre os brancos
- ✓ frequência líquida ao ensino médio é 56% maior entre os brancos.
- ✓ frequência líquida ao ensino superior é cerca de 3 vezes maior entre os brancos
- ✓ taxas de homicídio entre os jovens pretos e pardos é de 149 e 141 por 100 mil hab. respectivamente, ao passo que entre os brancos é de 69/100 mil.

Diversidade/desigualdade urbano/rural

(jovens brancos X jovens não brancos)



- ✓ 85% dos jovens vivem em zonas urbanas (1/3 em áreas metropolitanas e 2/3 em áreas não metropolitanas) e 15% em áreas rurais
- ✓ 34% dos jovens urbanos vivem em moradias inadequadas fisicamente, sendo que 2 milhões moram em favelas
- ✓ 30% dos jovens pobres vivem em áreas rurais
- ✓ o nível de escolaridade dos jovens rurais é 50% inferior ao dos jovens urbanos
- ✓ 9% dos jovens que vivem no campo são analfabetos (contra 2% nas áreas urbanas)
- ✓ os jovens urbanos enfrentam questões como o desemprego, a violência e a segregação espacial
- ✓ os jovens rurais convivem com o esforço físico extenuante da atividade agrícola, as dificuldades de acesso à terra, a emigração.

Diversidade/desigualdade quanto à condição de gênero, ao estado civil e a posição no domicílio

- ✓ 49,5% dos jovens são homens e 50,5% mulheres
- ✓ 38% dos jovens já constituiu domicílio próprio, ocupando a posição de chefe de domicílio e/ou cônjuge
- ✓ a proporção de jovens mulheres que não trabalham e não estudam é crescente de acordo com a faixa etária, passando de 12% no grupo de 15 a 17 anos para 32% e 33% entre aquelas de 18 a 24 e de 25 a 29 anos respectivamente
- ✓ apenas 6% dos jovens de 15 a 17 anos é chefe do domicílio ou cônjuge, sendo 88% mulheres (majoritariamente na condição de cônjuges)
- ✓ 47% dessas jovens pertencem ao grupo de renda domiciliar *per capita* inferior a 1 SM e 71% delas não estudam, tendo seu tempo preenchido pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos

Outro aspecto diz respeito aos alunos que ingressam na 1ª série, cerca de 80% chegam à 4ª e só 50% terminam a 8ª. Ou seja, o sistema educacional é muito ineficiente. Mas não é só o sistema, é uma série de questões aí colocadas. Isso é muito ruim, porque a juventude será impactada pelo que ocorre quando ela é adolescente, quando é criança. Então, vão ocorrer situações de jovem que consegue terminar o ensino fundamental – se ele entra no ensino médio, ele termina. Ou seja, o gargalo está um pouquinho antes. Essa é outra observação interessante que a gente tem a fazer. E ainda: o jovem é um cara que está experimentando permanentemente e, se a escola é chata, ele a abandona. Mas, ele volta. Então é possível perceber também um eterno abandono e retomadas.

Outra coisa ruim é o jovem fora da escola. Há um conjunto muito grande de jovens fora da escola. Tem o fracasso escolar e, o que é pior, há uma faixa etária que ainda coloca a disjuntiva escola/trabalho. Essa disjuntiva, a partir de 17, não devia existir. Os economistas ficam dizendo: “Trabalho é pra jovem”. Mas tem que pensar: para que jovem? Será que o jovem de 15 a 17 anos tem que trabalhar mesmo? Será que ele não deveria estar na sala de aula permanentemente e a sua família sendo assistida por um conjunto de benefícios sociais? Emprego? Sei lá... Seria bom que ele

pudesse cumprir sua etapa escolar. Ao colocar essa disjuntiva, esse jovem vai trabalhar. Quando o jovem vai ao trabalho – e nós temos uma quantidade razoável de jovens trabalhando hoje –, em geral ele trabalha o dia inteiro e frequenta a escola noturna, da pior qualidade, como se sabe.

Quais são, então, os desafios da escola? Qualidade e atratividade. E isso é fundamental. A qualidade tem que andar junto com a atratividade. Não basta só saber ensinar, tem que saber ensinar de acordo com essa nova plêiade de coisas com a qual a juventude está convivendo. Surgem então diversas dificuldades, porque a escola às vezes não está preparada para isso.

Esses conjuntos aqui chamados de trajetória irregular e fracassos valem para a educação como um todo, incluída a educação profissional. Ou seja, isso tem sentido para pensar a educação como um todo. O que os números vão mostrar para nós é isso aqui, vejam. Inclusive a reflexão anterior está um pouco baseada nesses números. Menos da metade frequenta o ensino médio, ou seja, grande parte dos jovens não chega ou não termina o ensino fundamental e fica reprovada ou, quando termina o ensino fundamental, não segue adiante. Isso vale tanto para o ensino médio, como para a educação profissional. Quarenta e quatro por cento não concluem o ensino fundamental (esse dado é de 2007, os 18% citados pelo André são de agora), 31% dos jovens de 18 a 24 (38%) frequentam a escola e menos de 13% estão na educação superior. Na realidade, a defasagem é muito grande. A quantidade de jovens em idade adequada na educação superior no Brasil é ridícula, mesmo perto de países da América Latina. Nós ainda temos jovens analfabetos, ainda produzimos isso. Um conjunto pequeno, mas que ainda deve ser levado em consideração. Esse 1,7 se manteve este ano.

O jovem diz que o trabalho é a principal causa de abandono dos estudos entre os rapazes e que, entre as meninas, é a gravidez. O jovem que troca a escola pelo trabalho de alguma forma quer independência econômica, ou a sua família não lhe dá condições. No caso das meninas, o índice de gravidez na adolescência ainda é muito elevado. Tudo isso são causas importantes que perturbam a trajetória do jovem na escola, seja esta de ensino médio, educação profissional ou superior. Acho que são essas causas a serem debatidas.

A outra questão... Isso aqui foi muito engraçado porque esse capítulo nosso foi construído por economistas no Rio. O engraçado é que o economista vê a questão da inserção como uma coisa fundamental para o trabalho. E aí você fala assim: “Vem cá, o jovem tem que trabalhar?”. Para o economista, todo mundo que procurar trabalho tem que trabalhar. Quando procura e entrou na População Economicamente Ativa, já faz parte dos desocupados. Então, tem um viés de leitura porque pode-se trabalhar de forma diferente,

já que, em geral, a juventude está com uma difícil inserção no mercado de trabalho. A inserção da juventude no mercado de trabalho é precária. Mesmo com os dados a serem projetados aqui, pode-se perceber que é extremamente precária: os problemas são tanto antigos quanto novos. O problema hoje da escola e do mercado de trabalho é conviver com dois momentos. A transformação que está acontecendo nos processos produtivos e inovadores vale para a escola e o mercado de trabalho. Tanto o indivíduo tem que estar preparado para esses novos processos, como a escola tem que estar preparada para poder, ela mesma, ser capaz de trabalhar os novos processos. Isso também vale para o mercado de trabalho. Este está passando por um processo de grande transformação que, em parte, às vezes, até prejudica os mais velhos. Pode-se constatar que a inserção precária do jovem no mercado de trabalho é ruim para os mais velhos, porque faz diminuir o salário de todo mundo, não só do jovem.

Qual é o problema tradicional ainda enfrentado pelo Brasil? É o trabalho precoce, que é o trabalho infantil, e a baixa frequência à escola. O trabalho infantil – ainda tem criança de 10 a 14 anos trabalhando – está diminuindo, os números são expressivos, este ano diminuiu bem. O trabalho infantil está diminuindo no Brasil até porque o que se considera trabalho infantil também é coisa meio... Um conjunto de perguntas na PNAD considera tudo o que uma criança faz em casa. O que a criança faz em casa às vezes faz parte da estratégia familiar, da cultura familiar, e não necessariamente precisa ser entendido como um trabalho explorador. Esse é um debate em aberto e importante para se ter um número mais preciso do que se denomina trabalho infantil. O trabalho infantil tem a ver com juventude porque o indivíduo que está nessa situação já está totalmente precarizado à frente, principalmente na sua trajetória escolar. A primeira coisa a ser prejudicada é a sua trajetória escolar.

Os novos problemas têm a ver com a crise do emprego. De 2000 para cá, verificou-se um processo razoável de ampliação de emprego, mas persiste uma crise de emprego. Isso tem a ver com o fato de os jovens se inserirem em postos de pior qualidade, menor exigência de qualificação, baixos salários e sem carteira assinada. Então, quando se dirige ao mercado de trabalho, o jovem não só está deixando de ter educação, tempo, lazer etc., está entrando com menor qualificação, baixo salário e sem a carteira assinada. São poucos os jovens com carteira assinada. O segundo ponto é o alto desemprego juvenil, representando grande parte do desemprego brasileiro. Pode-se até diminuir a taxa de desemprego no Brasil se falar: “Jovem, não procure mais emprego, pelo amor de Deus. Fique em casa, vá para a esco-

la”. Então, desemprego juvenil no Brasil é bastante alto. Outro ponto é a inatividade/ociosidade, ou seja, uma parcela do que se pode chamar de desemprego por desalento. A escola está uma porcaria, então o jovem se afasta da escola, vai para casa, procura emprego e não acha, fica vendo televisão, ou pode entrar na economia do tráfico. Por sua vez, as meninas engravidam e, a partir daí, interrompem todo um processo de educação, até de possibilidade de trabalho, e se transformam em trabalhadoras domésticas. Sem remuneração, totalmente precarizadas.

A educação profissional tem a ver para quem escapa desse processo. Não adianta montar uma estrutura de educação profissional se o jovem não tiver condição de frequentá-la. Primeiro, ele precisa chegar lá. Segundo, tem que conseguir ficar nessa escola. E aí surgem as dificuldades relativas à sua estrutura familiar, econômica, para que ele permaneça tendo essa oportunidade. Acredito que hoje a educação no nível médio e profissional está se expandindo. Não creio que a educação profissional deva ser feita apenas para os mais pobres, o que é outra questão terrível. Por que os filhos da classe média podem entrar no mercado de trabalho depois dos 25, 26 anos, enquanto aos mais pobres é reservada a educação profissional de 15 a 17 e, na sequência, o mercado de trabalho? Essa é uma pergunta a ser feita. Apesar de se concordar que a educação profissional é importante, ela tem que ser pensada em seu processo de universalidade de possibilidades, e não numa coisa para os mais pobres. Na realidade, no entanto, são os mais pobres que têm que procurar essa educação profissional. Os mais ricos, quando se projetam os números da renda, ficam na escola o tempo todo. Eles não trabalham, estão numa situação em que já vão para a universidade. Então, esses já são os escolhidos para serem os futuros dirigentes de tudo, enquanto os 80% mais pobres permanecem ao relento. Acho então que a desigualdade de renda é muito importante para que a gente possa perceber que proposta vamos fazer.

Outra questão importante, quando se cruza mercado de trabalho e juventude, é a alta rotatividade. Vale atentar para o seguinte: o Brasil é um país de alta rotatividade. São gerados 2 milhões de empregos (este ano, 1 milhão), mas se for considerado o que entrou e saiu, entrou e saiu, entrou e saiu, no mercado de trabalho, chega-se ao inacreditável. A rotatividade no emprego é alta principalmente na juventude, mas a juventude tem a coisa da experimentação. Como o jovem está experimentando, a rotatividade dele no mercado de trabalho vai ser muito maior.

Vejam-se alguns dados. Primeiramente, temos taxa de atividades nos grupos mais novos. Ainda há crianças de 10 a 14 anos trabalhando, ainda

tem 40% de 15 a 17 em algum tipo de atividade. Atenção para o item Qualidade da Ocupação: só 50% do grupo de 18 a 24 anos tem trabalho sem carteira assinada, quer dizer, uma tragédia. O jovem é explorado, mesmo aquele que se dirige para a educação profissional ou a termina. Ao se fazer o corte, conclui-se que esse jovem é pobre: estudou na escola noturna, está trabalhando há muito tempo e já está precarizado nessa idade. Não tem cobertura previdenciária, não tem cobertura de saúde, esse cara é o pobre do futuro. Observe-se que não melhora muito, melhorou um pouquinho, mas continua assalariado. É o jovem visto na rua vendendo pirulito, biscoito, que está compondo a renda familiar. O desemprego do jovem vai diminuindo. Na verdade, esses jovens aqui não deviam constar na estatística de desemprego. Não deve existir estatística de desemprego para jovem de 15 a 17: deveriam estar todos inativos. A inatividade dos homens é bem menor do que a das meninas, ou seja, as meninas estão em melhor situação quanto a esse aspecto, porém grande parte delas está na escola. Isso significa que há um viés, pelo menos na parte das meninas, em termos de permanência na escola, principalmente no campo. No campo, os meninos ficam numa situação muito triste, porque as meninas conseguem migrar e estudar nas escolas urbanas. Os meninos, para manter a estrutura familiar e a renda da agricultura familiar, permanecem no campo e acabam não frequentando a escola. Mesmo com os dados da PNAD referentes ao campo não sendo muito bons, percebe-se que esse jovem localizado nas estruturas rurais brasileiras está em péssima situação. O que pode acontecer no futuro é no máximo repetir parte do que o seu pai tem desenvolvido, com a única diferença de que ele não vai ser analfabeto, o que já é uma grande questão. Porque o analfabetismo no campo é um entrave até para ampliação da renda, já que muitos desses jovens e idosos muitas vezes não têm acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por não dominarem as mínimas condições para entrar num banco. O fato de existirem muitos analfabetos no campo torna quase improvável que esse indivíduo tenha acesso ao crédito e a uma série de alternativas que poderiam aumentar sua produtividade. Isso vale para todos que estão no campo.

Tem uma série de outros dados que não vou repetir. O que eu queria dizer, só para fechar e resumir, é que o jovem brasileiro ganha um status de questão social. Nós estamos superpreocupados. Eu não falei das políticas aqui por não ser o nosso objeto. Ocorre no país uma coisa muito importante quando, dentro da estrutura de governo, começa-se a ver que já está havendo algum status para algumas questões, como gênero, raça. Mesmo

que seja baixo o orçamento, tem uma importância muito grande, em termos de política, poder afirmar que dentro daquela estrutura de governo há instituições que estão cuidando daqueles problemas. Pode-se imaginar a mesma coisa com relação à juventude. A juventude ganha status político. Dentro da estrutura de governo, tem um problema muito sério que é como fazer uma política transversal e esta ser elaborada e tocada em uma estrutura burocrática na qual o ministro da Educação está preocupado com a educação como conjunto, o ministro do Trabalho está preocupado... Como se faz para esse povo todo sentar e discutir um determinado recorte e construir essas possibilidades? Acho que esses são os grandes desafios pela frente: construir políticas transversais de forma que tenham um caráter transversal da juventude.

Teremos pela frente a questão do envelhecimento, estamos levantando essa bola no Ipea. O envelhecimento brasileiro é muito rápido, em breve seremos uma população de velhos, muitos velhos, o que significa que o desafio da juventude de hoje é muito grande. Como a juventude de hoje serão os adultos que sustentarão um Brasil mais envelhecido? Ela precisará ter uma produtividade muito mais elevada. Porque a relação de dependência entre ativos e inativos vai ser muito diferente. Por exemplo, o Brasil hoje tem 3 milhões de idosos acima de 80 anos. Em 2040, serão algo em torno de 20 milhões. Isso não é trivial, a matriz demográfica brasileira vai ser idêntica à do Japão. Estamos falando em apenas vinte e poucos anos, o que significa que esse adolescente, esse jovem de hoje vai suportar uma responsabilidade muito grande de manter a gente bem. É preciso fazer esse discurso aqui altamente interessado... (Risos.) Ou seja, o discurso é: “Olha, eu espero chegar lá, a nossa ideia é que todo mundo viva mais de 100 anos. Para isso, temos que cuidar muito bem da nossa juventude, pois ela é que vai nos manter na inatividade”. Necessita-se urgentemente de alta escolarização, tempo livre, uma série de questões que a sociedade às vezes tem como tabu, mas que precisam ser discutidas. Acredita-se também que, se o jovem da classe média pode entrar no mercado de trabalho aos 25 anos, por que já não todos? Esse é o desafio da sociedade brasileira. Ou seja, um alto estoque educacional e aí competir com igualdade. É um desafio, é caro, custoso e depende do Estado. Ainda não temos medo de enfrentar os desafios que valem a pena e eu acho que esse é um deles. Obrigado. (Aplausos.)

André Lázaro – Muito obrigado, Jorge. Eu acho que confirmou o prenúncio de que há muito assunto para se pensar. Eu queria convidar o Carlos Odas, da Secretaria Nacional de Juventude. Ele teve um impedimento e só pôde chegar agora (aplausos). Como o Carlos não pôde acompanhar,

eu queria propor o seguinte encaminhamento: as perguntas serão respondidas pelo Carlos e pelo Jorge Abrahão também. Se não houver perguntas, aí eu vou ter que provocar ambos (risos).

Enquanto esperamos as perguntas, eu queria fazer duas ou três observações. A primeira é uma recomendação sobre a questão da gravidez de adolescentes. Nós, principalmente nós, professores, achamos que as jovens engravidam por falta de informação. É uma falta de informação nossa. As jovens urbanas estão plenamente informadas sobre os problemas de quando fica grávida, isso não é nenhuma novidade para elas. A Sandra Werneck fez um filme chamado *As Meninas*, que eu recomendo vivamente a quem está interessado sobre o assunto, em que ela acompanha quatro ou cinco meninas no dia em que elas estão fazendo o teste no posto de saúde e descobrem que estão grávidas. Elas estão na faixa etária inferior a 18 anos e a Sandra, como boa cineasta, acompanha a gravidez delas. É muito forte, porque é documentário. As meninas dizem claramente: “Não, eu quis ficar grávida, eu sabia que meu namorado trabalhava no tráfico, eu quis isso, foi uma escolha que eu fiz”. Das cinco – me corrijam os que viram o filme se estou enganado –, duas ou três têm o filho já na condição de viúvas. Então, para tornar o problema complexo, não é falta de informação sobre como evitar filho. É uma escolha de ter filhos na adolescência, o que significa que esse foi o melhor caminho que ela escolheu, e aí tem a questão que o Jorge corretamente levanta: o que o Estado está conseguindo oferecer como alternativa de vida para essa população? Quando a gravidez na adolescência é o melhor caminho, ficamos bastante apreensivos.

Já chegaram aqui algumas perguntas, eu vou fazê-las e peço ao Jorge que responda e ao Carlos que comente. Rosalina, de Brasília, pergunta: “Que vínculos estão sendo estabelecidos entre educação geral e profissional?”. Esse é a primeira pergunta. Vou ler as quatro que já tenho em mãos, depois retornamos. “Eu gostaria de exposição a respeito da questão da alta rotatividade dos jovens por ocasião da experimentação. Colocaria outras variáveis: exploração, economia informal, estabilidade econômica, baixos salários”, essa é da Berenice. “Projetos de aprendizagem oferecem aos jovens que frequentam a escola regular oportunidades de formação profissional. Qual a sua opinião em relação aos projetos?” Marta, do Senac. Depois vem o Luís Augusto, com duas perguntas: “A redução da jornada de trabalho articulada a partir do ensino médio e a limitação do aposentado nos postos de trabalho não seriam saídas para a ampliação importante para os jovens?”. Deixa só fazer um comentário para a Rosalina, porque é mais a minha área do MEC, depois eu passo a palavra para o Jorge e o Carlos.

Em linhas bem gerais, Rosalina, hoje o Ministério da Educação recuperou a visão do ensino médio integrada à qualificação profissional, que havia sido vetada no final dos anos 1990. Nessa linha de trabalho, o ensino médio integrado pode ser concomitante e sucessivo, ou propriamente integrado, mas há um grande esforço do Ministério da Educação em trabalho com os estados para ofertas do ensino médio com perfil de profissionalização. Existe um programa chamado Brasil Profissionalizado que tem investido 1 bilhão de reais nos estados para montagem de escolas de ensino médio integrado à qualificação profissional. Esse esforço é muito grande. Como eu trabalho com a diversidade, foi possível introduzir na matriz desses cursos a pergunta: É para o campo? É quilombola? É indígena? Então, estamos tentando monitorar para diminuir aquilo que o Jorge Abrahão corretamente aponta como a maior desigualdade educacional no Brasil, que é campo/cidade. Não é entre homens e mulheres, em que as mulheres têm melhores qualidades que os homens. Não é entre brancos e negros, em que há uma defasagem média de mais ou menos dois anos de estudos, a favor dos brancos contra os negros – e, o que é mais grave, essa diferença é estável há mais de 20 anos. Mas campo/cidade são quatro anos de diferença média e aí tem um esforço para isso. Então, há uma visão. A educação profissional está sendo fortemente expandida, fecharemos o ano que vem com 314 escolas técnicas em todo o país, escolhidas em territórios os mais distantes. Não é aquela história de Frei Vicente do Salvador, de que estamos como caranguejos no litoral. Estamos entrando, fazendo o interior. A nossa perspectiva é que haverá ampliação da oferta do ensino médio profissional em todo o país, ampliação com foco também no interior e na redução de desigualdade. Os Cefets ou os Ifets, em ciência tecnológica, são bons exemplos de educação brasileira. Nós somos capazes de fazer coisas maravilhosas e o Ifet é um exemplo disso. Estamos trabalhando, tentando expandir para fazer chegar a muitos, buscando criar 500 mil vagas de entrada, enfim.

Então, tem esse esforço de articulação da educação geral e profissional. Vale mencionar que isso é muito pouco comentado no meio em que se dá o debate Educação Profissional e Juventude, que é um acordo com o Sistema S. Está sendo muito pouco comentado e merece muita atenção. O Sistema S, mantido com recursos públicos recolhidos diretamente da folha de pagamento das empresas, fazia uma gestão desses recursos públicos com muito pouca transparência, com muito pouca nitidez. Quando se promoveu o debate com o Sistema S, constatou-se que algumas das áreas profissionais não tinham sequer uma vaga gratuita e havia um curso de 20 horas. Então, em diálogo com o Sistema S, o MEC estabeleceu a obrigatoriedade e

gratuidade para 66% das vagas dos cursos de qualificação profissional e implantou com o sistema a lógica do percurso formativo do profissional, com prioridade para o aluno da escola pública. Acho que o Sistema S deveria ser levado em conta quando se discute educação profissional, porque ele está finalmente, após esse acordo, se articulando com políticas públicas de oferta de vaga para o estudante da rede pública e para o percurso de formação.

Outra iniciativa que também não está sendo muito discutida e merece atenção é o debate em torno da certificação profissional. Países como Chile, Portugal e muitos outros avançaram muitíssimo no reconhecimento do saber dos trabalhadores; isso atinge mais adulto do que jovem. Tais países conseguiram, no caso de Portugal ou da Espanha, por exemplo, alcançar inclusive a educação superior. A pessoa faz um memorial expondo a sua trajetória profissional e a universidade pode validar esse percurso profissional e depois certificar como diploma. Isso é um avanço muito grande. Hoje, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC está fechando um desenho do “Certific” junto com sua rede. Todo mundo conhece um mecânico de carro, muitas vezes um profissional maravilhoso, que não acabou o ensino médio, mas é um mecânico. Então ele pode ser certificado como mecânico, desde que se articule o saber profissional com a certificação da escolaridade. Tem um caminho por aí que pode, eu acho, melhorar os nossos indicadores, porque há muita gente que tem domínio profissional, mas não tem certificação profissional. Já falei muito, então passo a palavra ao Carlos.



Carlos Odas – Primeiro, eu quero informar a todos – após desejar uma boa tarde e cumprimentar aqui o André e o Jorge – que hoje estamos realizando em Fortaleza a última reunião do ano do Conselho Nacional de Juventude, e o nosso secretário adjunto de Juventude, o Danilo Moreira, vice-presidente do Conselho, está em Fortaleza, e o secretário nacional de Juventude, Beto Cury, está se dirigindo para lá neste momento. Então, como fiquei sendo a retaguarda de ambos aqui em Brasília, é dessa forma que justifico o meu atraso.

Acredito que minha contribuição aqui seja maior no sentido de conversar um pouco com vocês sobre a política de juventude e sobre o que a política nacional da juventude tem a ver com o cenário que estamos apontando aqui e que faz o nosso país ser considerado ainda muito desigual. Alguns indicadores, em especial os números do mercado de trabalho e, entre esses, os índices de desemprego, se agravam fortemente na juventude. Pode-se dizer que o desemprego hoje é um problema da juventude brasileira. Em todos os indicadores, vamos encontrar agravamentos para esse público, um contingente que, pelos parâmetros da Política Nacional de Juventude, é de 50,5 milhões de brasileiros – a faixa etária considerada para definição de público-alvo das políticas é de 15 a 29 anos. Com isso, quero dizer que nem eu sou mais jovem. Vamos determinar aqui quem é ou quem não é jovem. Para efeito da política pública, nós precisamos definir um contingente, um público-alvo, e a Política Nacional da Juventude define como sendo de 15 a 29 anos. As demandas todas relativas a esse segmento da população, agravadas pela ausência total de entendimento sobre essa questão no âmbito do Estado brasileiro por tantos e tantos anos, só se equacionam no tempo com o que nós chamamos de política de Estado. Tem-se hoje uma política de governo que, se é avançada do ponto de vista conceitual, é por considerar o acúmulo de pelo menos uma década de formulação, seja no ambiente acadêmico, seja nas organizações da sociedade civil, enfim, nos diversos espaços onde a sociedade brasileira pôde debater esse tema, pôde debater a “onda jovem”, a necessidade de política de juventude.

Temos presente que uma política de governo apenas não dá conta de equacionar essa série de nós que temos que desatar do ponto de vista da integração de novas relações a um processo democrático. É assim que eu gosto de qualificar o que é uma política “de-para-com” juventude. Trata-se de compreender de que forma, em que medida, com que papel as novas gerações se integram à tarefa de construção de um país. A tarefa de construção, de desenvolvimento desse Brasil que conhecemos. É claro que isso

se faz, para projetar no tempo, com o que nós chamamos de política de Estado, ou seja, a articulação dos diversos atores, governamentais ou não, envolvidos com as políticas públicas. Dentro do governo, trabalhamos em conjunto com o MEC, com o MDS, com o MTE, num programa chamado Projovem, que inclui quatro modalidades de atendimento a esse público: um programa de aceleração escolar, um programa de qualificação profissional e um programa de cidadania. Basicamente, um programa de juventude integrado. Eu e o André somos testemunhas de uma dificuldade citada aqui pelo Jorge, que é trabalhar as ações de governo de maneira integrada. Habitados a um Estado compartimentado, a uma política pública compartimentada, cada ação integrada é uma grande novidade muito difícil de ser colocada em prática. Costumo dizer que, apesar da conceituação da Política Nacional de Juventude ser bastante avançada, não se conseguem os resultados práticos na velocidade com que se consegue criar novos conceitos. Trabalhar essa integração é bem difícil, bastante complicado.

Especificamente sobre a questão do mercado de trabalho, penso que o Jorge levantou aqui algumas questões muito interessantes. São questões de fundo que estão sendo debatidas. Mas o que temos perseguido na verdade – porque os diagnósticos têm demonstrado – é uma combinação de um conjunto de políticas; isso é que pode equacionar a questão juventude/mercado de trabalho. Em especial, é preciso articular o binômio educação/trabalho, uma coisa que há tempos não se consegue no Brasil. Essas coisas foram se distanciando e agora vêm as experiências do MEC, as experiências de outras políticas públicas no sentido de ligar a educação e o mundo do trabalho. A solução será diversificada, como diversificada deve ser uma política de atendimento a um contingente de 50 milhões de brasileiros com necessidades e demandas tão diversas.

Para finalizar, esse primeiro diálogo aqui com vocês, quando trato de políticas de Estado, estamos falando também de marcos legais, os chamados marcos regulatórios. Nesse sentido, quero deixar registrado que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Plano Nacional de Juventude, documento que estabelece metas decenais para políticas de juventude. Está em votação a PEC da Juventude, um projeto de emenda constitucional que insere no capítulo de direitos sociais o segmento juventude, o termo “juventude”. E está em discussão a elaboração de um Estatuto de Juventude, que deve dar conta, pela nossa expectativa, do que chamamos de Sistema Nacional de Juventude. Então, falei aqui de política governamental como início de um trabalho mais aprofundado ou que projeta as bases de uma política de Estado. Porque uma política de Estado é caracterizada pelo reco-

nhecimento da diversidade desse público e da necessidade de integração das diversas áreas de governo e dos entes que governam o país, e também pela existência de marcos regulatórios, de marcos legais.

A imagem que faço é que, se existe uma política de governo muito bem elaborada e não é projetada como uma política de Estado, não é institucionalizada, é como se houvesse um móbile. Eu não sei se todo mundo aqui se lembra do que é móbile, aquela estrutura bastante bonita e interessante, mas que fica suspensa por um fio. Tem muita coisa para se falar sobre essa história das políticas transversais e dos seus desafios. É difícil estruturar e executar essas políticas chamadas transversais, há algumas pistas, algumas chaves, mas ao longo da conversa esse ponto pode ser mais bem elaborado. Uma política de governo não pode ser um móbile. Deve ser alguma coisa mais duradoura do que isso, não dá para confiar em algo suspenso por um fio. Hoje é possível afirmar que esse fio que suspende a política de juventude é a vontade de governo, mas a vontade de governo deve existir a todo momento. Uma política pública dessa envergadura não deve depender apenas disso. Então, não sei se adequadamente, mas começo a nossa conversa com essas considerações. Obrigado.

André Lázaro – Preciso fazer uma correção que me veio da plateia e é muito importante. A Denise Rocha, do SENAI Nacional, corrigiu a minha intervenção sobre o Sistema S. Vou ler o seu bilhete: “Não é verdade que não havia vagas gratuitas nos sistemas. Por exemplo, no SENAI de São Paulo, havia 20 mil vagas de educação profissional técnica do ensino médio gratuitas, isso só no Estado de São Paulo. Ainda há vagas gratuitas em outros cursos desde a qualificação, passando pela aprendizagem e também no nível técnico, onde a oferta de vagas gratuitas era feita em todos os estados e sempre houve, inclusive antes do acordo com o MEC.”

Não é a informação que eu tenho, não vou polemizar, o bom é que chegamos a um acordo e há vagas gratuitas agora. Era uma relação de alguma tensão nessa oferta. Fica lida a correção da Denise e peço desculpas, eu não quis ofender o Sistema S. Acho que já se chegou a um acordo, então, o mais importante é o acordo construído.

MESA-REDONDA

A VELOCIDADE DA INFORMAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A JUVENTUDE

Palestrante: Regina Novaes – Pesquisadora do CNPq e Consultora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Debatedor: Guilherme Canela – Coordenador de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil

Moderador: Elizeu Chaves – Representante Auxiliar – Cooperação Sul-Sul do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA Brasil)



Cerimonial – Como moderador para coordenar os trabalhos desta mesa, convidamos o Sr. Elizeu Chaves, representante auxiliar da Cooperação Sul-Sul do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa Brasil) (aplausos). Convidamos como debatedor, o Sr. Guilherme Canela, coordenador de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil (aplausos). E como palestrante, a Sra. Regina Novaes, antropóloga e consultora do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), onde coordena a pesquisa Juventudes Sul-americanas: Diálogos para a Integração Sul-Americana (aplausos). Regina Novaes também participa como consultora sênior do Informe sobre Juventude no Mercosul, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Atualmente, como pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), prossegue desenvolvendo o Projeto Juventude, Identidade e Expressões Culturais. Publicou vários livros e artigos em revistas especializadas.

Regina Novaes – A ideia de falar sobre esse tema seria, primeiro, pensar: que juventude é essa? Como se coloca a questão do acesso da juventude a oportunidades? E, no final, entrar na questão da participação juvenil num tempo em que existem novas tecnologias de informação. Então, a ideia é falar sobre essas três coisas. Para começar falando de juventude, podemos retomar um pouco do que foi dito aqui hoje, durante o dia inteiro.

Na verdade, juventude como faixa etária, como um ciclo da vida, sempre existiu. Como categoria social, ela ganha força depois da Segunda Guerra Mundial, quando a escola pública assume o seu papel, quer dizer, o Estado assume o papel da escola pública e se cria uma ideia de que a juventude é um momento de moratória social, de preparação para a vida adulta, de preparação para assumir maturidade ou adquirir uma nova família. Não custa nada lembrar que houve uma invenção histórica da juventude, e com isso lembrar também que, de certa forma, a juventude é o espelho da sociedade – o que acontece com a juventude acontece com a sociedade. Mas, por estar saindo da infância e entrando na idade adulta, pode-se vê-la como um espelho que aumenta os problemas. A juventude transforma os problemas sociais para dar mais visibilidade aos jovens, porque é o momento de criação de identidade, de experimentação, como foi dito aqui, é o momento justamente de definição, de sair da proteção da família, de formar uma nova família. Então, quando se pensa na juventude, temos uma maneira privilegiada de olhar para a sociedade, embora se saiba que tais problemas da juventude foram criados histórica e culturalmente. O problema da juventude, ou os problemas da juventude, não são assim por natureza nem pela biologia, foram criados por processos sociais e históricos concretos.

O que teria essa juventude, cuja idade é de 15 a 29 anos – para usar o critério hoje adotado no nosso país –, em relação a outras juventudes em termos de marcos geracionais, que certamente não serão os mesmos das próximas juventudes? Em que contexto social ela vive? Ela experimenta sentimentos diferenciados, já que existem juventudes, com “s”, como foi dito aqui todo esse tempo, que estão separadas por questões de origem social, de classe social, local de moradia, cor, gênero, por questões de religião, enfim, que determinam toda uma série de mudanças, de diferenciações sociais internas. Mas, embora experimentem sentimentos diferenciados, elas têm alguns pontos em comum também.

Que pontos seriam esses? Resumindo o que foi dito aqui hoje o dia inteiro: primeiro, o medo de sobrar, aquela ideia forte, colocada desde a primeira palestra, de que o diploma universitário não garante mais o emprego no mesmo nível que foi alcançado. Segundo, a questão do mercado de trabalho restritivo e mutante: pode-se estar empregado hoje e não estar amanhã, porque a tecnologia é tão rápida que o ramo estudado não existe mais. Outra coisa muito diferente, em termos de química ou fibras óticas etc., foi criada, e pode-se ter que procurar outra profissão. Como também já foi dito hoje, é uma juventude que conhece várias entradas e saídas no sistema escolar e no mercado de trabalho. E não são apenas os pobres, como usualmente acontecia nas gerações passadas, que encurtam a infância e antecipam a idade adulta, tendo por isso dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Há jovens que terminam a faculdade e têm que fazer outra faculdade. Então, esse medo de sobrar é um traço comum a todos eles.

Outro ponto, que também já foi falado hoje, é a questão da violência. Todas as gerações conhecem violência. A questão da juventude, da experimentação, do correr risco, da adrenalina, faz parte dessa fase da vida. Por que essa juventude, essa geração juvenil, teria, vamos dizer assim, outra relação com a violência? Porque essa geração juvenil vai conhecer um tripé que nenhuma outra conheceu da mesma forma (também já estou refazendo o resumo do dia), que é a questão, primeiro, do tráfico de drogas. Acho que é importante dizer isso e pensar na questão das drogas, não localizando só a periferia, a favela, os locais onde elas são vendidas, mas como uma rede internacional de interesses muito mais complexos do que se poderia desenvolver aqui. Hoje nossa favela, nosso espaço, é apenas mais um “nozinho” de uma rede muito mais complicada.

Por outro lado, há também a questão das armas, como foi dito aqui, o interesse da indústria bélica, a proliferação de armas leves. Se existisse a droga e não tivesse a arma, teria outro tipo de resultado. E há um terceiro

resultado, colocado também durante o dia de hoje, o terceiro pé do tripé, que é a questão do despreparo das polícias, das autoridades, do Estado, que tem o monopólio da força, de lidar com a juventude. Esses três elementos se juntam e criam a experiência geracional diferenciada. Além do medo de sobrar, há também o medo de morrer de maneira precoce e violenta. Certamente, como o Silvio demonstrou muito bem, são os mais pobres, os negros e os que moram nas periferias os mais atacados por isso. Mas há também a bala perdida, como foi lembrado hoje, que é democrática e pode estar em qualquer lugar de lazer, de encontro com amigos, enfim, na vida social como um todo.

Se tudo isso é verdade, há um quarto elemento, o que leva ao título da nossa palestra: é o sentimento de estar desconectado no mundo conectado. Esse sentimento quer dizer o seguinte: se existe o medo de sobrar, de morrer – mesmo que, na verdade, o tamanho do mundo tenha mudado, porque há possibilidades de conexão que nunca existiram – esse sentimento é



ambíguo, no sentido da possibilidade de conexão e da impossibilidade prática de se integrar socialmente através de um casamento, de estudo e de trabalho, por exemplo, que garantisse um planejamento do futuro de maneira razoável e tranquila, com opções, possibilidades, escolhas de caminho. É sobre esse ponto que vamos falar hoje, quer dizer: o que significa, hoje, ser jovem num tempo de novas tecnologias de informação e comunicação?

A primeira coisa importante é que essa é a primeira geração de filhos que podem ensinar coisas a pais escolarizados. Isso cria uma questão importante em termos de relações intergeracionais, também. Tem-se então um elemento novo na sociabilidade, nas relações inclusive internas das famílias. Os outros efeitos são efeitos ambivalentes. Percebe-se que nós falamos muitos anos em exclusão digital – e ela continua existindo, não desapareceu, não vamos dizer que desapareceu –, mas hoje temos evidências interessantes, por intermédio de pesquisas, de que essa é a primeira geração para a qual a internet, a grande rede, chega a todas as classes sociais. Que tipo de evidências implícitas se tem?

Nesse trabalho que fizemos em seis países da América do Sul – uma pesquisa sobre jovens, mas em que foram entrevistados jovens e adultos, para não ficar separando os jovens e não ter como comparar com os adultos –, constatou-se que no Chile e no Brasil os jovens estão duas vezes mais conectados que os adultos; na Argentina, duas vezes mais; no Chile, Bolívia e Uruguai, três vezes mais; no Paraguai, quatro vezes mais. Ou seja, a geração atual em relação à geração anterior. É interessante prestar atenção nisso, porque percebe-se o seguinte: o país que tem mais exclusão social é onde mais os jovens estão conectados, em comparação com os adultos. Essa evidência é muito interessante porque traz uma ideia já levantada por outra pesquisa – a do PNUD, citada durante a minha apresentação, em que foram focalizadas quatro grandes capitais em quatro países): pobreza não explica a não conexão com a internet. Não é que não explica totalmente, não explica mais, não é aquele elemento definidor que se fazia com a exclusão digital de uma maneira óbvia. Não quer dizer que as pessoas têm o mesmo tipo de conexão, certamente que não. Como se usa? Quando se usa? Se a pessoa dispõe em casa de um excelente computador e outra tem que ir a um cyber café, a uma lan house, a um órgão público, apresenta diferenças, mas significa que tem uma linguagem que está chegando a todas as classes sociais, uma linguagem, uma possibilidade de conhecer mais questões. Um exemplo do ano passado, em São Paulo, publicada nos jornais, inclusive muito comentada: um morador de rua, que lavava carros e pegava tantos reais, ia a um cyber café e foi estudando, estudando e passou num

concurso público. Quer dizer, isso é uma questão deste tempo em que estamos vivendo. Atingir todas as classes sociais era algo impensável noutros momentos. As desigualdades tirariam desse jovem morador de rua qualquer possibilidade de fazer um concurso público. Isso não quer dizer que ele não seja o self-made man, ou seja, estamos dizendo que está inscrito nas possibilidades dessa geração outro caminho que não o tradicional das agências socializadoras.

Muito bem, qual é o problema com isso, que muitas vezes acontece? O sociólogo Manuel Castells fala em “tecnossociabilidade”. É uma expressão muito boa. Mostra que a internet, os meios de comunicação, têm um papel muito importante na sociabilidade, principalmente do jovem, em todos os países, não é apenas uma questão de buscar informações. Isso cria outra maneira de estar no mundo, outra maneira de conhecer, de aprender, de se divertir, de fazer amigos, de estabelecer relações. Isso é uma verdade bastante importante, mas quem está preocupado com políticas públicas de juventude precisa também perceber (e este é um ponto pouco abordado) como se dá a convivência dessa nova agência de sociabilização juvenil com as anteriores. Por quê? A internet preocupa muito, com frequência, os educadores têm a ideia de que agora é só internet. A família desapareceu. A escola não vai ter mais nenhum papel. Igreja, para quê? Jovens não têm religião. Então, de alguma forma, não se percebe os arranjos e as combinações que existem entre as novas estabilidades sociais e as antigas. E aí, o pulo do gato. Por quê? Não adianta botar o “s” na juventude para falar apenas das questões sobre as quais estamos acostumados a falar: local de moradia, gênero etc. Quando chega à tecnossociabilidade, quase se retira o “s” da juventude e coloca que todos têm o mesmo tipo de relação porque têm acesso. Não é verdade. Lembrando a tese de Socorro Brito, sobre o papel das mães do hip hop, quem vai dizer que a família tem menos importância hoje do que tinha no passado? Tem que me provar muito bem provado. Pode-se afirmar que a família era mais autoritária, que os pais se impunham mais etc. Mas há um tipo de família que é uma referência importantíssima da sociabilização, com vários arranjos familiares, inclusive um lugar da mãe que tem tudo a ver, seja em famílias monoparentais ou não, com aquilo que fica, com aquilo que está presente. E a escola? Gostei que hoje, em algum momento, tentamos fazer uma coisa: não generalizar tudo o que acontece na escola como uma coisa negativa, porque existem dentro da escola várias questões de sociabilidade. O jovem que vai à escola para estar, para se sentir jovem, para não se sentir tirado da condição juvenil, creio ser algo muito importante.

Gostaria muito de chamar a atenção para esse ponto. A internet chegou a todas as classes sociais, tem um papel superimportante, abre oportunidades antes inexistentes, não socialmente inscritas no campo das possibilidades juvenis. Mas é preciso pensar como essa forma se articula com outras agências clássicas de socialização já citadas: a família, as igrejas e a escola.

Outro ponto importante é a ideia de convergência de meios. Ao tratarmos da diversidade, não se pode recair na mesma questão de tempos atrás sobre a televisão, como se um meio anulasse o outro. Pode-se dizer que o novo meio – e aí pensar a internet como meio, como instrumento gerador de sociabilidade também, mas um meio, na verdade – muda a relação entre todos, mas não a faz desaparecer. Isso é uma coisa importante porque, primeiro, percebe-se que os usos e as combinações serão diferenciados. Alguns associarão internet com rádio comunitária, algo mais local e com problemas totalmente locais. Outros combinarão internet com um supercelular que fala no mundo inteiro. Outros vão colocar a internet com as questões de rua, dança de rua, produções, festas locais.

Essa ideia da combinação das agências socializadoras e também da combinação dos meios é muito importante quando se fala de juventude. É importante falar sobre isso, porque temos que pensar a juventude em termos de continuidades e rupturas, no sentido de que será necessário articular todas as desigualdades sociais e as diferenças com os novos meios, percebendo arranjos e trajetórias juvenis diferenciados. Se essa geração tem algo que a difere de outras, é que tem várias trajetórias de emancipação para a vida adulta. Tais trajetórias, na verdade, não seguem um padrão dito “normal”, esperado, que é estudar, entrar para o mercado de trabalho, sair do mercado de trabalho, arrumar um emprego, entrar no mercado de trabalho, casar e depois ter um filho. Essa trajetória linear e previsível não acontece mais assim, embora esteja na cabeça das pessoas como se fosse o ideal, principalmente quando se fala das classes populares. Acho que essas ideias são muito importantes, porque parece que o tema da internet é um tema, digamos assim, “leve”. Se não voltarmos a conectar essa questão com as outras já abordadas neste seminário, vamos estar criando outros mitos e isso vai dar mais trabalho para ser desfeito depois.

Por último, há essa ideia do espaço público. Outro temor bastante grande é acreditar que a internet cria individualismo, cria isolamento. “Esses meninos passam não sei quantas horas na internet”, diz-se, como se a internet atuasse num espaço vazio de relações sociais, e não num espaço diversificado de relações e redes sociais. Esse terceiro ponto tem a ver com a maneira como as organizações juvenis usam a internet. É interessante notar que o debate

hoje teve uma pergunta assim: “Por que o jovem não participa?”. A primeira coisa a ser dita, e o Ricardo respondeu bastante bem, é o que se entende por participação: se não será preciso, em tempos de internet, pensar diferentemente a questão da participação. Não só em tempo de internet, mas em tempo de espaço público ampliado, que é outra ideia.

Uma das características do século XXI, a qual vem desde o final do século XX, é que existem vários centros de poder de decisão e existem diversas possibilidades de interferir no espaço público. Por exemplo, uma pesquisa como a que a Sílvia trouxe aqui hoje pode ter no espaço público um papel semelhante ao de um sindicato, e não estou com isso tirando o papel do sindicato. Acontece que existem muito mais atores no espaço público e são muitas as formas de participação e de atuar no espaço público. O jornal é importante, mas o blog do jornalista pode ser mais importante do que o que saiu no jornal no dia seguinte. Essa conjugação de meios, tudo isso faz com que se tenha que repensar também a forma de atuação.

Mostrarei rapidamente algumas fotos para que conversemos a respeito. Essa primeira foto tem relação com meio ambiente, é da Assembleia Juvenil contra a papelera tóxica, uma fábrica de resíduo de papel que ia ser montada numa cidade da Argentina; inclusive, esse caso gerou um grande conflito entre o Uruguai e a Argentina. Já essa outra foto mostra que a questão do meio ambiente é algo que provoca bastante a agregação juvenil hoje. Por exemplo, no Brasil temos uma rede chamada Rejuma, que é a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade. É fácil chegar à internet, é impressionante o que esses meninos juntam, coisas muito diferenciadas e locais estão em rede. Sem dúvida, a internet tem um papel importantíssimo, pois fornece uma linguagem que, inclusive, recicla a linguagem política e é uma motivação de organização.

Aqui são jovens de uma área pobre da Argentina. Na verdade, estão também buscando formas de inclusão e se comunicando com outros jovens e aprendendo informática. Aqui são os Hijos das Mães da Praça de Maio, com outra preocupação política e, nesse caso, a internet tem papel fundamental. Eles têm uma página na internet onde falam de seus pais mortos pela repressão e onde ajudam a encontrar filhos que foram tirados dos pais políticos; são jovens (hijos quer dizer filhos), pela justiça e pela paz etc. Eles pertenciam a uma organização que veio do movimento das Mães da Praça de Maio, mas têm uma linguagem totalmente juvenil, inclusive é possível que se tenha ouvido falar dos dramas teatrais feitos na rua, na frente das casas dos torturadores, dos militares que faziam parte da repressão. É uma linguagem totalmente nova, uma articulação realizada prioritariamente

através da internet, onde se colocam nomes, fotos, páginas, notícias. Aqui também são os jovens fazendo uma manifestação.

Aqui são jovens da Bolívia, jovens do hip hop. Hoje se falou de um enterro, não sei como surgiu esse assunto, e esse caso é bem interessante. Se vocês perceberam, a Bolívia está longe do Brasil em termos econômicos, muitas vezes em termos de possibilidades de integração social. Mas tem um filme, na pesquisa, sobre o enterro de um desses rapazes, em que é feita uma homenagem na linguagem do hip hop na hora do enterro. É impressionante a identificação que o filme desperta entre os jovens ao ser exibido em qualquer lugar. O que seria do movimento hip hop se não fosse justamente essa comunicação entre as periferias? O filme é um momento que faz com que esses jovens da Bolívia, que nada possuíam, tenham uma oportunidade de conexão com jovens de outros países da América Latina.

Isso aqui é uma luta estudantil na Bolívia, uma escola em El Alto, a maior favela da Bolívia; de novo, são os meninos do hip hop. Veja-se logo atrás o grafite. Na verdade uma linguagem reconhecida mundialmente, por mais diferentes que esses jovens sejam entre si, porque cada país tem a sua história, a sua cultura política, os seus líos, suas brigas, como costumam dizer entre si.

Essa outra foto é de um jovem canavieiro nordestino que corta cana no interior de São Paulo, mas ele tem uma pulseira. Continuando, esse também é um jovem nordestino que corta cana no interior de São Paulo, com brinco e colar, quer dizer, são alguns signos juvenis, inclusive de uso do corpo, que ultrapassam certas questões ligadas à classe social e à trajetória de vida. Esse outro usa um piercing. A foto é bastante impactante porque a fuligem da cana está justamente no rosto dele. É um jovem que deixou de estudar para cortar cana na safra em São Paulo e que, na verdade, hoje só pode cortar cana, porque os outros empregos de construção civil etc. já exigem um nível de escolaridade que ele não tem. Os jovens formam a maioria da força de trabalho da cana, que não é mecanizada em São Paulo. Por que isso? Porque se paga pela produtividade, é a força física que lhes permite cortar três toneladas de cana por dia. Parece uma coisa absurda, mas é isso. Inclusive, gera várias doenças, como câibras, por exemplo.

Estou mostrando essas fotos porque existe um sindicato em Cosmópolis à frente do qual está uma mulher, a presidente Carlita. Ela comprou 40 telefones celulares bem baratinhos, mas que tinham que ter câmera fotográfica. É um telefone que só pode ligar para o sindicato, mas que recebe ligações todo o tempo. O que ela fez? Ela tem que denunciar abusos, coisas da legislação, então deu para um de cada turma esse aparelho celular. Eles

vão trabalhar com esse telefone celular, coisa que ninguém possuía, e mandam fotos para o sindicato. O sindicato também comprou uma máquina de filmar. Tudo o que eles fazem eles documentam e depois enviam para todo mundo, mobilizam os procuradores públicos. Eu, por exemplo, recebo muitas coisas deles. Há uma foto terrível de um cara deles que teve a mão cortada no trabalho com a cana. É uma coisa muito importante, que faz parte da renovação do sindicalismo e desse espaço público ampliado sobre o qual eu falava antes.

Esse menino que está descendo aí com um skate é um chileno. Outra coisa importante do espaço público ampliado para a juventude é o lugar que o esporte tem nos territórios em nível local. No passado, jamais se poderia juntar questões como a dos desaparecidos políticos ou do trabalho da cana com o skate. Pareceria uma coisa inadequada. Hoje, quando se fala de políticas públicas de juventude, juntam-se coisas que não se juntavam antes, entre essas, o lugar do lazer juvenil. Outra foto bem interessante vem também do Chile. Esse é um pessoal que atua na cidade e que tem uma mobilização forte, não para pressionar o Estado o tempo inteiro, mas para fazer espaços públicos dentro da cidade. A questão do direito à cidade, que está começando a entrar na questão da juventude, justamente a juventude mais excluída e com menos direito à cidade, porque não tem acesso aos meios culturais. Existe assim todo esse movimento. Ele pode começar só com um grupo daquele bairro, mas, quando naquela cidade é aberta, por exemplo, uma Secretaria da Juventude, porque o político prometeu na campanha (ele nem sabia direito o que era isso, está na moda falar de raça, falar de mulher), esses movimentos localizados e pontuais rapidamente querem o seu lugar naquele espaço da secretaria. E rapidamente – aí está o foco da minha palestra – eles começam a conhecer outros grupos de skate existentes em outras cidades.

Aquela tese de que os movimentos juvenis de hoje eram aqui e agora, eram contra partidos políticos, contra sindicalismo, contra não sei o quê, só queriam saber do que lhes interessava imediatamente etc., pode ter sido verdade por pouco tempo. No momento em que as questões das políticas públicas vão para a cena pública, começa a haver conexões entre eles porque ninguém pode falar pela juventude. Se, nos anos 1960, quem falava pela juventude era o movimento estudantil, hoje, para fazer o mesmo, é importante considerar as várias juventudes. E tanto mais legítima será uma iniciativa quanto mais diferenças tiver dentro de si. As diferenças transformaram-se em uma força e é nesse sentido que a articulação virtual também é uma força.

Aqui nós temos o outro lado do Chile: Revolução Pinguins. Ao mesmo tempo em que está acontecendo isso no Chile, está ocorrendo um movimento estudantil secundarista onde a questão é ir e vir dentro das grandes cidades. Claro que depois eles vão aumentando a pauta e chegam à qualidade da educação etc., mas o que os mobilizou assim foi o denominado no Brasil “passe livre”, ou seja, a questão de se mobilizar dentro da cidade. Aqui são eles de novo, “pinguins”. Porque o uniforme é preto e branco, daí ter ficado conhecido no mundo inteiro dessa forma. Se soubéssemos a importância que as novas tecnologias tiveram nesse movimento... Os entrevistados todos têm uma foto do dia em que aconteceu isso para mostrar, então cada ator de certo modo se apoderou de uma narrativa da história. Todos usavam o celular para marcar assembleia, para mudar o lugar. Brinca-se dizendo que quem usa celular só para falar não é jovem, porque jovem manda torpedo – 200 torpedos ao mesmo tempo. Isso é superútil para os movimentos juvenis, existem vários estudos que mostram isso. O papel da internet, mas principalmente do celular, por ser mais rápido, facilita mudar de lugar: “Não vamos por aqui, não, a polícia está aqui. Vamos por lá, dá a volta por outro caminho”, e a mensagem é enviada para não sei quantos.

Agora temos o Paraguai. No Paraguai tem um movimento, parecidíssimo com esse do passe livre, que é bem interessante: essa ideia de que o direito à cidade é o direito à cultura, ao ir e vir e, para isso, o direito também de se locomover. A ideia da locomoção dentro da grande cidade tornou-se uma pauta importante. Ao se procurar nos jovens um discurso para mudar a sociedade como um todo, um discurso a priori, que será encontrado nos partidos políticos, sem dúvida nenhuma, mas não será encontrado em todos os lugares. Os jovens e os partidos políticos terão que fazer um esforço para falar com esses jovens, porque sozinhos eles sabem que não conseguem nada, nem entrar num conselho etc. É preciso fazer alianças. Aí, de novo, o Paraguai. Esse movimento é o da educação ainda. Aqui, Direção Nacional dos Estudantes Secundários do Paraguai. Esse movimento pelo passe livre é uma coisa que está acontecendo em vários países.

Agora, o Uruguai. No Uruguai foi muito interessante, porque foi pedido aos pesquisadores para escolherem algumas situações, e o Uruguai escolheu os jovens nos partidos políticos, o que muitos textos afirmam que não existe. “Jovens rejeitam a política de partidos políticos”, decretam esses textos. Mas existem minorias que estão nos partidos políticos. Qual a diferença? É que, primeiro, eles têm que questionar as hierarquias internas dos partidos, que não são fáceis e, em geral, autocêntricas. Ao mesmo tempo, muitas vezes os movimentos juvenis vão se fortalecer para voltar para o partido com

mais força. Não é verdade, Carlos Odas? O Uruguai trouxe, por um lado, os partidos políticos e, por outro, o movimento dos jovens secundaristas. Trouxe, ainda, uma questão importante quando se fala de juventudes, a das drogas. Então eles fizeram a grande Marcha da Maconha nesse dia, que é muito importante no Uruguai. Por último, um encontro na Argentina, onde os jovens escreveram: “El cambio somos nosotros”, ou seja, “A mudança somos nós”.

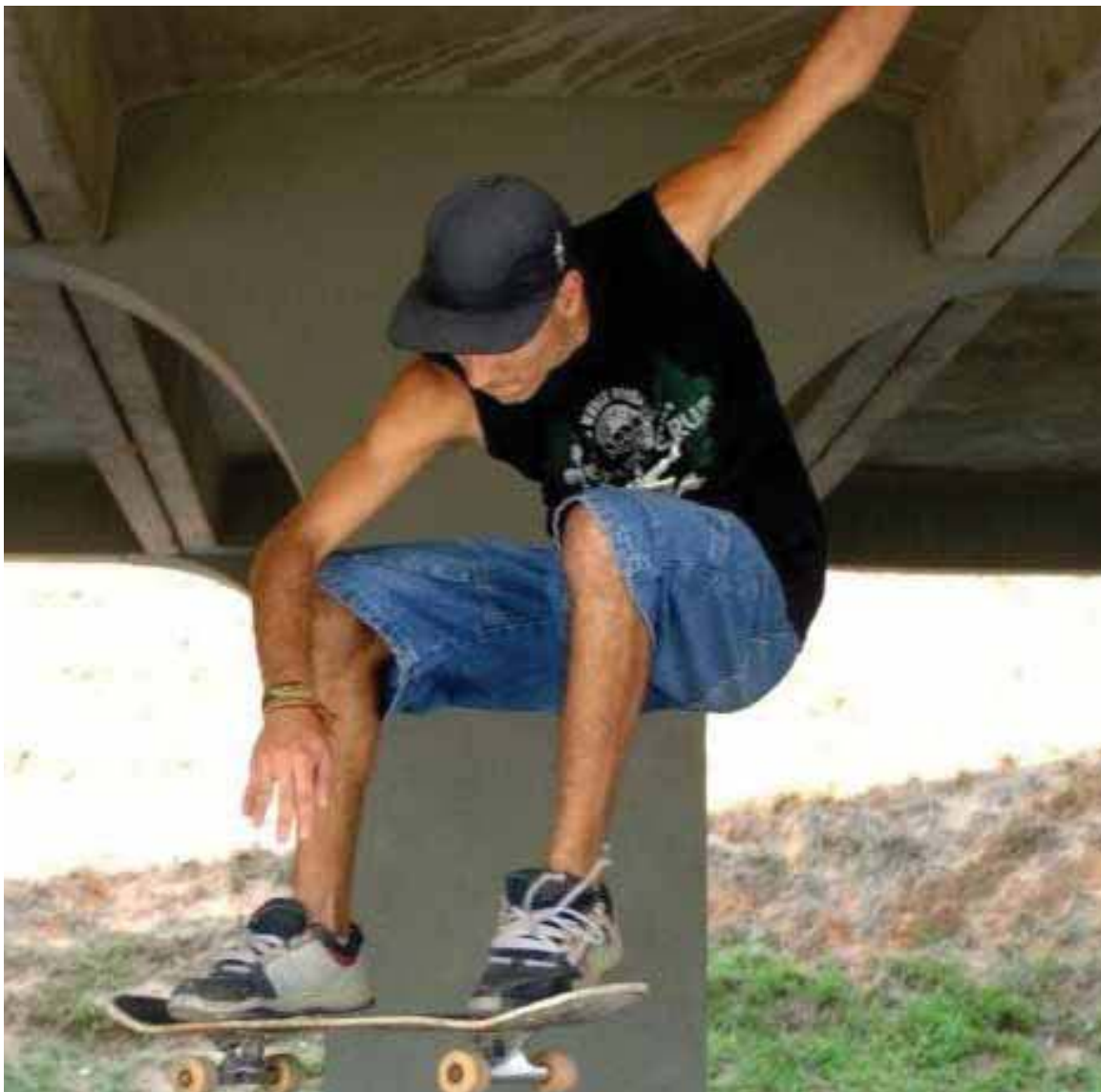
A ideia de trazer essas fotos é para se pensar o papel que as formas de comunicação têm nesses movimentos e pensar também que esses movimentos têm outras bandeiras. E o mais importante: ninguém pode falar pela juventude. Todos esses movimentos têm que se articular entre si.

Faltou uma foto bastante interessante e que fazia parte do meu repertório: a dos jovens “a pie” da Argentina, os jovens desempregados. Não sei se já foram empregados, mas, como o movimento dos piqueteros, que foi forte na Argentina, eles também fizeram uma organização pelo emprego.

Assim, temos toda uma pauta que vai do meio ambiente aos direitos humanos, dos índios, dos jovens que lutam pelos seus pais, mortos pela repressão. A luta pelos direitos humanos, emprego, educação, cultura e lazer, forma na verdade uma pauta da juventude. Há também a questão do GLBT – de que não falamos hoje, mas que tem papel superimportante nessa configuração – e o das mulheres. Faltaram várias coisas. Seria possível falar também de direitos humanos junto com a questão da diversidade. Então, esse quadro mostra o que as pessoas chamam de “cyber distância”, e alguns se perguntam, como eu o faço: posso dizer que um movimento desse no espaço público tem mais peso do que quando alguém se coloca na internet para fazer um manifesto, colher assinaturas no momento de votar numa lei? A lei, por exemplo, do rebaixamento da maioridade penal. Não temos resposta para todas essas coisas, mas é preciso pensar, tem que haver outros parâmetros para pensar a política e a participação no espaço público, onde, sem dúvida nenhuma, a internet tem um grande papel. Por exemplo, existe na Conferência Nacional de Juventude um estudo mostrando que os jovens presentes tinham alto nível de conexão na internet. Quando se perguntava que coisas eles fazem com ela, tanto a ação política quanto a participação apareciam com grande destaque.

Ao terminar, eu queria dizer uma última palavra sobre a mídia. Durante o dia, falou-se aqui algumas vezes que existe, inclusive, uma dificuldade das políticas públicas no sentido de reconhecer a juventude como um ator. Às vezes, nem é uma questão de má vontade, de falta de conhecimento – é de vocação de cada lugar do espaço público. Por exemplo, o Ministério do

Trabalho olha o trabalho como um todo, vai olhar se o jovem vai tirar ou não o trabalho do mais velho. O pessoal da Assistência Social, em geral, tem uma ideia da família no núcleo, lutaram por isso. Então, não é tão fácil encontrar esse lugar dos jovens na política pública, é uma coisa que está se construindo nos dias de hoje, pelo lado do Estado. E pelo lado da imprensa? Da sociedade civil? A imprensa não está interessada nestas fotos que estou mostrando. O Danilo Miranda, citado aqui pelo Carlos Jorge, contou que, durante a Conferência da Juventude, tentou pautar a imprensa loucamente. Fez inúmeras entrevistas, contou tudo o que tinha sido. Numa delas, o jornalista saiu, voltou e falou: “Quanto o governo gastou nessa conferência?”. Por que essa pergunta? Porque não interessava naquele momento para a imprensa qualquer coisa positiva em relação à juventude. Isso levanta um ponto muito relevante com referência às notícias, que, de



certa forma, reificam a visão da juventude ao fazerem muita comparação com os anos 1960. Uma coisa mal feita, uma comparação sem parâmetros de comparação, porque compara com uma minoria, uma minoria importante, ativa, que teve um papel superimportante na história do nosso país. Com isso, tem-se uma dificuldade muito grande sob dois aspectos. Primeiro, não acho que se deva mudar ou esconder embaixo do tapete dados como esses que a Sílvia trouxe aqui. Segundo, pelo contrário, é o caso de complexificar essa notícia, diferenciar situações e trazer também o que os jovens estão fazendo. Então, é preciso estar bastante atento à pauta da imprensa que, na maioria das vezes, reforça a imagem negativa da juventude.

Aqui entra uma questão muito importante e não se trata de pretender que a imprensa seja agora feita só por jovens. Porém, é muito importante que o jovem esteja na grande imprensa e possa pautá-la, para que ela perceba a juventude como ator social, como sujeito de direitos. E isso, se bem feito, é possível hoje em dia graças aos blogs e tudo mais que existe. No mundo da política, houve uma grande mudança com os meios de comunicação. Sou otimista quanto a isso. É claro que sei que o PCC, por exemplo, também usa, mas sou otimista porque a gente tem que olhar também para o lado da potencialidade, das possibilidades, e não só dos limites.

Esta semana, eu assisti a Procurando Eric, um filme do Ken Loach cuja história se passa na Inglaterra. Um pai está cuidando dos filhos e sofrendo muito com eles. Um dos filhos esconde em casa uma arma de um traficante de drogas, o poderoso chefão “do pedaço”. O pai, carteiro, não sabe como enfrentar esse cara, que coloca no Orkut uma imagem humilhando-o. Então, ele e os colegas pensam numa saída, sabendo que não podem chamar a polícia, porque o filho que escondeu a arma seria preso. Os carteiros são uma categoria em que existe certa união entre eles. Assim, eles chegam de repente na casa do cara e o submetem a um ritual de humilhação. Qual é a arma que eles têm na mão? Uma câmera! Eles assustam o cara: “Se você perturbar mais essa família, amanhã essa filmagem de você aqui no chão vai para o Orkut”. Não precisaram fazer isso, porque tudo o que o grande chefão não queria era ser desmoralizado e perder o poder. O filme é muito interessante porque nos faz pensar no potencial desses novos meios para quem está envolvido em questões relacionadas aos direitos da juventude. E também na construção de uma sociedade mais democrática e justa, porque creio ser isso o que querem aqueles que trabalham com a juventude. Para todos, para os jovens e para toda a sociedade. (Aplausos.)

Elizeu Chaves – Farei um comentário muito rápido antes de passar para o Guilherme. O Lévi-Strauss ficaria muito feliz de ver os traços estruturantes da juventude e a forma como a tecnologia está reforçando esses traços. Ele ficaria feliz de ver essa sua exemplificação aqui. Então, eu gostaria de passar para o Guilherme.

Guilherme Canela – Obrigado! Eu queria agradecer o convite que a equipe da Marlova e a Cátedra da Universidade Católica nos dirigiram para ser debatedor numa mesa que considero a mais difícil de todas. Quando se coloca a informação de maneira ampla, são muitas as questões que podem ser abordadas. Os nichos e as possibilidades de conexão aqui são quase ilimitados. Inclusive, acho que nem há limites nessa história. Acho que há riscos e possibilidades. Acho que os limites são cada vez mais difíceis de serem localizados nas novas aberturas e caminhos que a informação e a comunicação colocam. Como debatedor, vim com um desafio um pouco difícil, que era ouvir a Regina e tentar colocar algumas questões que fizessem uma ponte com a sua fala. Então, eu havia preparado um menu amplo e, à medida que ela foi falando, fui riscando aqui para, inclusive, deixar um tempo para debate.

Imaginem que, se estivéssemos fazendo essa fala no início do século XX, estaríamos discutindo, por exemplo, quais eram os impactos do cinema no aumento de consumo de tabaco pela juventude. Naquela época, era esse o debate no campo da informação e comunicação: sobre uma tecnologia específica que tinha acabado de surgir – o cinema – e que, segundo se percebeu rapidamente, tinha muitas conexões com a juventude, uma das mais fortes era o aumento do consumo de tabaco. Se viéssemos para o Brasil na década de 1980, estaríamos olhando o papel positivo e negativo dos meios de comunicação na construção do movimento das Diretas Já, que teve uma participação fundamental da juventude brasileira na época e que alguns meios de comunicação boicotaram porque tinham conexão com a ditadura, enquanto outros fortaleceram. Esse era um debate que fazia parte das discussões sobre jornalismo. Havia também algum debate sobre o papel das novelas do Dias Gomes. Enfim, era sobre isso que eu estaria falando aqui hoje se fosse naquele momento. Caminhando até o início dos anos 1990, o grande debate era sobre o papel do merchandising social via telenovelas. No caso da juventude, a novela Malhação, que segue até hoje, era o grande ícone daquele momento e centro das atenções. Então, eu viria aqui para lhes falar a respeito do impacto que a discussão sobre HIV/Aids e camisinha, em Malhação, causava na juventude daquele momento. Abordaria o papel de Malhação e do jornal x, y ou z, ou dos suplementos para jovens (Folhateen, Zap).

Ao longo dos anos 1990, houve um grande debate sobre a relação entre informação e juventude. Qual era o papel desses veículos na construção de uma juventude formadora de opinião? Extremamente segmentado, porque nem todos podiam ler isso. No caso da juventude, mesmo não sendo de classe média, as revistas femininas tinham um papel muito espreado, porque, mesmo que as meninas não pudessem comprar essas revistas, elas circulavam pelo público, ainda circulam. Então eu podia discutir o papel desses veículos na sexualidade etc. Mas essas coisas não fazem mais sentido isoladamente. Como a Regina disse, não podemos ter uma espécie de visão deslumbrada da internet, de que a internet solapou essas outras coisas. Elas continuam aí. Apenas se conectam com uma nova lógica. Não vou fazer nenhuma afirmação, vou levantar um monte de coisas para este debate, porque não vamos resolver nem de perto tais questões hoje. Mas vou tentar reforçar algumas coisas que a Regina disse, a partir do meu olhar de cientista político.

Esta semana particularmente, temos dois fatos interessantes – um de maior repercussão, o outro, um pouco menos – que mostram um pouco esse lado dos riscos e possibilidades. Do lado dos riscos, o caso dessa estudante da Uniban, que todos devem ter acompanhado pelos jornais. A tecnologia da informação foi fundamental para o que aconteceu. As fotos, os celulares, o Youtube etc. E tudo com um forte componente de juventude, no comportamento de gênero etc. Do lado das possibilidades, a Sílvia e a UNESCO acabaram de lançar uma pesquisa sobre blogs e polícia. Quem a lê, verifica que parte dos blogueiros são jovens que estão colocando uma nova relação de hierarquia dentro das corporações policiais. Isso só é possível por conta da tecnologia, que cria uma nova forma de diálogo com o espaço público. Quer dizer, trata-se de uma grande possibilidade. Estou aqui dando um exemplo extremo de uma estrutura extremamente hierarquizada em que blogueiros jovens dialogam em pé de igualdade, do ponto de vista da postagem da informação, com seus superiores mais velhos etc. Extrapolem isso para outras instituições que tenham um poder muito menor de coibir a liberdade de expressão que uma estrutura policial. Então, acho que isso ilustra bem o ponto das possibilidades.

Agora, essas coisas todas não nos devem desviar de outras linhas de análise. Quando a gente está falando de comunicação e informação, quais são as grandes linhas de análise? É claro que o jornalismo continua sendo importante, sobretudo quando a juventude é tema, não só quando ela é ator. De todas as maneiras, as pessoas mais importantes da Esplanada dos Ministérios continuam lendo a Folha, o Estado, e o que esses jornais falam

sobre esse tema continua sendo importante. E é preciso analisar e continuar o nosso diálogo visando à melhoria da qualidade da informação sobre a juventude nesses espaços, embora ainda não seja produzida por jovens e sequer para jovens; não é esse o ponto. Mas, o tema em si é fundamental na construção da esfera pública e do agendamento do tema. Não tenho dúvida de que esse ponto continua sendo fundamental na discussão.

Outro elemento é o entretenimento via mídia, o qual é outro grande fio condutor da análise. Se, como dizia, lá no início dos anos 1990 Malhação era o ícone, hoje é um monte de coisas: é MTV, é internet, é Youtube, não sei o que mais. Porém, o entretenimento em si, o prazer, o gozo de assistir e obter o entretenimento por meio das mídias é fundamental. E para isso os celulares, os Ipods e o diabo a quatro estão aí. Mas, vejam: o Pedrinho Guareschi pesquisa a região metropolitana de Porto Alegre, a periferia, e descobre que o adolescente jovem assiste a oito horas de televisão por dia. Então, televisão não deixa de ser um elemento importante: oito horas! É um negócio assustador porque, ao se conectar com as outras coisas discutidas de manhã, será possível perceber que a violência do entorno da residência e a diminuição dos espaços de lazer empurram as pessoas para dentro de casa. E o que sobra dentro de casa? Sobra a televisão, porque as periferias ainda não estão conectadas no domicílio.

O que também não pode deixar de ser analisado é a publicidade, que continua a ter um papel importante nesse jogo todo. Essa história de sociedade do consumo é algo que ganha alta relevância quando a juventude é o foco. E de novo existem conexões envolvendo a violência, a forma como o jovem se vê: se como várias juventudes ou se como uma juventude idealizada nesses padrões publicitários etc.

Mas é certo que se ganham novas coisas nesse mundo. Ganham-se as possibilidades da governança eletrônica ao fazer o jovem interagir com o Estado para obter recursos públicos, ao colocar a sua voz na construção de políticas públicas. Isso é mal feito não só no Brasil, mas em vários Estados. Há muitas possibilidades de interação aqui, sem falar que as políticas governamentais de inclusão também precisam ser lidas para se saber como elas impactam ou não, se conectam ou não com a juventude. Telecentros, pontos de cultura, como essas coisas todas pensam a juventude? O usuário mais frequente desses serviços é o próprio jovem, e a pergunta feita o tempo todo é a seguinte: por que o jovem, mesmo a lan house não sendo gratuita, prefere esta ao telecentro? Em alguns casos, as duas coisas são quase que portas vizinhas nos bairros. Tais perguntas precisam começar a ser respondidas pelos formuladores de política pública. Não estou “demonizando” a

lan house, não é isso que estou colocando. Estou dizendo o seguinte: transformar o telecentro mais próximo da lan house, talvez seja essa a resposta.

Mas, enfim, aqui temos questões a resolver. E, nesse sentido da lan house, a ideia dos games na construção da identidade da juventude precisa ser mais estudada e aprofundada na própria lógica das políticas públicas. A Argentina, por exemplo, tem estudos muito interessantes de como os jovens de rua jogam no meio do dia com os executivos do centro de Buenos Aires. Nesse momento as identidades se perdem. Porque a grande questão é a competição, não é se você tem mais ou menos dinheiro. Essas coisas precisam ser mais bem transformadas aqui.

Quanto às redes sociais, é quase desnecessário dizer a importância de compreender isso: Orkut, Facebook, Myspace, não sei o que lá, etc. Mas, compreender como? No caso brasileiro, o último dado que o Google passou é que existem 30 milhões de conectados no Orkut e 85% são jovens. Aqui, do ponto de vista das políticas públicas, tem-se um negócio fenomenal: talvez pela primeira vez na história, sabe-se onde estão seus públicos-alvo o tempo todo, eles estão ali. Mas ainda não conseguimos desenvolver estratégias eficientes de diálogo com esses públicos nesse espaço. Não basta criar uma comunidade do governo para discutir um negócio. Não vai funcionar, porque fica chato demais. Como é que você usa essas redes sociais a partir dessa constatação? É quase um crime se ter 30 milhões de jovens brasileiros nesse lugar, isso nunca existiu antes. Quer dizer: são 30 milhões de pessoas com as quais você quer dialogar e presentes num mesmo espaço específico. Isso só no Brasil, não estou extrapolando para outros lugares.

As tecnologias móveis são outra coisa. Não é possível imaginar que, num país como o Brasil, vamos conseguir distribuir desktops e laptops para o conjunto da população, mas há 150 milhões de celulares circulando e os jovens os utilizam muito. Agora, de novo, essa capacidade está instalada, mas não dispomos ainda da metodologia para fazer o melhor uso dessa conexão. Quer dizer, eles têm, com casos exemplares. Seattle foi o primeiro caso desse “cyber ativismo”, no qual os jovens tiveram uma participação muito grande. Mas o Estado, os formadores de políticas públicas, mesmo os movimentos sociais não conseguiram ainda fazer uso dessa ferramenta para estabelecer um diálogo mais interessante com a juventude etc., até porque tem uma dificuldade enorme: esse negócio muda muito rápido. Quando se começa a entender como é possível fazer a conexão, já mudou, não é mais aquele, é outro negócio que apareceu. Nesse sentido, tanto nas redes sociais dos móveis, quanto dos blogs, dos twitters etc., o problema do individualismo versus os vários grupos é fundamental. Ele gera novas políti-

cas, gera possibilidades de grande fragmentação, de multiplicação de grupos que, se não é uma despolitização da juventude, enfraquece inegavelmente o movimento mais geral para os grandes problemas. Porque, ao se começar a fazer a discussão no sentido de que cada pequeno grupo político está olhando para o seu interesse específico, perde-se o conjunto para pressionar em favor de coisas de maior envergadura. Então há sempre uma tensão aqui. A visão um pouco superficial de que a despolitização é a única consequência disso é muito fraca, por ser muito frágil, por haver diferentes grupos. A dessocialização é impressionante, concordo totalmente com a Regina. Um estudo sobre grupos de jovens, realizado há alguns anos pela Maria Amélia, em São Paulo, e a Regina conhece esse estudo, constatou que os principais grupos de jovens existentes naquela cidade eram grupos religiosos, de bandas, de igrejas pentecostais etc. Então, isso não se perdeu. Agora, eles ganham uma nova conexão via internet, enfim, via celulares e tudo o mais.

De fato, estamos falando de novos lugares de presença, de participação e com outras formas de políticas, que não se fazem através de partidos políticos. Mas, veja-se: esse não é um fenômeno que afeta somente a juventude altamente conectada. A introdução dos meios de comunicação diminui o papel dos partidos políticos de maneira muito significativa para todo o mundo, não só para os jovens. Isso é importante.

A questão da velocidade é quase trivial, mas é importante falar a respeito: dá título à mesa. Em 1997, quando houve a crise asiática, a Folha fez um negócio muito interessante, dizendo que, quando Lincoln morreu, a informação demorou 13 dias para chegar à Europa. Quando as bolsas asiáticas caíam, Washington ficava sabendo em 13 segundos e isso hoje deve ter diminuído um pouco mais. De fato, há uma velocidade muito grande que gera outro “pepino”: há um volume muito grande de informações. Como lidar com isso? Um dos temas mais centrais é a questão ética: quando você tem esse volume muito grande de informações, acontece muita coisa interessante e também muita coisa ruim no meio dessa história. O caso da Uniban é um exemplo dos mais recentes. Mas, ele leva a outro elemento que a UNESCO tem defendido muito: é preciso desenvolver políticas de alfabetização informacional. É outro tipo de alfabetização. Assim como aprendemos a ler em diferentes línguas, precisamos aprender a lidar com a informação. Não é fazer cursinho de informática para TV digital, não é isso.

O primeiro ponto que a UNESCO destaca nessa história é que primeiro é necessário reconhecer quais as informações de que precisamos para o nosso dia a dia, e isso não é trivial. Nesse vasto mercado que existe hoje, é

preciso reconhecer o que é relevante para nós. É necessário desenvolver habilidades para fazer isso. O segundo elemento é sabermos localizar essa informação e avaliar a sua qualidade. Quer dizer, eu posso reconhecer que ali, num determinado momento, por conta do vestibular x, y, z, eu preciso de uma informação, por exemplo, sobre nazismo. Muito bem, esse é o primeiro elemento. Segundo passo, eu preciso ir ao Google ou onde quer que seja e localizar essa informação. Agora, se eu digitar “nazismo”, vou encontrar coisa séria e coisa não séria, grupos que defendem que o nazismo não existiu. Então, o sujeito precisa saber avaliar a qualidade do que está ali, o que de novo não é trivial. Antes, na UNESCO, andávamos com disquetes pretinhos que duravam uns quatro a seis meses. Agora, troca-se de pen-drive de tantas gigas a cada ano e não cabe mais, pois se arquiva apenas por arquivar. Tem-se aqui um desafio grande.

Além disso, conforme já falei, é preciso fazer uso ético da informação. De novo, não é trivial. É preciso possuir habilidades para fazer isso. E, por fim, o desafio maior: é preciso aplicar a informação para construir conhecimento. Por isso a UNESCO estabelece diferença entre os termos “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”. Não são a mesma coisa. Elas demandam elementos e variáveis diferentes para se chegar lá. Nessa questão ética, por exemplo, existem os dados de uma pesquisa interessante que fizemos e isso vale para toda a questão da diversidade à qual a Regina fez menção. A pesquisa é sobre como os adolescentes e jovens com deficiência de três países da América Latina se sentiam representados na mídia. Levantávamos várias questões sobre mídia e uma delas era “O que vocês acham...?”. O que deu em quase todas as respostas, exceto no Brasil, é que não havia reconhecimento da deficiência como um elemento de representação na mídia (no Brasil, uma telenovela ou movimento de merchandising social em torno de uma menina com síndrome de Down foi o que acabou levando alguns dos jovens a responderem a esse caso específico). Por conta desse resultado, a gente até deu um título para a pesquisa, dizendo que a mídia era Mais janela do que espelho, o que gera um problema fundamental para a construção das identidades, quer dizer, geram-se invisibilidades nisso. E a juventude, se não é invisível, tem vários estereótipos na mídia. É necessário trabalhar isso, tem a ver com a questão ética.

Com referência ao excesso de informação, uma vez fizemos uma pesquisa chamada A mídia como consultório?. É uma coisa incrível, porque os jovens continuam, de maneira muito pujante, enviando perguntas sobre sexualidade para os mais diferentes meios de comunicação. São as mesmas perguntas de 40 anos atrás: se o tamanho do pênis vai interferir, não sei o quê.

As respostas continuam sendo as mesmas e as perguntas continuam chegando, de geração em geração. Mas, o que mais me interessou nessa pesquisa foi a resposta que esses meios davam a esses jovens: “Você tem que procurar diálogo”. Eu dizia aos jornalistas que escreviam essas coisas: “Mas, se uma pessoa se digna a escrever uma pergunta íntima como essa e assinar o nome, você acha que ela está encontrando alguma possibilidade de diálogo em algum lugar? Se estivesse, não teria mandado a pergunta”. Portanto, é uma resposta idiota, só vai frustrar aquele jovem. Mas, essa oportunidade que se abre pela interatividade ainda é muito mal aproveitada porque, se o sujeito está querendo interagir, ele não quer que a resposta seja: “Vai falar com a tua mãe”. Ele não quer falar com a mãe, por isso mandou a pergunta para você. Então, aqui temos outro elemento fundamental.

Para finalizar, existe uma questão forte do direito à comunicação dessa juventude. Ela recebe cada vez mais informações e pode cada vez mais se comunicar por meio de espaços alternativos como celulares, Youtube etc. Entretanto, ainda há pouco incentivo, especialmente no contexto brasileiro, para que as produções de qualidade de informação, de entretenimento para a juventude ganhem espaço de maior visibilidade. Uma coisa é falar no YouTube, outra coisa é falar às oito e meia da noite com não sei quantos por cento de audiência. Precisamos garantir que essa produção independente de vários grupos sociais, inclusive dos jovens, tenha espaço de circulação. Isso ainda não acontece. Às vezes não acontece porque não há estímulo à produção e, outras vezes, porque não há estímulo à distribuição, mas esse é outro grande debate. Espero não ter levantado problemas demais, porém eram essas as considerações que queria trazer. Muito obrigado. (Aplausos.)

Elizeu Chaves – Eu queria fazer um comentário que remete à ideia do jovem ideal dos anos 1960 que a Regina colocou. O Guilherme, de alguma forma, também tocou nesse ponto, de que a juventude dos anos 1960, principalmente no Brasil e América Latina, tinha o mito da liberdade. Havia então uma agenda muito explícita, lutar contra um regime ditatorial. Isso passou, mas as pessoas e a mídia continuam colocando como modelo ideal esse tipo de juventude e não percebem que a gente caminha para o respeito à diferença. Uma coisa que não se trabalha muito, e que vocês dois colocaram muito bem, é que o jovem não está necessariamente vinculado a um tipo de grupo, a um tipo de organização. Ou seja, existe aquele jovem desprovido de mecanismos de articulação, mas que tem suas demandas de socialização. Acho que esse é um desafio, até das políticas

públicas, saber como lidar com esse jovem que não se faz representado e quer buscar a tecnologia, muitas vezes para preencher lacunas. O exemplo dado pelo Guilherme, da busca da solução, da fórmula, do diálogo é fantástico. Se o jovem está buscando esse recurso midiático justamente porque tem escassez de diálogo, significa que há uma lacuna de capacidade no encaminhamento desse tipo de demanda juvenil.

Bom, chegou uma pergunta aqui: “Como a escola pode interagir nessa convergência de meios? O que vocês acham das leis que proíbem celulares na sala de aula? Essa judicialização das relações escolares é necessária?” Então, Regina e Guilherme.

Regina Novaes – Deixo aqui um vídeo bem interessante, porque nele aparece um jovem boliviano que veio para o encontro no Brasil e ele, que mal fala espanhol (fala a língua do seu grupo étnico), está filmando o tempo todo. É uma cena muito provocante que nos estimula a pensar um pouco nessas questões que tem pela frente, velhas questões de desigualdades sociais etc., e ao mesmo tempo um instrumento que aproxima as pessoas. Acho que ele está o tempo inteiro com uma ideia para a qual queria chamar mais a atenção, a ideia do barateamento. O barateamento das tecnologias também pesa bastante nas suas possibilidades de uso.

Bom, sobre a escola como lugar da convergência, acho que a primeira coisa importante é a escola possuir os meios de estar interligada, estar pronta, e ao mesmo tempo ouvir. Quer dizer, não é impor um modelo pronto, como usar esse computador ali, mas tentar fazer isso com a diversidade presente dentro da própria sala de aula, entre os alunos. A pior coisa que existe é aquele “cursinho de informática”, como se isso adiantasse muito. Há uma coisa nova, que é esse “aprender a aprender”, sobre o qual a UNESCO gosta de falar tanto e que é tão importante nos dias de hoje, mais do que nunca. Isso também tem que estar presente no mundo da internet. Por quê? Porque são várias conexões possíveis. Se olharmos para o grupo com a sua diversidade e tem um instrumento ali, quem vai alimentar a forma desse uso precisa ter a diversidade presente. Aí é que está toda a possibilidade de a escola usar a informação da internet para produzir conhecimento, bem como aquele que tem a ver com o cotidiano e com a vida daqueles alunos. Quando as escolas tentam fazer isso, é muito interessante o que sai em trabalhos, coisas que o professor nunca imaginava que sairiam. Tem um nível de incerteza, de criatividade, claro que com as regras do jogo bem colocadas. Aí eu já vou para a segunda pergunta.

A escola tem que ter regras, então o melhor é o acordo. Aquelas onde eu mais gostei de ver isso foram as escolas que conversam com os alunos a esse

respeito: qual vai ser o nosso acordo aqui, quando não se pode usar o celular... E não pode mesmo, porque senão o aluno estará desrespeitando o professor e o grupo com o qual ele acordou. As melhores experiências são aquelas em que as regras são construídas entre os próprios alunos, mas regras, assim mesmo. É importante que essa ideia seja colocada, porque não podemos cair na idealização da juventude e achar que o jovem sabe o que quer etc., uma relação que não é real. Na verdade, a perspectiva juvenil tem dois diálogos importantes. Um é o diálogo intergeracional, no sentido de que a questão da juventude interessa a toda a sociedade e não pode se limitar à juventude. Esta, de certa forma, tem que puxar os fios da história e saber o que está acumulado pelos adultos, e estes, do mesmo modo, precisam ouvir a juventude, porque o jovem é quem melhor sabe de si. Por outro lado, também existem muitas contradições entre os jovens – diferenças de classe social, de referência de cor e até de referência de gosto e de estilo –, as quais tornam a construção de uma perspectiva juvenil muito difícil para eles próprios. Então, nada do que se falou aqui pode ser falado sem pensar que os próprios jovens têm que construir um diálogo entre eles também, não é só um diálogo intergeracional. No entanto, por estarem separados por distâncias sociais, por preconceitos, em todas as pesquisas quantitativas os jovens depreciam os jovens. À pergunta sobre qual é o problema da escola, eles respondem: é o aluno. Os alunos falam isso porque, na verdade, eles estão dentro de uma maneira de pensar a própria juventude. Há um trabalho a ser discutido com os próprios jovens, eles têm coisas que nós não temos, em termos de “a juventude tem uma certa sociabilidade etc. e tal”, “só sabe quem é jovem hoje”. Um dos maiores problemas é aproximar as diferentes juventudes, as organizadas primeiro e depois, estas, das não organizadas.

Para terminar, queria falar uma palavrinha sobre esse ponto, respondendo às suas observações, todas muito interessantes, sobre a fragmentação. Costumo dizer que a ideia de juventudes com os mesmos direitos e políticas é uma invenção que começou nos anos 1990 com a ideia de proteção e contenção e que depois assumiu a categoria de sujeito de direitos. Ela é criadora e criatura, quer dizer, é um movimento duplo de criação. Na verdade, o Estado cria essa possibilidade e essa possibilidade é criada pelos jovens já organizados. Quer dizer, talvez essa fragmentação não tivesse nada a ver com a categoria juventude naquela sociedade como um todo e talvez essa ideia de política pública de juventude possa criar a juventude como ator social, construir nesse sentido. Se falarmos em direitos, o Estado tem muito a ver. Não adianta falar que são apenas os movimentos sociais que

criaram isso, e, cuidado! Não são os movimentos sociais clássicos, são grupos, redes e movimentos juvenis. Eles existiam antes de se criar, como o Carlos afirmou, a força da juventude do Brasil. Mas existiam de outra maneira. Quando se cria a política pró-juventude, eles também vão se ver de outra maneira. Existe aí um movimento de mão dupla. Não dá para separar essa coisa da minha opinião, “o ovo ou a galinha”. Isso também não é garantido na implementação, mas é garantia, de alguma forma, de criar uma oportunidade. É oportuno pensar como o jovem nesse momento histórico, por isso não dá para desligar a categoria juventude da ideia de política pública de juventude. É o que está acontecendo nos dias de hoje.

Elizeu Chaves – Obrigado, Regina. Uma pergunta para o Guilherme é: “Observo que as novas possibilidades de interação ainda não estão sendo muito bem exploradas. Como elas chegarão à organização do trabalho docente da escola, em termos de trabalho e formação de professores e de tempo e espaços reservados para isso?”

Guilherme Canela – Antes de responder, eu queria dizer, Regina, com relação a essa ideia da fragmentação, que é interessante olhar a partir de algumas possibilidades colocadas pelos novos meios. O que acontecia algum tempo atrás, quando já existiam os escoteiros, os jovens gays, lésbicas e transgêneros etc., é que, se quisessem disputar espaço na mídia, os jovens tinham que se organizar e escrever um artigo só. Agora, cada um pode abrir o seu blog. Essa possibilidade é muito interessante, mas ao mesmo tempo coloca um problema, porque alguns temas vão precisar de densidade e de volume de participação. Por alguma razão, no Hemisfério Norte, por exemplo, na época de Seattle, a questão das discussões comerciais na Rodada Doha fez isso: criou uma amálgama, mas tinha gente de todo tipo. A questão ambiental, como você colocou bem, é outra que faz isso. No ano que vem, teremos uma conferência mundial de juventude e meio ambiente aqui no Brasil e está vindo gente de todos os tipos, de todas as tribos. Mas são situações isoladas ainda, quer dizer, são poucos os temas que conseguem criar essa união. Antes, a própria forma de se manifestar na esfera pública obrigava essa união, porque senão não haveria espaço, este era limitado. Agora que ele é ilimitado, pode-se fazer qualquer coisa. Cria-se uma comunidade porque gosta de sapato vermelho, aí todo mundo começa a entrar e tal. Do ponto de vista político, é interessante porque se volta um pouco à forma como Tocqueville analisa a criação da democracia na América, a fragmentação dos mundos. Mas, naquele momento, a fragmentação fazia sentido porque não havia espaço de manifestação. O grupo em si era o ins-

trumento político. Depois, quando começou a haver a mediação dos meios, a união foi necessária para garantir espaço. Agora, volta-se a uma possibilidade incrível de espaço. É interessante esse pêndulo porque, se voltar a Tocqueville, ele está dizendo exatamente isso: esses grupos tiveram que se manifestar e criar dessa forma exatamente para criar ação política e, depois, eles tiveram que se unir para criar espaço nos meios. Agora isso não é mais necessário porque cada um pode fazer o seu blog, mas você tem consequências dessas decisões.

Com relação à educação, eu diria que isso nem é uma proposição consensual da UNESCO. O nosso problema é que estamos querendo colocar vinho azedo em odres novos. A tecnologia é odre novo, só que o sistema educacional tem tantas falências que se pode trazer uma tecnologia de Saturno para, ao final, descobrir que não vai resolver. Pode ser um paliativo, melhora aqui e acolá. Se pode ou não pode usar o celular, se vai gerar ou não a interatividade com os professores, não podemos nos iludir achando que isso vai resolver. Se os problemas pedagógicos centrais já identificados, os elementos fundamentais para melhorar a qualidade do ensino não forem atacados, não é a introdução de uma nova tecnologia que vai resolver. Dessa forma, quando a chamada “educação para o século XXI” for uma realidade, o conhecimento previsto pelos currículos, como “todo mundo tem que aprender os afluentes do Amazonas”, vai ser uma coisa inútil, porque o menino pode ir ao celular, ao Google, e saber quais são. Agora, existem situações diferentes. Veja-se o conhecimento abstrato. Não se busca no Google o que é democracia, não é tão simples fazer isso. É preciso ter um pensamento abstrato sobre a história, não é só ler uma definição, tem que ter uma reflexão sobre aquilo. Só que o nosso sistema educacional ainda não está organizado para tal.

Em certo sentido, não querendo me esquivar da pergunta, não faz muita diferença nesse momento, nesse sistema que está aí, se pode ou não pode usar. A questão é, por exemplo, a tendência de proibir, porque os alunos têm uma habilidade muito maior de lidar com a tecnologia do que o professor. Então, há o medo de se permitir a introdução da tecnologia nas escolas, porque, é claro, os alunos sabem fazer aquele negócio em “dois tempos”. Mas, permitir o uso indiscriminado não vai resolver o problema, porque é uma questão estrutural. A tecnologia nesse momento coloca em evidência os problemas da educação de que Paulo Freire já falava no final da década de 1970: “Olha, a educação tem que ser baseada na resolução de problemas, e não esse monte de ‘decoreba’, não sei o que mais”. Dessa vez temos a possibilidade de fazer isso, com ajuda da tecnologia. Ganha-se em escala com a tecnologia.

O mais interessante da pergunta é o seguinte: ficamos nesse discurso se o aluno sabe usar o editor de texto, ou o editor de apresentação, ou a planilha, mas não se discute na escola o que significa, em um país como o Brasil, 112 milhões de eleitores votarem eletronicamente. Isso não é pauta da educação fundamental. O que significa, num país como o Brasil, todo o mundo fazer a declaração do Imposto de Renda on-line? A tecnologia em si não é elemento de debate no sistema educacional. Não se consegue avançar porque parece haver uma coisa assim: você tem esse celular aqui, mas eu não sei como isso entra na sua vida. A discussão é se ele pode ou não ser usado na sala de aula. Do lado dos alunos, existe um elemento muito forte que é a discussão ética, da pedofilia, mas nada do que estou falando está presente, ninguém sabe, vejo essa coisa entre os professores. Todos os domínios de internet do mundo são registrados em uma única empresa privada na Califórnia. Se eles quiserem desconectar o “br”, por exemplo, é possível, hoje, agora. Isso é que devia ser o tema da discussão. Se a pessoa sabe digitar e usar a planilha, é acessório. Por isso, eu dizia que os cursinhos de informática não servem para nada.

O grande debate então é: dadas as novas possibilidades tecnológicas, como repensaremos a educação? Senão, vamos fazer uma espécie de reforma de casa, puxadinho para cá, agora pode usar o celular, você vai “enfian-do” essas coisas novas nos mesmos esquemas antigos, e não é isso que vai funcionar. Essa concepção de educação não é nova por conta da tecnologia. O que a tecnologia permite é que vários dos sonhos desses educadores, de Paulo Freire, de Delors, se realizem. Essa tecnologia, dada a escala de um país como o Brasil, torna essas coisas possíveis. Mas não nos iludamos, achando que é uma questão de comprar a máquina e entregar na escola, seja ela qual for, porque não vai resolver o problema.

Elizeu Chaves – Gostaria de agradecer aos presentes e agradecer, elogiando, que foi uma mesa enxuta, assim dando por encerrada esta sessão. (Aplausos.)

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO

Adriana Lira¹

Candido Alberto Gomes²

Maria das Graças Viana Bragança³

Zélia Maria Freire de Oliveira⁴

(Relatores)

Organizado pela Representação da UNESCO no Brasil e pela Universidade Católica de Brasília, por meio da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, o Seminário Juventudes: possibilidades e limites contou com a participação de 131 inscritos para participação presencial, além de um número indeterminado de participantes por meio de videoconferência transmitida pela Católica Virtual para o Brasil e outros países. Como objetivo, o evento buscou trazer uma perspectiva multidisciplinar sobre a juventude, relacionando-a com alternativas de soluções concretas e de caráter intercomplementar. Além disso, tratou-se de uma etapa preparatória da Consulta Regional sobre a Estratégia Global da UNESCO para formação de políticas públicas de Juventude para a América Latina e o Caribe.

No seminário foram apresentadas quatro mesas-redondas. A primeira, intitulada Educação para a Juventude: Colheita a Longo Prazo, teve como palestrante Candido Alberto Gomes. Em sua fala, considerou metaforicamente esta Cátedra como uma praça onde desembocam vários enfoques científicos e várias ruas para onde confluem ciências que dão uma contribuição muito importante para se compreender a pluralidade de juventudes em sua complexidade. E, embora a educação seja essa praça,

-
1. Professora assistente da Universidade Católica de Brasília; pesquisadora da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade e Mestre em Educação da mesma universidade.
 2. Coordenador da mesma Cátedra.
 3. Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euro-Americano, aluna especial do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília.
 4. Doutoranda em Educação da Universidade Católica de Brasília.

haverá outros enfoques de elevada importância. Sendo o tema e a defesa dos direitos humanos o “coração das Nações Unidas”, neles se inclui o direito à educação, com a sua qualidade germinativa, uma vez que, pela abertura de horizontes informativos e formativos, desenvolve a consciência para conquistar e exercer plenamente outros direitos. Nesse sentido, o palestrante enfatizou que a visão ideológica prejudica o acesso e o gozo dos direitos humanos pelos jovens, pois, por essa lente distorcida, os jovens são vistos como violentos, irresponsáveis, imediatistas etc., e ainda, os “velhos”, como inúteis. Cabe, pois, às ciências, em particular as sociais, a responsabilidade de ensinar a pesquisar, para que as lentes falsificadoras do preconceito não impeçam de se enxergar a límpida realidade. Os dados apresentados evidenciaram que a média de vida do jovem brasileiro é mais baixa que a de países mais pobres. Seria a juventude, então, um pilar vulnerável do nosso futuro? Por meio das estatísticas da PNAD, Gomes mostrou que futuramente haverá uma sociedade com um número maior de idosos e menos jovens, ao contrário do que se tem hoje. Daí surgem várias implicações: aumento da longevidade; redimensionamento do trabalho e da previdência social; necessidade de elevação da produtividade; melhoria na escolaridade e formação profissional para pessoas cada vez menos jovens; educação básica



para a vida; educação e formação continuadas durante uma vida mais prolongada; e a exclusão ocupacional e social pelo processo inflacionário das credenciais educacionais, em face de os certificados e diplomas valerem cada vez menos em razão da sua relativa abundância, quando comparados aos nichos disponíveis da estrutura ocupacional. Questionou ainda a qualidade do ensino oferecido nas escolas, evidenciando a necessidade de uma educação básica para a vida, segundo os quatro pilares da UNESCO. Trata-se de uma escola alienada das necessidades desses jovens, provocando o aborrecimento e o desinteresse dos jovens pela escola, o seu abandono e o conseqüente fracasso escolar. Explicitando, pois, uma resignificação do espaço escolar e uma avaliação do que está sendo oferecido aos jovens, além de algumas práticas que os vitimizam ainda mais: acentuam a situação dos já excluídos e daqueles que se encontram no limiar da exclusão social. Entretanto, as idas e vindas dos jovens à escola levam a perceber que os jovens são perseverantes e que, nas condições atuais, a escolarização parece a melhor opção para eles.

Lembrou também a grave preocupação pelo fato de ainda haver jovens analfabetos em nosso país, que exercem trabalhos informais e serão os pobres do futuro, se não já do presente. As pessoas com mais riscos de exclusão são as menos escolarizadas, que assumem trabalhos não decentes, segundo o conceito da Organização Internacional do Trabalho. Há, portanto, urgente necessidade de revisão dos currículos, o que, entretanto, não é um trabalho fácil de ser realizado, por representarem arenas de poder, com disputas entre os seus componentes, que se hierarquizam informalmente conforme o prestígio social, entre outros critérios. Destacou a formalidade dos currículos que, devido à compartimentação e carência de significados, levam à rejeição pelos alunos e ao insucesso. Os currículos pouco falam aos jovens, que não conseguem atuar como coautores, exercendo o protagonismo da sua aprendizagem: subordinados ao academicismo, deixam de ser significativos para os alunos que, desse modo, não se sentem sujeitos da ação. Assim, a escola precisa ver o jovem como decisor da sua vida, pessoa que pensa, sente e age e não como mera receptora. O jovem precisa se sentir como pessoa. Para tanto, é preciso convidá-lo a participar. Farto de escutar, o aluno jovem está ansioso para falar e ser ouvido. Sente necessidade de expressar seu pensamento, seus sentimentos e como quer agir. Contudo, essa subjetividade é ignorada pela escola. Os currículos são caros, especialmente pela pleora de componentes pouco articulados, e com escassos benefícios aos estudantes. Todavia, hoje muitas crianças, pré-adolescentes e adolescentes são chamados a tomar atitudes decisivas, no calor dos aconte-

cimentos, muitas vezes sem o acompanhamento de um adulto. Despreparados, não raro assumem posições induzidas que comprometem todo o seu desenvolvimento futuro. Gomes ressalta a importância da formação dos educadores, que devem estar preparados para ser o diferencial para os novos papéis da juventude requeridos pela sociedade. Em contraste, a formação dos docentes na América Latina tende a ser cada vez mais especializada e voltada para a informação, em detrimento da formação. O processo educativo dará certo quando os professores reconhecerem a necessidade de trabalharem com os jovens e não apenas falarem aos jovens. Não basta uma escola interessante, é preciso saber semear para colher. Um falso reducionismo atribui todos os problemas a questões financeiras: é preciso quebrar a falsa ideia de que todos os problemas se resolvem com mais dinheiro. Se não mudarem os padrões de aplicação do dinheiro, o incremento de recursos levará ao desperdício. Por fim, Gomes chamou atenção para a necessidade de articulação das políticas de juventude/s entre si, tanto horizontal quanto verticalmente. No entanto, essas não devem ser feitas apenas para a juventude, mas, sobretudo, com a juventude, por meio do estabelecimento de diálogo e parcerias efetivas.

A seguir, no papel de debatedor, Ricardo Henriques, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), inicialmente salientou que a solução não se resume apenas ao combate da desigualdade social, mas no investimento em educação, em qualificação da mão de obra e no reconhecimento da necessidade de mudança. Ao tratar da fragilidade da formação dos professores – com exceções –, Ricardo apontou a falta de aderência à vontade dos alunos; a dificuldade de estabelecer diálogo com os alunos e de inserir os pais no espaço escolar. Some-se a isso o sério problema dos professores de se encontrarem alienados da realidade dos jovens. O docente, por vezes, é também o desencadeador de situações de violência entre os alunos. Por tudo isso, afirma que estamos distantes de onde deveríamos estar. O debatedor lembra que, acima de tudo, é preciso ter peito aberto para reconhecer a necessidade de mudança. A escola precisa nadar contra a correnteza e não praticar a violência, como tem feito. E pensar em seus próprios comportamentos. Como exemplo, citou o comportamento racional de se trancar equipamentos, o que protege o diretor da unidade em suas responsabilidades jurídicas e burocráticas, mas não deixa de ser irracional para os usuários.

A segunda mesa-redonda teve como temática a Vulnerabilidade e Violência entre os Jovens, atuando como moderadora Marlova Jovchelovitch Noletto, coordenadora do setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO

no Brasil. A conferência foi pronunciada por Silvia Ramos, da Universidade Candido Mendes, coordenadora do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC). Os dados por ela apresentados causaram indignação entre os participantes ao revelarem que o Brasil ocupa lugar de grande destaque entre os países com elevado percentual de jovens em vítimas de morte. Sendo a polícia também responsável pela morte dos jovens pobres, negros e menos escolarizados em vários estados brasileiros, patenteia-se a necessidade de um trabalho junto aos policiais que se mostram despreparados para lidar com a juventude. Os números evidenciam que a América Latina é o continente mais violento do planeta, com a maior taxa de mortes de jovens do mundo. O Brasil, por sua vez, tem lugar saliente como quinto país com maior taxa de jovens vítimas de homicídios. No entanto, a vulnerabilidade está mais concentrada entre os jovens pobres, negros, pardos e do sexo masculino, que são ao mesmo tempo autores e vítimas das ocorrências de homicídios. Uma vez concentrada nesse perfil, a elevada mortalidade fica invisível para o restante da população brasileira, sendo, pois, o crescente número motivo de espanto para os que quase sempre banalizam ou naturalizam a ocorrência desse tipo de violência. De todas as formas de violência, a violência letal é a menos tratada, mesmo quando se tem registrado a ocorrência de três mortes diárias de jovens. Assim, a violência letal no Brasil necessita de uma atenção maior, não porque esses jovens constituam risco à sociedade, mas porque eles têm direitos, igualmente a toda a população. Contudo, as pessoas ainda não se dispuseram a atuar eficazmente em relação às violências, muito menos à violência letal. Sendo assim, faz-se necessário reconhecer que somente por um conjunto articulado de medidas e esforços efetivos será possível reduzir o crime e os homicídios juvenis, com o controle de elementos que potencializam o comportamento criminal, tais como o acesso às armas, especialmente às de fogo; o uso indevido de drogas e álcool, além da carência de capacitação policial, também responsável pela alta incidência de homicídios desses grupos jovens das periferias urbanas. Enquanto se faz urgente pensar em políticas de prevenção, verifica-se que o Brasil, mesmo sendo um país profundamente atingido, insiste em adotar medidas isoladas, desarticuladas e simplistas frente à violência letal, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Em seguida, a moderadora, Marlova Jovchelovitch Noletto, ressaltou a participação da UNESCO em projetos sociais para os jovens, como o Programa Criança Esperança, e o sucesso que têm obtido, inclusive porque permitem aos jovens exercerem o protagonismo que tanto almejam.

Mostrou a necessidade não apenas da indignação diante da realidade atual, mas, sobretudo, a necessidade de ação para se fazer valer o direito dos jovens.

Usando da palavra, em prosseguimento, o debatedor, Denis Mizne, fundador e diretor do Instituto Sou da Paz, mencionou que o grande desafio é sair dos exemplos e implantar políticas públicas eficientes. Explicou a origem e o trabalho que presta o instituto e considerou três importantes meios de prevenir a violência de modo inteligente: utilizar alternativas para resolver problemas sem ser violento, estimular o surgimento de lideranças positivas e políticas urbanas. Em síntese, tratou do desafio da construção de políticas para a juventude, mas com a juventude.

Ao analisar a relação entre possibilidades e limites, concluiu que os últimos são muito maiores do que os habitualmente conhecidos. Não basta criar políticas, é preciso torná-las realidade. Chamou atenção para o fato de as violências poderem causar indignação, mas não poderem nos deixar impotentes. Denis enfatizou que a violência letal está espacial e socialmente concentrada. Apontou o conflito como normal. Entretanto, o que não é normal é a forma como são resolvidos, isto é, por meio de ações ainda mais violentas. Destacou com ênfase que o que está errado é o acesso às armas, isso é letal. Para ele, é preciso desnaturalizar as violências e não aceitá-las, entendendo porque o jovem praticou aquela violência e refletindo sobre os porquês da adesão dos jovens às gangues e outros movimentos. É preciso perceber que os jovens se envolvem em gangues não precisamente pelo crime, mas pelo sentimento de pertencimento e pelas amplas possibilidades de ele exercer um protagonismo, porque lá ele é ouvido, o que explica de certa forma porque a escola é desinteressante para eles. Pergunta-se: o que acontece na gangue que não acontece na escola? Não basta oferecer projetos. Assim, há falsas ideias acerca da superação das violências. A informática, o computador, a capoeira, por exemplo, são tão perigosos quanto o tráfico por não constituírem isoladamente oportunidades de um adolescente sair do tráfico. É preciso haver um trabalho de conscientização dos jovens. Ou seja, superar as violências é mais complexo do que se tem tratado. Assim, além das políticas, há necessidade de combinação de medidas não apenas de superação, mas, sobretudo, de prevenção. Fazem-se indispensáveis outras melhorias: o bairro, mais espaços públicos geridos democraticamente, iluminação pública e ampliação do acesso de bairro a bairro, para não haver esse isolamento que se observa hoje. Além disso, é preciso usar meios como iscas para atrair os jovens e acontecer a transformação. Para tanto, é indispensável estimular lideranças positivas.

Para Denis, a superação das violências está intrinsecamente relacionada ao controle de armas, que precisam ser destruídas e não apenas apreendidas,

já que podem ser comercializadas posteriormente. Portanto, não existem medidas simples para resolver as violências. É preciso um conjunto de medidas. E as políticas de juventude para preveni-las são essenciais. No entanto, lembra que tais políticas não devem ser criadas apenas para superar as violências, mas como direito do jovem. Por isso, as formas violentas usadas como forma de superação das violências agravam cada vez mais o problema de violências contra os jovens. Considerou o avanço no debate sobre a segurança pública, mas ainda não se conseguiu transformar a principal visão da questão da violência enraizada na sociedade. É preciso também fazer um trabalho em relação à cultura da violência, um tema menos debatido, mas que, tratado a sério, poderia ser uma política pública de promoção de cultura de paz.

No período da tarde, mais duas mesas-redondas foram realizadas. A primeira, intitulada O Desafio da Educação Profissional e da Empregabilidade, teve como palestrante Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Jorge Abrahão destacou a necessidade de se tentar entender os problemas da juventude. Ver a juventude não como um problema, mas como uma questão. Concentrou-se mais na relação entre a escola e o mercado de trabalho, apontando, pois, a educação como um caminho para melhorar de vida. No entanto, o processo de escolarização dos jovens brasileiros é marcado por desigualdades e oportunidades limitadas, defasagem escolar, abandono seguido de retomada, jovens fora da escola, fracasso escolar. Então,



a escola tem o duplo desafio: o da qualidade e o da criatividade, desafios extremamente elevados, pois não basta ensinar, mas preparar bem para o mercado de trabalho. A escola, todavia, não está acompanhando as mudanças que ocorrem fora de seus muros.

Compôs também a mesa o moderador, André Lázaro, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, que também estabeleceu uma relação entre a juventude e a escola, marcada por trajetórias irregulares e fracasso. Destacou a juventude como fase de experimentações e busca constante de oportunidades em que ela exerça protagonismo. Esta vive o eterno ciclo de abandono e retorno à escola, tendo o trabalho tanto na qualidade de motivo de evasão como também fator de o jovem retornar aos bancos escolares. O moderador questionou a taxa de desemprego juvenil: a rigor, não deveria nem existir, uma vez que os jovens até os 17 anos de idade deveriam somente estudar. Por isso, enfatiza que é preciso pensar em políticas públicas para manter o aluno na escola. Os jovens dessa faixa etária, principalmente em atraso escolar, são explorados profissionalmente em trabalhos informais, fazendo perceber a violação do direito à educação. Pesquisas revelaram que os meninos são mais vítimas que as meninas, já que elas ficam mais tempo nas escolas. Ademais, os meninos negros, pobres e menos escolarizados são mais excluídos que as meninas. Portanto, destacou, as ações do presente corresponderão à qualidade do futuro.

Já o debatedor Carlos Oda, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Juventude, chamou atenção para a necessidade de se descobrir como os jovens estão se integrando à política de desenvolvimento do país. Mostrou a difícil inserção da juventude no mercado de trabalho, marcada pela alta rotatividade (em face do desejo de experimentação) e também por formas inovadoras de geração de renda. Uma solução para essa problemática, a seu ver, seria uma combinação de políticas. Hoje há o Plano Nacional de Juventude, com a integração de diversas áreas e a política de marcos regulatórios, mas ainda é pouco. Apontou ainda outra solução: o retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho.

A segunda e última mesa-redonda do segundo turno tinha por título A Velocidade da Informação e os Desafios para a Juventude, cuja palestra foi pronunciada pela Sra. Regina Novaes, antropóloga, pesquisadora do CNPq e consultora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Antes mesmo da exposição pela palestrante, no papel de moderador, Elizeu Chaves, representante auxiliar de Cooperação Sul-Sul do Fundo de

População das Nações Unidas (UNFPA Brasil), destacou a necessidade de os jovens fazerem parte das políticas de desenvolvimento. Para isso, a informação necessita fazer parte da agenda de desenvolvimento das políticas, já que a juventude é agente de transformação. Do contrário, ela acaba sendo vítima, por ser um símbolo de mudanças, de energia, sofrendo a responsabilização de seu próprio papel transformador. Daí a temática da mesa ser imprescindível para analisar os desafios para a juventude.

A palestrante, Regina Novaes, apontou a juventude como agente de transformação e também como vítima do seu papel transformador. Apointou a velocidade da informação como desafio para a juventude. Entre eles, o constante medo de sobrar, isto é, o da exclusão social. Mostrou ainda que a pobreza não constitui mais uma explicação para o não acesso à internet.

Na última mesa redonda, Regina Novaes proferiu a palestra intitulada Velocidade da informação e os Desafios para a Juventude. Iniciou afirmando que compreender a juventude é essencial para os dias atuais e para a formação de políticas públicas. A juventude atual é única e difere das juventudes anteriores tendo em vista o acesso à informação, à internet, aos meios de comunicação em geral e a outros problemas de ordem histórico-social. Alguns fatores, em termos de marcos geracionais, a distinguem das juventudes anteriores, como o contexto histórico-social, os novos modelos familiares e a interrupção da infância, para entrar cada vez mais cedo na vida adulta. Contudo, as juventudes de hoje não só diferem das gerações anteriores, como também apresentam distinções internas, tais como o gênero, a moradia, as condições sociais, a religião etc., por isso, é recomendável utilizar o termo juventudes, no plural. Embora diversas juventudes possuam pontos comuns entre si, vários elementos se juntam e criam uma experiência geracional diferenciada, tais como o medo de sobrar, marcado por entradas e saídas do sistema escolar e do mercado de trabalho, e ainda o medo de morrer precoce e violentamente. Outro aspecto altamente relevante apontado pela palestrante é a questão das violências, também comum entre todos os jovens dessa nova geração, pois, vivendo as juventudes uma fase de experimentações, gosta de correr risco, de “sentir adrenalina”, sendo, pois, o prazer parte dessa fase da vida. No entanto, essa nova geração de jovens tem um relacionamento diferenciado com as violências, a partir de novos elementos, antes inexistentes, como, por exemplo, a proliferação de armas, drogas e o despreparo do Estado e da polícia, que não sabem lidar com os jovens.

Outro grande desafio destacado por Regina Novaes refere-se ao sentimento de estar desconectado do mundo, isto é, haver a possibilidade de

conexão e, ao mesmo tempo, a impossibilidade prática de se integrar socialmente por meio de um casamento entre estudo e trabalho, de modo a garantir um planejamento razoável para o futuro. Então, as juventudes ganham outros significados em tempo de novas tecnologias de informação e comunicação. A internet e os meios de comunicação chegaram às diferentes classes sociais com um papel muito importante para a sociabilidade dos jovens em todos os países. Elas não constituem apenas meios de buscar informações, mas, sobretudo, uma maneira de estar no mundo, outra maneira de conhecer, de aprender a fazer amigos, de se divertir, de se relacionar etc. Entretanto, é preciso se pensar como essas agências se articulam a outras agências de socialização, tais como a família, a escola, a igreja e outras, quando não se percebem ainda os arranjos e as combinações existentes entre as novas sociabilidades e as antigas. Não se pode considerar, portanto, que todos têm a mesma socialização apenas por estarem conectados. Faz-se necessário perceber como se dá a convivência dessa nova agência de socialização juvenil com as anteriores. A internet preocupa muito os adultos, que têm ideia de que ela perpassa num vazio ou contribui para substituir as relações entre os amigos, a família, a igreja ... Muito pelo contrário, as relações para essa nova geração se dão num espaço diversificado, que envolve variadas redes sociais. Então, por meio da comparação das juventudes atuais com as juventudes anteriores, é possível perceber que as de hoje se acham diante de novos desafios. Daí os cuidados necessários para não se criar novos mitos e, ainda, para compreender os problemas por elas enfrentados. Faz necessário então pensar a juventude em termos de mudanças, continuidades e rupturas. No sentido de que é preciso a articulação das desigualdades sociais e das diferenças com os novos meios e perceber arranjos diferenciados e trajetórias juvenis diversificadas para a vida adulta, o que não mais acontece de forma linear. Portanto, é importante repensar as potencialidades desses novos meios de comunicação para quem está envolvido em questões de direitos da juventude. Para Regina, a criação de políticas para as juventudes exige atenção a essas mudanças, reconhecer tais desafios e tornar as políticas mais efetivas, ao contrário do que se faz hoje na escola, com o oferecimento dos ditos cursos de informática, ao invés de discutir a importância e os perigos dessas ferramentas para o desenvolvimento da sociedade.

Esta mesa propôs várias indagações, como: que juventude é essa? Como são o acesso e as oportunidades para essa juventude? Como é a participação juvenil? Para Regina Novaes, assim como para outros palestrantes, há grande despreparo da escola para lidar com as tecnologias da informação e

comunicação, não as aproveitando, portanto, para a educação do seu alunado.

Em seguida, o debatedor, Guilherme Canela, coordenador do setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil, salientou a relevância desses vários veículos para a formação dos jovens, no que se refere às suas várias dimensões. Desse modo, eles são úteis, mas também altamente perigosos aos jovens, já que os levam à exclusão do meio social, a idealizarem para si uma nova identidade, a perderem o diálogo com a família e se alienarem sem o discernimento das informações que encontram para satisfazer suas curiosidades.

Citou como exemplo a informática que, como projeto na escola, às vezes, é medida paliativa no combate às violências, pois o que é oferecido aos alunos, como cursinhos para aprender a manusear o computador, não fazem sentido para eles; igualmente, as inúteis pesquisas deles requeridas. Enquanto isso, deixa-se de fazer o trabalho de orientação junto a esses alunos quanto à pornografia, à pedofilia, à avaliação das informações divulgadas etc. Algumas ferramentas, sem a devida orientação aos jovens, tornam-se perigosas para eles.

Atuando por ensaio e erro, algumas medidas adotadas pela escola não dão certo, porque ela também não está preparada para usá-las. Como o sistema educacional se encontra numa situação falimentar, não surte efeito acrescentar coisas novas a coisas velhas. Em outras palavras, todo um conjunto precisa ser mudado. Há necessidade de avaliar os recursos da informação para os alunos, ao passo que a escola às vezes se prende a questões fúteis, não se dando conta da dimensão, por exemplo, das exigências de uma nova era inaugurada pela presença da informática na vida dos alunos. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas de informatização. Cumpre levar o jovem a reconhecer que as informações são relevantes para nós, a aprender a localizar essa informação, onde buscar e avaliar sua qualidade, arquivar a informação, fazer uso ético da informação, aplicar a informação para gerar conhecimento e, dessa forma, assegurar o direito à comunicação a essa juventude atual. Por isso mesmo, a informação não é bem utilizada como meio para a educação dos/para os jovens. Assim como os demais oradores, Guilherme Canela apontou a importância de as juventudes fazerem parte da elaboração das políticas públicas, pois ninguém pode falar pela juventude a não ser ela mesma. Nesse sentido, deve-se considerar as várias juventudes para participar da formação de políticas públicas, em vez de criar políticas que excluam ainda mais os excluídos. Então essa diversidade, essas diferenças juvenis tornam-se uma força ao reconhecerem os jovens como atores, como sujeitos de direitos.

Após os agradecimentos, o encerramento foi feito pelo coordenador da Cátedra, Candido Gomes, que assinalou o plano de tornar conhecido o rico debate para outros públicos, inclusive por meio de um livro em papel e em meio eletrônico. Do seminário concluiu que, diferentemente dos séculos anteriores, os problemas das juventudes atualmente assumem tamanho vulto que se tornam uma transversalidade social e internacional, em grande parte independente do nível de desenvolvimento dos diferentes países. Esse é um dos motivos pelos quais as políticas públicas para/das juventudes também precisam ser transversais. Em consonância, os problemas e as políticas para/das juventudes necessitam de uma visão a longo prazo, já que não se trata de questões apenas para a perspectiva de governos, ou mesmo planos e projetos quadrienais ou quinquenais. Em vez disso, carece-se das indispensáveis ótica e ação de Estado. As juventudes contemporâneas certamente terão maior longevidade do que as que as precederam. Por isso também, olhar a longo prazo envolve prever e resolver problemas do futuro histórico, inclusive da sobrevivência da humanidade. As juventudes são, portanto, pilar fundamental de um futuro que não espera. Todavia, por ora, elas constituem um pilar modesto para sustentar as gerações presentes e vindouras. É um pilar afetado na sua própria estrutura por vulnerabilidades na educação, saúde, formação e em outros campos, mas dele depende a existência destas e das vindouras gerações. Além de um problema acadêmico de pesquisa e de disseminação e assimilação dos conhecimentos, trata-se de um problema de Estado e das sociedades em rede, num mundo cada vez mais interdependente, onde, conforme Bauman, se comprimem o espaço e o tempo.

DO TEMPO DE ESPERA À ESPERANÇA: CONCLUSÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

A juventude no Brasil e na América Latina e Caribe, apesar das aparências de vitalidade e despreocupação, tornou-se em grande parte um longo e doloroso tempo de espera, com a chamada síndrome da autonomia postergada. Os ritos de passagem à idade adulta em muitas sociedades, por mais rigorosos, não se assemelham ao prolongado ordálio a que os jovens de hoje são submetidos. Agravando-se nas condições sociais mais vulneráveis, a juventude espelha um processo acumulativo de desigualdades que começa com o nascimento, se consubstancia em grande parte na vida escolar e laboral e desemboca em condições desfavoráveis na velhice e no fim da vida ativa. Cada vez mais se prolonga uma frágil ponte entre a saída da escola e a obtenção de um trabalho decente, conforme a definição da OIT, capaz de assegurar o autossustento e a formação de uma família nuclear. Com isso, instabilidade laboral e baixa renda, busca de identidade e afirmação e condições sociais adversas formam uma combinação potencialmente explosiva.

Hoje o Brasil se encontra na transição demográfica, rumo a uma sociedade com crescente participação de idosos e um percentual declinante de jovens. Esse processo, como se observa em outros países com longevidade ainda maior, não reduz necessariamente as dificuldades dos jovens para inserir-se no trabalho e na cidadania. Em certas circunstâncias pode mesmo inflacionar esse tempo de espera, esse limbo onde sobrevivem pessoas que estudam, mas não conseguem trabalhar, e pessoas que não estudam nem trabalham. No entanto, os jovens se tornam os sustentáculos por excelência de uma sociedade em envelhecimento, segundo os mais simples conhecimentos a respeito da economia e da previdência social. Por isso, é preciso transformar com urgência o tempo de espera em tempo de esperança, uma virtude (força, fortaleza na raiz etimológica) cada vez mais imprescindível. Essa missão cabe ao mesmo tempo à sociedade e ao Estado.

Na verdade, o Estado, nos seus diversos níveis e ramos, muito tem feito, embora pouco tenha realizado. Ações e verbas tradicionalmente aparecem como peças de quebra-cabeças dispersas nos planos e orçamentos públicos. Se somadas, representam até gastos elevados, mas a sua previsão e execução requerem sinergia multiplicativa. Há poucos anos se criou a Secretaria Nacional de Juventude junto à Secretaria Geral da Presidência da República, em princípio transcendendo os ministérios, como outros países já o fizeram. Cabe-lhe a incomensurável tarefa de perscrutar e conhecer uma parte da população que não se limita a uma faixa fixa de idade, além de integrar os fragmentos do quebra-cabeças, ouvindo os jovens, que melhor sabem e sentem as suas necessidades. Se esse segmento da população busca protagonismo e autonomia, seria contraditório se as políticas públicas não o ouvissem, ensejando o seu papel ativo.

Assim, existe, como em tantos outros lugares e setores, um grave problema de governança, que se resolve pela articulação íntima e pela intercomplementação de recursos e ações dos poderes públicos nas direções vertical e horizontal: respectivamente, entre os níveis federal, estadual e municipal e entre as secretarias de Estado de cada um deles. A juventude adquire cada vez mais uma fisionomia própria e se prolonga, com dinamismo, repartindo-se em diversos vestibulos preparatórios à vida adulta, perpassados pela vulnerabilidade social, a desafiar a esperança dos seus participantes. Se a juventude tem um ou mais perfis próprios, as políticas públicas precisam relacionar-se e compatibilizar-se para melhor atenderem às suas necessidades específicas.

Respeitadas as atribuições dos diferentes órgãos públicos, é recomendável que eles se integrem, sem duplicações e desperdícios, num planejamento de ações e de recursos, também com identidade, a fim de tornar forte um grupo hoje fraco, mas que se torna cada vez mais o sustentáculo do país. Esse pilar da sociedade de daqui a pouco não precisa ser grande, mas deve estar preparado para ser qualitativamente robusto o suficiente a fim de cumprir a sua missão histórica. Economicamente, ele precisa ter maior produtividade, em grande parte graças à educação e formação profissional de qualidade. Socialmente, ele precisa reduzir os seus hiatos, que levam até a falar em juventudes, no plural, coexistindo ao mesmo tempo e nos mesmos espaços. Politicamente, necessita ter não só o voto, mas a voz, nos termos do Estado de Direito. E, culturalmente, carece de uma visão consciente das nossas diversidades criadoras, abrindo-se para a responsabilidade social. Dessa forma, a política pública de juventude necessita desenvolver ao mesmo tempo a competitividade e a cidadania, a autonomia e a solidarie-

dade, conciliando qualidades aparentemente antinômicas em benefício da sociedade toda.

Isso não significa ter políticas públicas multiplicadas e fragmentadas para diferentes grupos sociais, já que o ponto de partida e o ponto de chegada são assegurar plenamente a cada jovem o exercício dos seus direitos constitucionais, sem diferentes classes de participação e cidadania. No entanto, entre a partida e a chegada se estabelece o caminho da sintonia e da especificidade da população em foco. Desse modo, para alcançar o exercício dos direitos constitucionais, cumpre aliar a governança eficaz a ações eficientes e efetivas dos diversos escaninhos governamentais, articulados em torno do seu foco, que é a identidade da juventude, sem atropelos, superposições e disputas estéreis. Do ponto de vista financeiro, é preciso uma perspectiva crítica tanto dos orçamentos quanto dos balanços públicos (que dão a medida da execução dos primeiros) para aferir a sua capacidade de resposta às necessidades da juventude e também de gênero. Tais documentos dão indícios de algum viés favorável ou desfavorável às populações-alvo? A despesa pretere ou favorece a juventude? As dotações e a sua execução se acham dispersas em uma grande quantidade de órgãos e funções? Elas são coerentes entre si ou se ignoram? Quanto à receita, respeitados os princípios da equidade e da progressividade, entre outros, a carga tributária afeta negativamente o atendimento das necessidades desses grupos, tendo em vista diversos padrões de consumo, entre outros fatores?

Num enfoque seletivo e não exaustivo, a partir deste seminário cabe frisar alguns pontos:

1. Qualidade e democratização da educação: o bônus demográfico mais uma vez recomenda a tônica na qualidade e na redução das desigualdades educacionais. A perspectiva de diminuir o número de alunos obriga a pactuar no futuro ao menos a manutenção, se não ampliação, do volume de recursos, de modo que o bolo seja dividido por um número menor de convidados. Esse é um aspecto importante, pois o Fundef inaugurou a alocação de recursos por aluno e o Fundeb a ampliou. Se esse número diminui, em princípio, também as verbas diminuem. Ademais, quanto aos níveis de ensino, o fundamental continua a requerer significativa elevação do sucesso escolar. Seus principais problemas, inclusive a perda e o atraso do fluxo de efetivos discentes, desembocam no ensino médio, que, por sua vez, carece de identidade e de transformações estruturais para tornar-se educação de massa, nos termos da progressiva obrigatoriedade constitucional. Sem isso, continuará sem

atrair parte expressiva de jovens, que até encontram vagas, mas não as preenchem. Sendo um nível estratégico para a inclusão social, é preciso resolver satisfatoriamente as suas relações com o trabalho e a cidadania, por meio da educação formal e não formal.

2. Dinamizar a educação de jovens e adultos e a educação profissional: o suplemento da PNAD 2007 revelou o muito a fazer em ambas para contribuírem mais decisivamente para a qualidade e a democratização da educação. Cabe, porém, não ter ilusões quanto à educação ser a chave de ouro do desenvolvimento. Mesmo passando por mudanças estruturais, a educação não cria empregos decentes para os jovens. Afora isso, deve-se contar com o efeito “inflacionário”: quanto maior o nível de escolaridade da população, mais se elevam as exigências educacionais, num movimento em espiral.
3. Estabelecer e aperfeiçoar políticas de geração de empregos decentes para jovens: além de incentivos aos setores econômicos, é preciso tecer uma rede de trapezista entre o final (ou a parada) da escolarização e a obtenção de um emprego decente. Essa rede deve envolver a educação profissional formal e não formal, a familiarização com ambientes de trabalho, a orientação profissional e o cuidado prioritário com os jovens mais vulneráveis.
4. Dedicar atenção à cultura, esporte e lazer, em especial dos grupos juvenis mais vulneráveis: oportunidades culturais, desportivas e de lazer são assimetricamente distribuídas, com possíveis prejuízos para o sucesso escolar. A sua promoção e democratização constituem fatores de inclusão social, inclusive e especialmente para o grupo juvenil que não trabalha nem estuda, a chamada “geração ni-ni” (ni trabajan, ni estudian).
5. Maior adequação dos serviços de saúde, inclusive e especialmente preventivos, às necessidades dos diversos subgrupos juvenis: a mútua sinergia entre saúde e educação permite aqui alcançar melhores resultados no atendimento às necessidades específicas dos diversos subgrupos etários, no conhecimento de hábitos, costumes e padrões de comportamento emergentes e na difusão de conhecimentos e valores necessários tanto à abordagem preventiva quanto à curativa.
6. Estabelecimento e aperfeiçoamento de políticas de segurança pública: as condições juvenis, inclusive a busca de identidade e o teste de limites, criam condições de vulnerabilidade que devem ser levadas em conta pelas políticas de segurança pública, associadas a políticas sociais e econômicas.

Nesse sentido, como foi notado, o controle da disseminação de armas de fogo tem impacto positivo no sentido de diminuir a violência, tanto no que concerne à vitimização quanto à autoria. A impulsividade típica da adolescência e da juventude hoje leva à rápida passagem ao ato, sem os filtros do raciocínio e da ponderação das consequências. A facilidade de acesso a armas de fogo é um perigoso convite ao ferimento e à morte, com elevados custos sociais, como é estimado por pesquisas aplicadas promovidas pelo poder público.

Negar-se a efetuar transformações ou protelá-las pode comprometer os caminhos futuros do Brasil. Desafiando as leis da Física, o gigante emergente poderia apoiar-se em pés de barro, num pilar juvenil cada vez mais delgado e frágil. O futuro do país não seria o de “país do futuro”, o que constituiria uma decepção para muitos, dentro e fora das fronteiras. A esperança, porém, é a virtude que pode animar e orientar a caminhada para um cenário grandioso.





Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNI
TWIN



Universidade Católica de Brasília

Secretaria Nacional de Juventude

Secretaria-Geral da Presidência da República



Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade